

Kathleen Rodrigues Krüger da Silveira

**A DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA EM ÁREAS DE TABACO -
MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE SANTA CRUZ DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa em Organizações, Mercado e Desenvolvimento, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Dr^a Cidonea Machado Deponti

Co-orientador: Dr. Silvio Cezar Arend

SANTA CRUZ DO SUL

2014

Kathleen Rodrigues Krüger da Silveira

**A DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA EM ÁREAS DE TABACO -
MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE SANTA CRUZ DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa em Organizações, Mercado e Desenvolvimento, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Prof.^a Dra. Cidonea Machado Deponti
Professora Orientadora – PPGDR/UNISC

Prof. Dr. Silvio Cezar Arend
Professor Co-orientador – PPGDR/UNISC

Prof. Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira
Professor Examinador – PPGDR/UNISC

Prof.^a Dra. Rita Ines Pauli
Professora Examinadora - UFSM

Santa Cruz do Sul

2014

DEDICATÓRIA

Dedico aos meus pais que me deram todo o alicerce para chegar até aqui, ao meu querido e amado esposo e ao meu doce pacotinho vindo dos céus, minha filha.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus familiares pelo incentivo, aos professores e colegas do Mestrado em Desenvolvimento Regional pelos ensinamentos e amizade. Aos meus professores orientadores Cidonea Machado Deponti e Silvio Cezar Arend pela amizade construída no decorrer desta dissertação, pelo encorajamento e pela sabedoria transmitida.

À minha eterna professora Mara Helena Saalfeld pelo encorajamento, carinho, além dos muitos conselhos dados à minha vida profissional.

Aos meus inestimáveis amigos, irmãos Márcio, Daniel, Irving, Eliezer, Edivaldo, Samuel, Poliana, Fauze e Andressa por todo carinho, encorajamento, paciência e amizade dada a mim durante todo este caminho percorrido.

Além de meus pais e meus irmãos que lutaram para que eu chegasse aonde cheguei e por não terem medido esforços para que eu alcançasse meus objetivos.

Também agradeço ao meu incomparável amigo e marido Filipe por todas as horas dedicadas a mim e a este tão sonhado projeto. Obrigada por tua atenção, carinho, amor, paciência e por tua dedicação em me levantar toda vez que eu desanimava, fostes fundamental na conclusão desta etapa.

De forma especial a minha filha, Isabelle, que com seus sorrisos me deu vontade de ir além para conquistar novos horizontes, o meu muito obrigado.

E, por fim, a Deus que é o guia e alicerce do meu viver, pois sem Ele nada seria, obrigada por ter me dado o sopro de vida.

RESUMO

A presente dissertação objetivou analisar o processo de diversificação produtiva da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul. Para tanto, analisou-se as características socioeconômicas e o perfil das famílias de agricultores associados à AFUBRA (Associação dos Fumicultores do Brasil) que são produtoras de tabaco, o grau de exposição ao mercado e o grau de diversificação destas famílias. Os dados utilizados são de caráter secundário, tomando por base as informações obtidas no Núcleo de Pesquisa Social (NUPES) da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. A pesquisa possui uma amostra de 197 entrevistados e caracteriza-se por descritiva-analítica. Utilizaram-se informações referentes à caracterização das propriedades da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul, tais como a composição familiar dos agricultores entrevistados, a condição do produtor, a quantidade de hectares utilizados para a produção de tabaco e a participação do tabaco na renda bruta total. Pode-se ressaltar que o tabaco é o produto mais cultivado, associado ao tamanho das propriedades familiares (em média 12 ha utilizado para a produção) colabora para o desenvolvimento da monocultura do tabaco e a dependência do mesmo. Por isso, concluiu-se que estas famílias não diversificam sua produção, pois cultivam na maior parte da propriedade o tabaco, demonstrando assim a dependência deste cultivo. Desta forma, a diversificação dos meios de vida poderia ser uma estratégia relevante para esses agricultores, pois permite maior autonomia, qualidade de vida e possibilidade de ampliar as fontes de renda.

Palavras- chave: Microrregião, diversificação produtiva, meios de vida, autonomia.

ABSTRACT

This work aimed to analyze the process of productive diversification of Geographic microrregion Santa Cruz do Sul. Therefore, we analyzed the socioeconomic characteristics of the properties of the families associated with AFUBRA (Association of Tobacco Growers in Brazil) that are producing tobacco, the degree market exposure and the degree of diversification of these families. The data used are secondary character, based on the information obtained from the Center for Social Research (NUPES) from the University of Santa Cruz do Sul - UNISC and research is characterized by descriptive-analytical. We used information regarding the characterization of the micro-region of Santa Cruz Geographic South properties, such as family composition of the farmers interviewed, the condition of the producer, the amount of hectares used for the production of tobacco and tobacco participation in gross income total. It may be noted that tobacco is the most cultivated product, associated with the size of family farms (12 ha on average) contribute to the development of monoculture and tobacco addiction. Therefore, it was concluded that these diverse families are not therefore grown in most of the tobacco property, thus demonstrating the dependence of the cultivation. Thus, diversification of livelihoods could be an important strategy for these farmers because it allows greater autonomy, quality of life and ability to broaden the sources of income.

Keywords: Micro-region, diversifying production, livelihoods, autonomy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Ações do Governo Federal que apoiam o Programa Nacional de Diversificação nas áreas cultivadas com tabaco.....	28
Figura 2 – Arcabouço para a abordagem “meios de vida sustentáveis”	35
Figura 3 – Diagrama de meios de vida sustentáveis do DFID	36
Figura 4 – Pentágono demonstrando o acesso zero aos recursos	37
Figura 5 – Microrregiões Geográficas do Rio Grande do Sul	51
Figura 6 – Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul	52
Quadro 1 – Empresas processadoras de fumo instaladas em Santa Cruz do Sul segundo origem de seus capitais	59
Figura 7 – Sul do Brasil: Principais Áreas de Produção de Tabaco em Folha e Unidades de compra e Usinas de Processamento Industrial de Tabaco, no ano de 2006.....	61
Figura 8 – Índice de Diversificação	69
Figura 9 – Grau de Integração ao Mercado	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Maiores produtores mundiais de tabaco (em t)	56
Tabela 02 – Maiores exportadores mundiais de tabaco (em t)	57
Tabela 03 – Quantidade produzida de tabaco, segundo os principais Estados Produtores do Brasil no ano de 2010 (em t)	62
Tabela 04 – Residentes nos domicílios, por condição de parentesco	70
Tabela 05 – Pessoas que residem nos domicílios dos agricultores pesquisados, por grupos de idade	71
Tabela 06 – Residentes nos domicílios dos agricultores pesquisados, por sexo	72
Tabela 07 – Agricultores pesquisados, por sexo e por grupos de idade	72
Tabela 08 – Pessoas que residem nos domicílios dos agricultores pesquisados, por participação nas atividades do fumo	73
Tabela 09 – Pessoas que residem nos domicílios dos agricultores pesquisados, por grupos de idade e por participação nas atividades vinculadas ao cultivo do fumo	73
Tabela 10 – Residentes nos domicílios, por grau de escolaridade	74
Tabela 11 - Residentes nos domicílios, por condição atual de estudo	74
Tabela 12 – Condição do produtor da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul no ano de 2011	75
Tabela 13 – Mínimo, máximo e média do total de hectares que os agricultores da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul utilizam para a produção	76
Tabela 14 – Hectares utilizados para a produção de tabaco	77
Tabela 15 – Participação do tabaco na receita bruta total (sem considerar custos de produção)	77
Tabela 16 – Pessoas que residem nos domicílios dos agricultores pesquisados, por participação em outra cultura	79
Tabela 17 – Alguns motivos do porque os agricultores da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul plantaram tabaco no ano de 2011	79
Tabela 18 - Sentimento dos agricultores da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul no ano de 2011 por serem considerados um produtor de tabaco	80

Tabela 19 – Participação da receita de tabaco na receita total	81
Tabela 20 – Produtos que se destacaram dentre os analisados na renda do agricultor da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul	82
Tabela 21 – Conhecimento dos agricultores da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul no ano de 2011 sobre a Convenção Quadro para o controle do tabaco	84
Tabela 22 – Opinião dos agricultores da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul no ano de 2011 sobre a Convenção Quadro para o controle de tabaco	84
Tabela 23 - Índice de Desenvolvimento Humano nos municípios da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul no ano de 2013	87

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFUBRA	Associação dos Fumicultores do Brasil
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
DFID	Departament for International Development
EMATER	Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IICA	Instituto Interamericano da Cooperação para a Agricultura
INCA	Instituto Nacional do Câncer
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MS	Ministério da Saúde
NUPES	Núcleo de Pesquisa Social da Universidade de Santa Cruz do Sul
OMS	Organização Mundial da Saúde
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
SIPT	Sistema Integrado de Produção do Tabaco
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 O TERRITÓRIO, A REGIÃO, A DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA E O JOGO DE INTERESSES DOS ATORES	19
2.1 A Diversificação Produtiva	25
2.2 Programa de Diversificação Produtiva no Brasil	26
2.3 A Abordagem dos Meios de Vida Sustentáveis de Ellis	31
3 A COLONIZAÇÃO DE SANTA CRUZ DO SUL E O CULTIVO DO TABACO	43
3.1 A Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul	48
3.2 A fumicultura na Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul e a Agricultura Familiar	52
3.3 A Fumicultura no Brasil e na Região Sul	55
3.4 A Fumicultura na Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul e a Convenção Quadro	63
4 AS CARACTERÍSTICAS E O PERFIL DOS PRODUTORES DE TABACO DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE SANTA CRUZ DO SUL	68
4.1 Caminhos Metodológicos Percorridos	68
4.2 Perfil Socioeconômico dos Produtores de Tabaco da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul	70
4.2.1 Índice de Diversificação Produtiva da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul	81
4.2.2 Programa de Diversificação da Produção na visão dos agricultores da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul	84
4.2.3 Grau de Integração ao Mercado da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS	97
ANEXO A	105

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação visa compreender o grau de diversificação produtiva na Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul a partir da análise do índice de diversificação e do grau de exposição ao mercado dos cultivos agrícolas.

Inicialmente é necessário compreender a formação de uma Microrregião e assim tornar-se claro a delimitação do tema em questão. Desta forma, traz-se em pauta, primeiramente, a divisão geográfica das Microrregiões do Brasil, a qual é realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão que também é responsável pelo Censo Demográfico e várias outras pesquisas de relevância nacional, incluindo o Censo Agropecuário, realizado a cada 10 anos aproximadamente.

O Rio Grande do Sul está dividido em 35 microrregiões, sendo que uma destas Microrregiões está localizada na região centro-oriental do Estado, denominada de Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul, que anteriormente era classificada como Microrregião Homogênea.

A classificação do IBGE referente à classificação das Microrregiões baseia-se quanto à estrutura de produção agropecuária, industrial, extrativismo mineral ou pesca. Na Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul esta organização se deu pela possibilidade de atender a população através do comércio de varejo ou de atacado (IBGE, 1990).

De acordo com a estrutura de produção, de troca e de consumo a Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul, segue os critérios pré-estabelecidos pelo IBGE sendo composta por dezesseis municípios: Venâncio Aires, Santa Cruz do Sul, Candelária, Vale do Sol, Vera Cruz, Herveiras, Arroio do Tigre, Sinimbu, Segredo, Passa Sete, Ibarama, Gramado Xavier, Sobradinho, Lagoa Bonita do Sul, Estrela Velha e Mato.

Esta Microrregião é caracterizada por possuir propriedades com 12 hectares em média, nas quais além da produção do tabaco também são cultivados outros produtos, como: batata, arroz, cebola, feijão, mandioca, peixes, suínos, bovinos, e aves. Porém, esses produtos não representam receita financeira para esses agricultores, pois servem como subsistência e apenas o excedente é comercializado. Assim, o tabaco já representa 72% da receita advinda da propriedade (RUDNICK, 2012).

Alguns municípios que compõem a Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul anteriormente eram influenciados por decisões tomadas por governantes que se

alocavam no município de Rio Pardo. Isto porque quando os imigrantes chegaram a colônia de Santa Cruz do Sul, esta era parte integrante do município de Rio Pardo. Nesta colônia a família dos imigrantes recebia o seu lote colonial e ali deveriam construir suas residências (VOGT, 1997).

No início, o governo providenciou para os colonos sementes de trigo, de algodão, de linho, de fumo, etc. Esta atitude vislumbrava que os imigrantes pudessem produzir para o seu próprio sustento, desenvolver a policultura e que tivessem condições financeiras para pagarem as terras que haviam recebido. No entanto, de todas as plantações cultivadas nos lotes coloniais, o fumo, a médio e longo prazo foi o que apresentou resultados mais satisfatórios (VOGT, 1997).

A quantidade de tabaco colhido e beneficiado aumentou de ano para ano e acabou se tornando o principal produto cultivado e comercializado na Colônia (VOGT, 1997). O fato de a Colônia apresentar qualidade e quantidade produzida de tabaco satisfatória com o passar dos anos alavancou o interesse das empresas tabacaleiras nesta Microrregião.

No entanto, a facilidade de produção e de comercialização, também entendida pelos agricultores, torna-os de certa forma, dependentes deste cultivo e por consequência acabaram aceitando determinados aspectos exigidos pelas empresas de tabaco, ou seja, muitas decisões tomadas pelas empresas tabacaleiras não agradam, e inclusive não são decisões que beneficiam os agricultores, mas como estes, muitas vezes, não possuem outros produtos que possam lhes proporcionar renda dentro de sua propriedade acabam aceitando tais imposições.

Outro fator importante a ser ressaltado que atinge diretamente os agricultores que cultivam tabaco é o tratado internacional, denominado de Convenção Quadro. Este tratado emergiu através de reivindicações da sociedade civil baseada nos malefícios que o tabaco causa à saúde humana. No ano de 2003, quando este tratado foi criado, 191 países o assinaram e passou a vigorar em fevereiro de 2004, sugerindo mudanças na oferta e na demanda de cigarro em todo o mundo. No ano 2005, o Brasil ratificou este tratado.

Outras mudanças foram propostas pela Convenção-Quadro como: metas de redução das áreas cultivadas com tabaco, metas de redução do consumo e da propaganda deste produto, ou seja, com a adoção desta Convenção são previstas algumas modificações na cadeia produtiva do tabaco, principalmente em sua área de produção.

A ratificação da Convenção Quadro trouxe a público muitas questões como, por exemplo, a dependência dos agricultores familiares deste cultivo. Alguns estudos¹ demonstram que a diversificação permite maior possibilidade de gerar autonomia, diversidade de rendas, aumento da qualidade de vida, entre outros fatores.

Com base na situação de dependência econômica dos agricultores com o cultivo do tabaco na Microrregião e as metas preestabelecidas na Convenção Quadro, questionou-se sobre qual o grau de diversificação das propriedades rurais da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul? Quais são os cultivos produzidos na propriedade? Qual a opinião dos agricultores sobre a diversificação? Quais são as características socioeconômicas dos produtores da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul? Qual o Grau de Exposição ao mercado destes agricultores? Com base nestes questionamentos definiu-se como objetivo central deste estudo analisar o processo de diversificação agrícola na Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul. No que tange aos objetivos específicos, buscou-se: a) caracterizar o perfil dos agricultores familiares da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul; b) analisar o grau de exposição ao mercado das famílias produtoras de tabaco na Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul e c) analisar o grau de diversificação das famílias produtoras de tabaco na Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul.

Para alcançar as repostas deste estudo, adotou-se a análise descritiva analítica para entender o porquê dos agricultores se submeterem às imposições das empresas e a dificuldade desses em diversificar suas propriedades e de que forma isso interfere em suas vidas.

Para compreensão do processo de diversificação produtiva utilizou-se o enfoque da diversificação dos meios de vida de Frank Ellis que também faz alusão ao desenvolvimento rural e aos processos de diversificação produtiva que cada vez mais ganham espaço dentro das unidades familiares. Segundo Ellis (2000, p. 57) os determinantes da diversificação dos meios de vida rurais são variados e podem estar relacionados “a aspectos edafoclimáticos ou socioeconômicos que se manifestam através da sazonalidade, dos riscos, da vulnerabilidade, das migrações, dos efeitos do mercado de trabalho, do acesso ao crédito e a outros ativos”. Por sua vez, os efeitos da diversificação se apresentam ou se expressam como atributos da diversidade na forma de atividades (pluriatividade) e de rendimentos (multirrendimentos), de tal forma que

¹ Ellis (1998), Perondi e Schneider (2011), Nierdele e Grisa (2008).

podem ser medidos ou classificados segundo critérios quantitativos e qualitativos. Ellis relata que o agricultor que se torna mais diversificado, torna-se mais livre de situações de vulnerabilidade. Mas isso se manifesta conforme a acessibilidade dos agricultores aos ativos físico, natural, humano, financeiro e social.

Ademais Ploeg (2008), afirma que quando uma unidade familiar está em processo de diversificação pode optar por pelo menos quatro mecanismos de gestão e de conversão de recursos. O primeiro deles implica ampliar o portfólio de produtos e os resultados, o que para os agricultores implica ter sistemas de produção diversificados. Mas esse processo também pode ocorrer pela redução de custos e da dependência de insumos externos. Em segundo lugar a atividade produtiva é organizada de maneira a diminuir os custos monetários, dá-se preferência para os insumos localmente disponíveis. Num terceiro nível, a conversão diversificada pode implicar a reorganização técnico-produtiva da unidade, voltando-se mais para práticas agroecológicas ou orgânicas. Num quarto nível as unidades podem recorrer à pluriatividade, combinando diferentes tipos de ocupações e de acesso a rendas. Estes quatro mecanismos possibilitam que as unidades familiares tornem-se mais estruturadas e mais autônomas. Isto ocorrerá também quando o agricultor desenvolver estratégias, como: a criação de pequenos empreendimentos sejam individuais ou cooperativados; a modificação da matéria-prima pela agregação de valor que ocasionará ampliação dos lucros e da renda.

Este estudo utilizou os dados socioeconômicos da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul obtidos pelo Núcleo de Pesquisa Social (NUPES) da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC através da pesquisa sobre as famílias agricultoras que cultivavam fumo no Sul do Brasil, intitulada: "Um diagnóstico a partir dos fumicultores associados à Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA)". Estes dados foram coletados no ano de 2011 através de um questionário socioeconômico aplicado no estado do Rio Grande do Sul, no estado de Santa Catarina e no estado do Paraná. Os dados já estavam inseridos dentro do programa estatístico Statistical Package for Social Sciences (SPSS). Este programa permitiu a realização de uma análise estatística dos dados dos municípios que integram a Microrregião de Santa Cruz do Sul. Calculou-se o Índice de Diversificação, contabilizando o percentual da receita obtida de cada produto desenvolvido dentro da propriedade em relação à receita total e o percentual do produto com maior receita dentro da propriedade. Após este cálculo foi verificado o grau de diversificação ou de especialização dentro da propriedade.

Outro cálculo realizado foi o grau de integração ao mercado. Ou seja, foi contabilizada a receita efetiva da produção agricultura dividido pela renda total agrícola. Este mesmo cálculo foi realizado para outras duas categorias, a geral e a animal. Vale ressaltar que estão inclusos neste cálculo os produtos vendidos no mercado e também os utilizados para o autoconsumo e/ou ainda estocados na propriedade.

O cálculo da receita efetiva considerou os valores obtidos com a venda dos produtos aos preços de mercado vigentes no período de outubro e novembro de 2011 e o cálculo da renda total refere-se à soma do estoque, o autoconsumo da propriedade e a venda da produção.

Com a realização destes cálculos foi possível analisar se existe diversificação ou especialização nas unidades familiares da Microrregião de Santa Cruz do Sul e ainda verificar o Grau de Integração ao Mercado.

A Microrregião de Santa Cruz do Sul não é conhecida pela sua diversificação produtiva, pelo contrário, é conhecida pelo cultivo, quase que exclusivo, do tabaco. E atualmente se encontra num cenário socioeconômico de grandes incertezas, devido à ratificação da Convenção Quadro.

Estudos apontam e dão relativa importância à diversificação produtiva, como uma possível alternativa em relação ao cultivo do tabaco e como estratégia para o próprio desenvolvimento. Dentre estes estudos, destaca-se o de Perondi, Schneider e Bonato (2008, p.4), que salienta que o “desenvolvimento é uma maneira de se retirar as barreiras, os obstáculos que acabam restringindo as escolhas dos agricultores e permitem a criação de alternativas para que estes agricultores tenham a opção de escolhas, de liberdade”.

Além disso, Schneider (2010) realça que a diversificação pode representar uma alternativa para sair da condição de pobreza ou de vulnerabilidade em que muitos agricultores familiares se encontram. A partir do trabalho do autor suprarreferido pode-se verificar a dependência dos agricultores familiares com o cultivo do tabaco e a impossibilidade de tomarem decisões que elevem sua qualidade de vida.

Nesta esteira, Nierdele e Grisa (2008) salientam que a diversificação produtiva permite aos agricultores optarem por um caminho alternativo para obterem estabilidade econômica dentro do mercado, possibilitada por não estarem com apenas um produto em negociação, uma vez que este produto pode estar susceptível a perdas de colheita, dificuldades no clima, entre outros fatores que contribuem para a vulnerabilidade dos agricultores.

A diversificação da propriedade possibilitará estratégias para obtenção de mais de uma fonte de renda e, assim permitirá reduzir a exposição às depreciações do mercado, ou seja, o agricultor mais diversificado terá maior autonomia dentro do mercado (NIERDELE e GRISA 2008).

Ellis (1998) é o autor que apresenta uma abordagem específica para tratar o tema da diversificação dos meios de vida como forma de reduzir a pobreza. Para ele a diversificação é uma estratégia para o desenvolvimento rural em vários níveis. Porém, realça que as causas e as consequências da diversificação na prática se diferenciam por: localização, ativos (natural, físico, humano, financeiro, social), nível de renda, oportunidade, instituições e relações sociais, e, também se manifestam de forma diferente em circunstâncias diferentes.

Com base nestes autores referenciados pode-se notar a importância da diversificação para o agricultor, não só pelas diferentes fontes de renda derivadas da ampliação dos cultivos produzidos dentro da propriedade, mas principalmente porque a menor dependência de um único produto torna o agricultor mais livre, mais autônomo frente ao mercado, ele consegue se tornar um ator ativo (um agente). A partir do momento que os agricultores descobrirem quais são as suas potencialidades através da diversificação produtiva poderão contribuir de forma mais efetiva com o desenvolvimento regional.

Para isso, a dissertação foi organizada da seguinte forma: o primeiro capítulo, constituído pela introdução na qual está abordado o tema, a delimitação do tema, o problema, os objetivos e a justificativa que deram base para a realização desta pesquisa. No segundo capítulo, abordou-se a história de formação da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul desde a chegada dos imigrantes alemães até os dias atuais. Para demonstrar a história da formação desta Microrregião baseou-se em autores, como Karnopp (2003), Etges (2001), Cunha (1991) e Vogt (1997).

Após a visualização da formação desta Microrregião contextualizou-se sobre o cenário do tabaco nesta Microrregião, no Sul do País e no Brasil, levantando dados da cadeia produtiva, sua importância econômica e decisões políticas que afetam a cadeia, como a Convenção-Quadro. Aborda-se tópicos com base em autores, como: Schneider (2003), Guilhoto et al. (2007), Bonatto, Zotti, Angellis (2010), Bonato (2009) e Silveira (2013).

No terceiro capítulo, apresenta-se a abordagem teórica, demonstrando as teorias que sustentam os tópicos tratados nesta dissertação. Inicialmente há contribuições que

aprofundam o entendimento sobre o desenvolvimento regional, ressaltando conceitos relevantes, como: território e região. Para aprofundar as reflexões sobre estes temas, baseou-se em autores, como: Murilo Flores (2006), Raffestin (1993), Etges (2001), e Milton Santos (2006). Em seguida, apropriou-se de obras dos autores Ellis (2001), Nierdele e Junior (2009), Nierdele e Grisa (2008), Rudnick (2008), Vargas e Oliveira (2010), Perondi, Schneider e Bonato (2008) e Schneider (2010), para aprofundar o entendimento sobre a diversificação dos meios de vida, autonomia e vulnerabilidade dos agricultores da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul.

No quarto capítulo verificaram-se as características e o perfil dos produtores de tabaco na Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul. Também neste capítulo apresenta-se a metodologia utilizada, a descrição e a análise dos resultados.

O quinto capítulo apresenta as observações sobre o levantamento do perfil dos produtores de tabaco desta Microrregião, a fim de atender e/ou responder os objetivos preestabelecidos nesta dissertação.

2 O TERRITÓRIO, A REGIÃO, A DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA E O JOGO DE INTERESSES DOS ATORES

Neste capítulo serão discutidos os conceitos relevantes para compreensão do desenvolvimento regional, como: território, região, diversificação produtiva. E através da discussão destes conceitos adentrar-se-á no processo de formação e de constituição da região a ser estudado. E ainda, será possível analisar sua identidade, suas características físicas, sociais e econômicas.

No decorrer desta seção serão destacados os conceitos de território e de região estudados por Murilo Flores (2006), Raffestin (1993), Etges (2001) e Milton Santos (2006), embora existam na literatura brasileira, acerca do presente assunto, diversos outros autores com posições diferenciadas. Assim, através destes renomados autores objetiva-se dar fundamento e esclarecimento a respeito da temática, atingindo-se um dos objetivos da dissertação.

Inicialmente faz-se necessário a reflexão quanto ao surgimento do conceito do território referente às ciências naturais. Tendo em vista que para essa área, o território primeiramente era considerado uma superposição de um conjunto de sistemas naturais. Seu conceito era estabelecido através da relação do domínio de espécies animais e vegetais de uma determinada área física (FLORES, 2006).

Ao passar dos anos e com o aprimoramento dos estudos realizados, “o conceito de território foi sendo substituído e determinado pelos geógrafos como uma relação com o espaço, com os recursos naturais, com a sociedade e com o poder” (FLORES, 2006. p.4).

Através do aprimoramento dos estudos realizados, Raffestin (1993) afirma que o espaço é anterior ao território, pois este é formado a partir do espaço. Formação esta que é construída pelo ator sintagmático, ou seja, que produz certa dependência com o espaço e territorializa este espaço. Para Raffestin (1993) o território está marcado pelas relações de poder dos atores sociais. “O espaço é a “prisão original” e o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993. p.144).

Para Raffestin (1993) todos são atores sintagmáticos, pois constroem e produzem os seus territórios. Isto porque, ao construir uma casa, por exemplo, está-se delimitando uma porção do espaço, realizando diversas ações e apropriando-se daquele espaço. “Delimitar é, pois, isolar ou subtrair momentaneamente ou, ainda, manifestar um poder numa área precisa” (RAFFESTIN, 1993.p.153).

Ainda, conforme os autores, Raffestin (1993) e Flores (2006) a “arena” de poder é palco da formação de identidade dos limites geográficos ou do próprio espaço, ou seja, o território formar-se-á à medida que a ação social de seus atores for sendo desenvolvida. De forma que esta evolução ocorrerá de maneira heterogênea, em que cada território terá suas próprias características. Logo, “o território é o resultado de uma ação social que, de forma concreta e abstrata, se apropria de um espaço (tanto física como simbolicamente), por isso denominado um processo de construção social” (FLORES, 2006.p.4).

A formação do território da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul foi estabelecida conforme o jogo de interesses dos atores sociais que possuíam poder econômico sobre este território. Pois, ao se realizar a análise das características do território santa-cruzense, como: localização, agricultura, economia percebe-se o quanto ele possuía atributos e especialidades que o identificavam como apropriado quanto aos interesses econômicos das transnacionais.

Ao se tratar da questão territorial necessariamente está se referindo ao exercício do poder. Quanto a esse ponto, Raffestin (1993), relata que é no espaço que os homens agem, ou seja, no espaço que o homem terá o domínio do território e, através deste domínio que poderá causar a própria destruição e modificação deste espaço.

Logo, pode-se correlacionar essa atitude de poder sobre o território com a ideia de território usado que Milton Santos abordou em suas obras. Santos e Silveira (2001) afirmam que o território usado envolve todos os atores e não só o Estado, este território usado está ligado com todo o tipo de ação e não somente ao espaço econômico. Somando-se a esta abordagem acrescentam que a história não ocorre com apenas algumas instituições e/ou indivíduos. Pelo contrário, a história no território vai envolver todos os indivíduos, todas as instituições, todas as empresas.

Nesse sentido, Santos e Silveira (2001. p.154) afirmam que:

O território usado abriga ações passadas, já cristalizadas nos objetos e normas, e as ações presentes, aquelas que se realizam diante dos nossos olhos. [...] O espaço é sempre histórico. Sua historicidade deriva da junção entre as características da materialidade territorial e as características das ações [...]. A esse conjunto complexo podemos denominar de território vivo, o território vivendo.

Diante da afirmação de Santos e Silveira (2001), extrai-se que o território é a junção do espaço físico com as ações dos atores que habitam no território, é a característica das atitudes e decisões tomadas por estes atores tanto no passado quanto

no futuro. O formato, a representação, a imagem que se cristaliza, denomina-se o território vivido, o território usado.

Logo, o território não é apenas demonstrado através da fonte de poder, mas também, através das relações que são estabelecidas, das características das pessoas que constituem este território e de como estas consequências irão formar a característica do mesmo.

De forma providencial, Flores (2006) contribui com a abordagem de território vivido quando faz alusão que o território possui relações sociais e quanto mais interligada essas relações, mais forte se torna a sociedade, haja visto que para conectar os atores (governo, sociedade civil, empresários, protagonistas locais, líderes locais, representantes políticos, etc.) é necessário estabelecer a construção de redes a fim de haver o planejamento e gestão do desenvolvimento territorial.

O território possuirá características próprias que serão estabelecidas pelos seus atores. Havendo assim uma relação do território com suas raízes históricas, configurações políticas e identidades (FLORES, 2006). Porém, muitos atores desconhecem as características dos seus próprios territórios, assim como de suas potencialidades, entre outros aspectos relevantes. Conhecimento que poderia facilmente contribuir para alavancar o próprio desenvolvimento territorial.

Salienta-se que uma das principais características do território da Microrregião de Santa Cruz se dá pela quantidade de agricultores familiares que estão nas áreas rurais e que desconhecem a potencialidade dos territórios que estão inseridos, de suas propriedades e/ou dos mercados que estão envolvidos. E que por desconhecerem suas potencialidades acabam ficando dependentes das decisões das empresas que buscam a lucratividade sobre eles.

Quando os agricultores conhecem as suas potencialidades e as unem com outras características de seus territórios apropriando-se deste potencial e identificando-se como atores sociais atuantes, acabam por contribuir ainda mais para o desenvolvimento do seu próprio território, alcançando resultados muito mais expressivos e satisfatórios. E acabam contribuindo para a própria formação do território.

Salienta-se, quanto à formação do território, que existem ainda, outras formas, como relatado por Pecqueur (2000), em que o desenvolvimento do território poderá ocorrer através de dois processos, um primeiro chamado processo “*top down*”, em que ocorre a divisão e a formação conforme os interesses de políticas de desenvolvimento preestabelecidos, e um segundo processo chamado de “*bottom up*”, o qual estabelece a

divisão do território através de encontros de atores sociais em um determinado espaço geográfico, buscando identificar e resolver um problema comum.

Com as exposições citadas acima quanto a história da formação do território, verifica-se que o processo “*bottom up*” seria o mais adequado, já que através deste, existiria uma maior organização dos atores sociais, que poderiam somar esforços e de forma eficaz perceber as características do território e desenvolver objetivos comuns que possibilitariam o próprio desenvolvimento do território.

Na formação de território, *bottom up*, os atores sociais estariam estabelecendo relações entre si, pois se sentiriam pertencentes a um espaço geográfico determinado. A identificação destes atores sociais que atuariam em um determinado território seria dada através das relações estabelecidas. Tendo em vista este sentimento de pertencimento dos atores sociais juntamente com sua iniciativa de desenvolver atitudes a fim de potencializar o território, podendo-se afirmar, assim, que ocorreria a territorialidade (RAFFESTIN, 1993).

A territorialidade será potencializada, segundo Raffestin (1993. p.161), quando:

É constituída de relações mediatizadas, simétricas ou dissimétricas com a exterioridade. A territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas. Conceber a territorialidade como uma simples ligação com o espaço seria fazer renascer um determinismo sem interesse. É sempre uma relação, mesmo que diferenciada, com os outros atores.

O desenvolvimento da territorialidade está baseado nas diferentes relações que os atores sociais desenvolvem juntamente com as suas diferentes ações em seus territórios. De acordo com Raffestin (1993) ainda que a territorialidade encontre-se em todas as escalas espaciais e sociais, ela é de certa forma, a “face vivida” da “face agida” do poder.

Ao compreender a importância de conhecer o território, surge a necessidade em estabelecer critérios e especificações mais aprimoradas e em menores escalas, com a finalidade de alcançar uma eficiência maior na terra ou na localidade em que se trabalha. Surge diante disso, a urgência em se conhecer muito mais do que apenas o território imediato, mas especificamente, a região.

O conceito de região é de suma importância, por ser considerado pelos geógrafos um conceito-chave, já que através deste conceito haverá a possível distinção entre a geografia, as ciências naturais e as ciências sociais. Dessa maneira, estudiosos defrontam-se em intensos debates com a finalidade principal de se estabelecer um conceito acerca do tema proeminente.

Nesse sentido, há consideráveis significados entre os geógrafos acerca do conceito de região. Senão veja-se, a região natural, sendo apoiada nos dados da natureza e a região paisagem, a qual passa a ser vista como área de ocorrência de uma mesma paisagem cultural. Pode-se dizer ainda, que a base de uma região está totalmente alicerçada pelas características históricas, naturais, sociais, econômicas, culturais e políticas (CORRÊA, 1997).

Esses diversos entendimentos sobre o conceito de região são abrangidos a partir do início de século XX, pois os economistas e politólogos aos poucos começaram a difundir o conceito de região natural juntamente com o de região econômica. Alusões que renovaram ideias e tiveram como alavanca a “nova geografia”, a qual tinha como objetivo explicar os fenômenos regionais (CORRÊA, 1997).

No entanto, para se identificar as regiões do território do Rio Grande do Sul antes de sua ocupação utilizava-se apenas duas regiões: a região dos campos naturais, que era estabelecida pela Campanha e a parte da Depressão Central, e a região das matas que correspondia a outra parte da Depressão Central, a Encosta do Planalto, e o Planalto propriamente dito (ETGES, 2001).

A ocupação do território anteriormente era estabelecida pelas condições físicas ou naturais, e eram estas características que determinavam o uso do território. Para salientar a importância destas características para a ocupação do território Etges (2001, 352-353), afirma:

A ocupação do território rio-grandense iniciou pelo Sul, pela região dos campos naturais, com a exploração da pecuária, uma vez que as condições naturais favoreciam esta atividade. Já a porção centro/setentrional ficou relegada a um segundo plano, uma vez que a floresta era considerada o grande empecilho para a expansão da atividade da pecuária em direção ao Planalto. Foi para promover a ocupação efetiva daquelas terras que, no século XIX, o governo imperial, e em seguida o governo provincial, incrementaram a vinda de imigrantes europeus, que deveriam ocupá-las e explorá-las, com suas famílias, em pequenas propriedades rurais.

Conforme demonstrado por Etges (2001) as características físicas do território eram importantes para determinar o local e a formação das regiões. Inclusive estas características determinavam decisões políticas para a apropriação do território. Um exemplo de decisão que alavancou a ocupação de uma destas regiões, a porção centro/setentrional, foi a vinda de imigrantes europeus. Esta atitude tomada pelo governo imperial influenciou a forma que se estabeleceu a região e contribuiu para diferentes características de organização.

No entanto, atualmente a ocupação do território e a formação das regiões não podem ser atribuídas somente às condições físicas ou naturais deste território, porque a ocupação e o uso deste território vão além destas questões, pois envolvem interesses econômicos, sociais, políticos e culturais. E são estes interesses juntamente com as condições físicas e naturais do território que se estabelece uma região (ETGES, 2001).

Através das características das regiões que os processos capitalistas se formarão, sendo assim, responsáveis pelo desenvolvimento dos territórios. Tendo em vista que as características das regiões podem ser influenciadas por interesses locais e/ou globais.

Diante disso, pode-se afirmar ainda que a região é um produto social gradualmente construído por sociedades nos respectivos locais em que vivem. De acordo com Corrêa (1997, p.186), o conceito de região é uma “classe de área, isto é, um conjunto de unidades de área, como municípios, que apresentam grande uniformidade interna e grande diferença face a outros conjuntos”.

É possível discorrer que região é uma particularidade, diferente de especificidade. Não se fecha perante o todo, pelo contrário, a região é a parte de um todo. Santos (2000) salienta a especificidade da região ao relatar que região e lugar não possuem existência própria, podendo ser inclusive, quando considerados na sua totalidade, uma abstração.

Conforme o movimento histórico ocorre a divisão dos recursos de diferentes formas e combinações locais, direcionando-se assim, a uma diferenciação no interior do espaço total e conferindo a cada região ou lugar uma especificidade e uma definição particular (SANTOS, 2006).

O significado de região se dá pela totalidade dos recursos e estes vão mudando conforme o movimento histórico (SANTOS, 2006). De acordo, com Santos (2006) existe uma especificidade para cada região, ou seja, cada local pertencente a uma região terá suas características e poderão mudar com o passar do tempo com a ação dos seus atores sociais.

Conforme relatado por Santos (2006) os atores sociais através de suas ações podem modificar as características de determinadas regiões com o passar do tempo e foi através da ratificação do advento da Carta Magna em 1988, que os Estados puderam se organizar com o intuito de formar unidades regionais na forma de regiões metropolitanas, de aglomerações urbanas e microrregiões, desde que constituídas por municípios limítrofes (FREITAS, 2009).

A partir destas colocações pode-se visualizar a formação de um território e uma região. Pode-se observar que a formação de um território é estabelecida pelas suas características físicas, sociais, políticas, econômica entre outras.

Tendo em vista, a importância econômica para uma região, vale destacar que o limite deste estudo é a Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul, fixada economicamente na cadeia produtiva de tabaco. Logo, é essencial analisar outras alternativas para a Microrregião para que se possa contribuir para alavancar processos de desenvolvimento regional.

2.1 A Diversificação Produtiva

Neste estudo, até o presente momento, buscou-se discutir sobre temas que envolvem os aspectos socioeconômicos e a produção na Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul, que de certa forma contribuem para a formação e a caracterização do seu território.

Tendo em vista a discussão em torno desta Microrregião, devido à ligação direta com a cadeia produtiva do tabaco, trazem-se à tona possibilidades e/ou alternativas que deslumbrem novos horizontes e aprendizados para esses agricultores, já que são diretamente ligados e influenciados por decisões relativas a esta cadeia produtiva.

A Convenção Quadro, ratificada em 2005, trouxe mudanças significativas e concretas na cadeia do tabaco. Assim, acredita-se que uma possibilidade/alternativa para que esses agricultores esquivem-se das dificuldades e das incertezas do mercado seja a aposta fundamentada e alicerçada na diversificação de suas propriedades.

Para tanto, na busca de se solidificar essa corrente alternativa, buscou-se embasamento teórico acerca do tema e das categorias analíticas subjacentes: autonomia, flexibilidade, vulnerabilidade, desenvolvimento, renda, qualidade de vida, resistência, diversificação, especialização, entre outras questões importantes para o desenvolvimento destes agricultores e desta Microrregião.

Ellis (2000) defende a diversificação produtiva como uma maneira de subsistência de várias famílias rurais, pois através dela as famílias poderão encontrar outras oportunidades para, assim, enfrentar os diversos e desconhecidos obstáculos, ou, como o próprio autor relata, as vulnerabilidades que por certas vezes, muitos encontram.

Assim sendo, devido à importância da diversificação produtiva pode-se focar nas políticas, já que se acredita que através delas existirão facilidades e/ou possibilidades quanto à diversidade das formas de subsistência.

Dentro desse contexto, na busca em auxiliar a diversidade de subsistência e almejando atender os artigos 17 e 18 da Convenção Quadro, foi criado o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, sendo necessário para desenvolvê-lo ocorrer a união de seis Ministérios, que sejam: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), da Saúde (MS), da Casa Civil, das Relações Institucionais e da Fazenda.

2.2 Programa de Diversificação Produtiva no Brasil

O Ministério que assumiu a coordenação deste programa foi o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o qual, por mostrar-se preocupado com a redução do consumo de cigarros e com o impacto que isso poderia ocasionar na vida dos agricultores que dependem da produção do fumo, vem cada dia mais se esforçando para incentivar a integração de políticas públicas que busquem apoiar a diversificação produtiva (MDA, 2010).

Salienta-se que o programa de diversificação trabalha na perspectiva de diversificação da produção e não na substituição de cultivos. Além disso, em áreas cultivadas com tabaco, o programa destaca a necessidade de realizar uma abordagem em temas associados como saúde, meio ambiente, organização social, cultura, lazer, segurança alimentar e tecnologias apropriadas (MDA, 2010).

Somando-se a essas características, o programa está baseado em quatro eixos temáticos: combate à pobreza rural, segurança e soberania alimentar, sustentabilidade dos sistemas de produção e geração de renda e a agregação de valor. Esses quatro eixos discorrem sobre as diretrizes e os instrumentos de políticas que visam o fortalecimento da agricultura familiar, tendo como principal foco, o desenvolvimento rural sustentável (MDA, 2010).

Em função da complexidade do tema, o governo entendeu ser iminente a criação de políticas diferenciadas, a fim de alcançarem e abraçarem situações futuras inevitáveis. Desta forma, a criação dessas políticas visa atender as exigências da Convenção Quadro, de redução do consumo global do tabaco que provocará

consequências relativas à estabilidade econômica dos países que estão envolvidos direta ou indiretamente com esse cultivo.

Ademais, frisa-se que não se trata de consequências a serem visualizadas e vivenciadas a uma longa distância. Pode-se notá-la internamente e diretamente no Brasil, inclusive dentro da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul. Logo, será interessante prever a cooperação do governo em buscar alternativas viáveis ao cultivo do fumo.

Nesse sentido, o governo realizou várias ações que apoiam o Programa Nacional de Diversificação nas áreas cultivadas com tabaco, conforme demonstra a figura 4. Cada uma das ações que o governo estabeleceu através desses programas possuem instrumentos diferenciados com o intuito de se atender a realidade de cada região, porém o foco não foi alterado, segue sendo o mesmo, a diversificação da produção e da renda em áreas de produção de tabaco.

De acordo com os temas e as ações abordadas pelo programa, o governo propõe-se a oferecer aos agricultores a possibilidade de ter conhecimento acerca de assuntos que, muitas vezes, não são tratados em seu cotidiano, ou que, até mesmo, estão distantes de sua realidade. Contudo, salienta-se a distância que existe entre a prática das políticas públicas e seus referenciais legais.

Por outro lado, os autores que defendem a diversificação produtiva, tal como Niederle e Wesz Jr. (2009) afirmam que este processo trará novos conhecimentos, novas perspectivas. Os produtores rurais terão maior autonomia dentro da propriedade e também em relação aos atores e ativos externos, pois através da ampliação das fontes de recursos financeiros e de renda o agricultor deixará de adquirir tais produtos no mercado e poderá internalizar esses recursos dentro de sua propriedade. Os autores ainda salientam a possibilidade das famílias mais diversificadas venderem os produtos por elas produzidos, ocasionando a diminuição da dependência dos intermediários (NIEDERLE; WESZ Jr., 2009).

Figura 1: Ações do Governo Federal que apoiam o Programa Nacional de Diversificação nas áreas cultivadas com tabaco



Fonte: MDA, 2010.

Entretanto, há críticas em relação ao Programa Nacional de Diversificação nas áreas cultivadas com tabaco, pois os agricultores são pré-selecionados baseados em suas condições financeiras ou por demanda do próprio agricultor. Outras críticas levantadas é que as atividades desenvolvidas não passam por análises de mercado e não considera o saber-fazer dos agricultores (DEPONTI, SCHNEIDER, 2013).

Outro assunto que discorre da dificuldade da diversificação nas propriedades que cultivam o tabaco é a contradição em que o Estado brasileiro possui em relação a este cultivo. Isto porque o Ministério da Indústria e Comércio arrecada muitos tributos com este cultivo, porém o Ministério da Saúde está preocupado com os malefícios que o cigarro traz a saúde dos consumidores de cigarro.

Ainda discorrendo sobre o tópico em questão, pode-se relatar que existem várias outras características relevantes acerca da diversificação da propriedade. Nesse sentido, destaca-se que a diversificação produtiva pode ser utilizada como uma ferramenta propulsora de comercialização, de resgate do cultivo de produtos tradicionais, de produção para o abastecimento da família, de ampliação da renda e de possibilidade de investimentos na produção e na qualidade da família.

Ademais, a diversificação produtiva dos agricultores, está possibilitando uma diminuição dos riscos econômicos e oferecendo uma maior segurança contra as intempéries na colheita (HAAS, 2008, p. 1). Outra característica que chama a atenção dos agricultores é a possibilidade de uma renda maior para aqueles que diversificam. Essa afirmação está baseada no trabalho realizado por Perondi e Schneider (2007), no qual analisam famílias diversificadas e não diversificadas.

Todavia, existem muitos agricultores que optam por produzir um único cultivo e especializar a propriedade. Isso ocorre tendo em vista acreditarem que a especialização é mais vantajosa economicamente e por dispender de menos esforço físico, diminuindo desta forma o tempo de trabalho. Entretanto, existem aqueles produtores que acreditam que a especialização seja lucrativa, como é o caso dos produtores de tabaco. Estes acreditam que este cultivo é o mais rentável e defendem a escolha de sua produção por alegarem ser a única coisa que sabem plantar e cultivar, saber-fazer passado de geração a geração. Realidade demonstrada por Rudnick (2008, p.10), a qual declara:

Os fumicultores ressaltam que não podem abandonar a produção do tabaco devido a sua alta lucratividade. Também porque é a única coisa que dizem saber plantar. Seus antepassados vieram da Alemanha trazendo consigo as sementes do tabaco. Ao mesmo tempo, no final da safra, a maior parte encontra-se endividada com a fumageira. De qualquer maneira, continuam trabalhando na lavoura e defendendo a necessidade de continuar plantando o tabaco, apesar das constatações feitas sobre os males causados à saúde, ao meio ambiente, sem esquecer as dívidas no final da safra.

Muitos fumicultores não abandonam a produção de tabaco por acreditarem estar abandonado suas raízes, pois o conhecimento do processo produtivo foi repassado por muitos anos. Um saber-fazer que proporcionou sustento para eles até o presente momento. Apesar das dificuldades no tocante a produção do tabaco, os agricultores estão ligados a esse cultivo não apenas pela renda em si. É mais do que isso, pode-se dizer que se tornou cultura plantar tabaco, faz parte de sua trajetória, de sua história.

Entretanto, além dos agricultores que se especializaram no cultivo do tabaco, existem aqueles agricultores que querem diversificar, mas encontram algumas dificuldades, entre elas: a falta de recursos para investimentos, a ausência de canais de comercialização para alguns cultivos agrícolas e a limitação de infraestrutura de transporte e de armazenamento.

Além destas dificuldades citadas existe ainda a falta de estudos que comprovem alternativas viáveis ao cultivo do tabaco, não só economicamente, mas também, opções que se enquadrem na realidade de cada contexto das propriedades dos plantadores de

fumo. Soma-se a essas dificuldades, a estrutura consolidada que a cadeia do tabaco possui. Isso devido ao processo histórico de inserção, de desenvolvimento e de consolidação nas empresas em nossas regiões e territórios. Fato que traz segurança aos agricultores, pois estariam mais seguros economicamente diante de um cenário estruturado, conseqüentemente trazendo dificuldades significativas à introdução de novos sistemas de produção.

Nesse sentido, a diversificação produtiva implica considerar a segurança do agricultor, ou seja, que esteja alicerçada em programas de desenvolvimento. No entanto, para proporcionar esta segurança ao agricultor, a diversificação da propriedade deverá contemplar as particularidades da região, atendendo às necessidades locais/regionais.

Vale ressaltar, que além de atender as necessidades do local é importante ter segurança e estabilidade na produção e na comercialização dos produtos a serem produzidos pelas famílias (VARGAS e OLIVEIRA, 2010). Soma-se a estes fatores a necessidade da diversificação estar adaptada a realidade da estrutura regional ou local de produção. Para isso torna-se necessário haver uma conexão das estratégias de diversificação com os mecanismos e com as políticas que visam o desenvolvimento (VARGAS e OLIVEIRA, 2010).

Além de a diversificação ser uma conexão para o processo de desenvolvimento ela possibilita outros fatores, como:

Capacidade de geração de renda, segurança e estabilidade na produção e comercialização, condições de reprodução familiar, bem estar e saúde da família, dentre outros. Além disso, as propostas devem levar em consideração não somente a unidade familiar, individualmente, mas sua inserção na comunidade e no território (VARGAS e OLIVEIRA, 2010. p.17).

Como demonstrado por Vargas e Oliveira (2010) a diversificação traz alguns fatores favoráveis não só para a unidade familiar, mas também para a comunidade e o território. Além de estes fatores serem incentivadores ao processo de diversificação, outro fato que poderá impulsionar a diversificação é a baixa rentabilidade da agricultura, pois esta implica em menores taxas de retorno para os ativos domésticos e, portanto, um incentivo para realocar recursos direcionados a outras atividades (ELLIS, 2001).

2.3 A Abordagem dos Meios de Vida Sustentáveis de Ellis

De acordo com Ellis (2001), quando as famílias decidem pelo processo de diversificação geralmente obedecem a certo conjunto de fatores, de causas e de motivações, que podem variar significativamente em diferentes situações em um determinado ponto no tempo. No que diz respeito às causas para diversificação, estas podem ser motivos específicos de localização ou de um determinado desastre. Desta forma, cada local que diversifica acaba por obter um conceito diferenciado para a diversificação, pois seus motivos são diferenciados.

Logo, as causas e as consequências da diversificação produtiva são diferenciadas na prática: seja por localização, ativos, nível de renda, oportunidade, instituições ou relações sociais. Sendo assim, não é de se surpreender, portanto, que estas se manifestem de formas diferentes em circunstâncias diferentes (ELLIS, 2001).

Entretanto, Ellis (2001) observa que em alguns momentos os autores sugerem que a diversificação esteja ligada ao fato de algumas famílias estarem envolvidas em completo desespero (pobreza, falta de bens, vulnerabilidade, desastre). Já outros autores sugerem que a diversificação pode ser uma questão de escolha e de oportunidade, envolvendo estratégias domésticas proativas que visam melhorar as suas qualidades de vida.

Ellis (2001) ainda destaca alguns determinantes para a diversificação produtiva: sazonalidade, mercados de trabalho, falhas de crédito no mercado, estratégia de risco, estratégia de ativos, comportamento e adaptação. No entanto, esclarece que não são considerações exclusivas, pois constituem forças e processos que conduzem a diversificações distintas, mas que em determinado momento se sobrepõem.

Apesar de não poder considerar a exclusividade dos determinantes anteriormente citados, Ellis (2001, p.17), relata o que se pode esperar do processo de diversificação:

- (a) reduzir o risco de insuficiência de renda em geral, diluindo o impacto de falha de qualquer fonte de renda única, (b) reduzir a variabilidade de renda intra-ano, diluindo o efeito da sazonalidade em fluxos de renda baseados na propriedade; e (c) reduzir a variabilidade de renda inter-ano resultante de instabilidade na produção e nos mercados agrícolas.²

O processo de diversificação possibilita novas estratégias para a família se desviar de situações adversas. No entanto, para que ocorra esse processo faz-se

² Tradução da autora.

necessário a ação de cada membro familiar. É necessária a ação conjunta familiar para se desenvolver o processo de diversificação dentro da propriedade.

Desta forma, pode-se dizer que a diversificação está relacionada diretamente com o indivíduo, ou seja, o indivíduo especializa-se na diversidade dos meios de subsistência e como consequência gera a diversificação, o indivíduo terá múltiplos mercados tornando assim, possível à sua família ou ao seu grupo social, a colocação de diferentes pessoas em ocupações individuais. Logo, o grupo como um todo passará por múltiplas tarefas e se especializará, apresentando habilidade em cada uma delas (ELLIS, 2001).

Assim, conforme a análise de Ellis a forma em que se realiza a diversificação dentro da propriedade, seja em nível individual ou em nível familiar trará resultados diferentes para cada uma delas. Analisando famílias rurais a abordagem de Ellis (1998, p.4) define a “diversificação dos meios de vida como um processo pelo qual as famílias rurais constroem um portfólio diversificado de atividades e de recursos de apoio social para conseguirem sobreviver e para melhorarem o seu padrão de vida”. Este trecho de Ellis reafirma a importância da diversificação dos meios de vida, não só pela renda, mas também pelas habilidades desenvolvidas como a capacidade de apoio social.

No entanto, as causas e as consequências destas famílias diversificarem seus meios de vida são diferenciadas na prática: por localização, ativos, nível de renda, oportunidade, instituições e relações sociais. E não é surpreendente, portanto, que estes se manifestem de formas diferentes em circunstâncias diferentes (ELLIS, 2001).

Analisou-se, até o presente momento, o que Ellis (2001) destaca sobre a diversificação dos meios de vida, mas afinal o que são “meios de vida”? Ellis salienta que é muito complicado limitar o conceito dos meios de vida, pois é algo que vai se transformando, conforme as complexidades que este termo abrange. No entanto, para se chegar até o correto conceito se faz necessário perseguir alguns passos.

Inicialmente verifica-se que o conceito de meios de vida no dicionário refere-se a meio para a vida. Assim, pode-se analisar que só neste contexto já se refere a algo muito amplo, pois vai além da esfera econômica, direciona a atenção para a maneira pela qual a vida é obtida. E como a vida é obtida em situações de pobreza no meio rural?

Com esta pergunta o autor vai encaminhando ao conceito de capacidade, que é um dos passos para se chegar à definição dos meios de vida. A capacidade é o conjunto

de ações alternativas que uma pessoa pode conseguir com as suas características econômicas, sociais e pessoais (ELLIS, 2001).

Outro passo para se chegar ao conceito de meios de vida é conhecer os componentes analiticamente úteis dos seus ativos, que são: capital natural (terra, água, árvores); capital físico (bens trazidos à existência por meio de processos de produção econômica); capital humano (nível de escolaridade e estado de saúde de indivíduos e populações); capital financeiro (ações de dinheiro que podem ser acessados, a fim de adquirir bens); e, capital social (as redes sociais e associações que as pessoas participam).

É importante o entendimento de cada capital. Assim, será descrito de forma sucinta cada um dos seus detalhes e suas particularidades, de maneira a se entender melhor sua real finalidade nas comunidades.

Logo, o capital humano, o primeiro a ser citado, representa o conhecimento, as habilidades, a capacidade de trabalho e a boa saúde que unidos permitem às pessoas buscarem diferentes estratégias. No entanto, o acúmulo para o capital humano só se realizará se as pessoas estiverem dispostas e puderem investir em seu próprio capital humano por meio do comparecimento a programas de formação e/ou à escola, etc. (DFID³, 1999).

Outro capital relatado é o capital social, que dentro do contexto dos meios de vida, simboliza os recursos sociais utilizados pelas pessoas a fim de alcançarem seus objetivos dentro deste meio. Esse capital possui um valor intrínseco, pois pode ser o último recurso para as pessoas carentes e que estão vulneráveis, isto porque pode oferecer uma proteção para ajudar a resistir aos impactos, tais como morte de família, agir como uma rede de segurança informal para assegurar a sobrevivência em períodos de profunda insegurança, e compensar a falta de outros tipos de capital, como, por exemplo, grupos de trabalho comunitário para compensar o capital humano limitado no âmbito de uma família (DFID, 1999).

O capital natural é o termo utilizado para a reserva dos recursos naturais de onde se originam os recursos e os benefícios úteis aos meios de vida. O capital natural abrange recursos como a atmosfera e a biodiversidade, até recursos divisíveis usados diretamente para a produção (árvores, terra, água, etc.). Esse capital é importante para

³ O DFID é um departamento do Reino Unido, cujo objetivo é promover o desenvolvimento sustentável e a eliminação da pobreza. Trabalha nas áreas de Educação, Saúde, Assistência Social, Abastecimento de Água e Saneamento, Governo e Sociedade Civil.

aqueles que têm seu sustento provido através de atividades integrais ou parciais baseadas nos recursos naturais (DFID, 1999).

Já o capital físico compreende a infraestrutura básica e os bens de produção necessários para apoiar os meios de vida. A infraestrutura representa as alterações no ambiente físico que ajudam as pessoas a satisfazer suas necessidades básicas e a serem mais produtivas. E os bens de produção são os instrumentos que as pessoas usam para serem mais produtivas (DFID, 1999).

O último capital, o financeiro, representa os recursos financeiros que as pessoas usam para atingir seus objetivos. Na falta deste capital os outros se tornam importantes para as comunidades. No entanto, esse capital não está relacionado apenas com o sentido econômico, pois abrange tanto fluxos regulares de dinheiro quanto reservas disponíveis; podendo estes, servirem tanto ao consumo, quanto à produção (DFID, 1999).

Esses componentes sustentam estratégias de subsistência individuais e familiares, através destes passos consegue-se chegar ao conceito de meios de vida - um meio de vida compreende ativos (natural, físico, capital humano, capital financeiro e capital social), atividades e o acesso a estes (mediado por instituições e relações sociais), que definem em conjunto a vida adquirida pelo indivíduo ou pela família. Ou seja, os meios de vida irão depender dos ativos que os indivíduos estão envolvidos e de como estes ativos são disponibilizados para ele. Tendo em vista, que a disponibilização vai depender de como esse indivíduo vai fazer para chegar até os ativos, de como será sua capacidade, sua determinação de conquistar tais ativos.

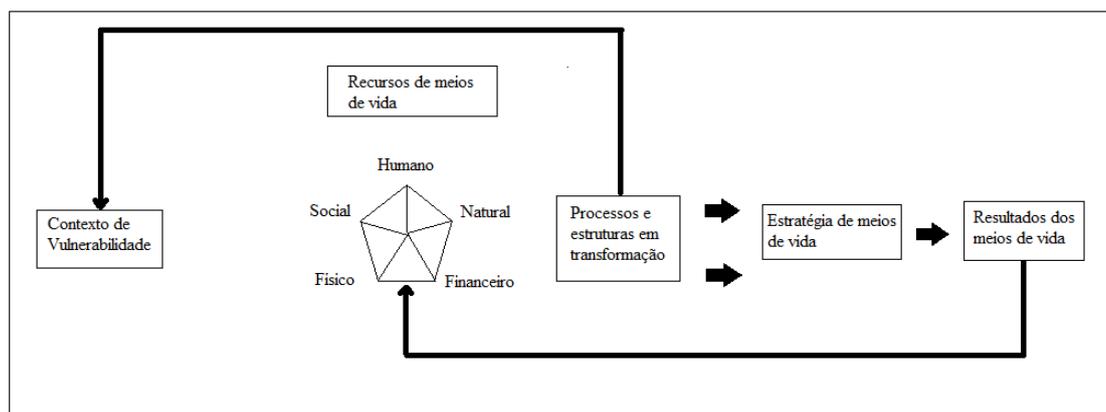
Entretanto, Ellis não foi o primeiro a utilizar essa abordagem dos meios de vida. Esta abordagem teve origem no trabalho do autor Robert Chambers, na década de 1980 e evoluiu na década de 1990 com Chambers, Conway e outros. Esta evolução foi considerada como uma das melhores abordagens que explica estratégias de sobrevivência para pessoas pobres, tornando-se um foco orientador das políticas de desenvolvimento rural (PERONDI, SCHNEIDER, BONATO, 2008).

Entretanto, para autores como Pereira, Souza e Schneider (2010) a abordagem que Ellis (2000) desenvolveu sobre os meios de vida, alavancou questões pertinentes a respeito do acesso, salientando as questões sociais e os seus impactos e também deu destaque às instituições que medeiam a capacidade individual ou familiar para alcançar suas necessidades de consumo. Desta forma, Ellis realizou a junção das capacidades, dos ativos e da sustentabilidade em um só conceito.

Os termos “meios de vida” e “diversificação” são muito utilizados para a compreensão do desenvolvimento. Para tanto, existe um manual que é uma orientação sobre os meios de vida sustentáveis do *Department for International Development* (DFID). Neste manual consta a visão geral dos meios de vida, o qual coloca as pessoas no centro do desenvolvimento. Este manual não apresenta respostas e diretrizes definitivas, mas estimula a reflexão. Neste documento consta um arcabouço, no qual se apresenta a diversidade e a riqueza de um meio de vida, que só pode ser compreendida através de uma análise qualitativa e participativa de âmbito local. Isto porque como já se evidenciou anteriormente a realidade dos indivíduos muda conforme a convivência na sociedade e esta se transforma constantemente independente do local (DFID, 1999).

Na busca de possibilitar o sucesso dos programas de redução da pobreza, este arcabouço tem a função de levar a reflexão e ao debate para que de fato esse objetivo possa ser atingido. Mas o que é este arcabouço? É uma análise das pessoas que estão inseridas dentro de um contexto de vulnerabilidade. Neste contexto, há para elas recursos ou fatores para a redução da pobreza, sendo que tais recursos são disponibilizados pelas organizações, pelas instituições e pelo ambiente social (DFID, 1999).

Figura 2: Arcabouço para a abordagem “meios de vida sustentáveis”



Fonte: Manual de Orientação Sobre Meios de Vida Sustentáveis (1999).

Como se pode verificar este quadro está relacionando ao contexto de vulnerabilidades (tendências, impactos e sazonalidade) que as pessoas estão inseridas. Diretamente ligado com este quadro está o quadro de processos e de estruturas em transformação, ou seja, as instituições e as organizações. Estão interligados, porque a

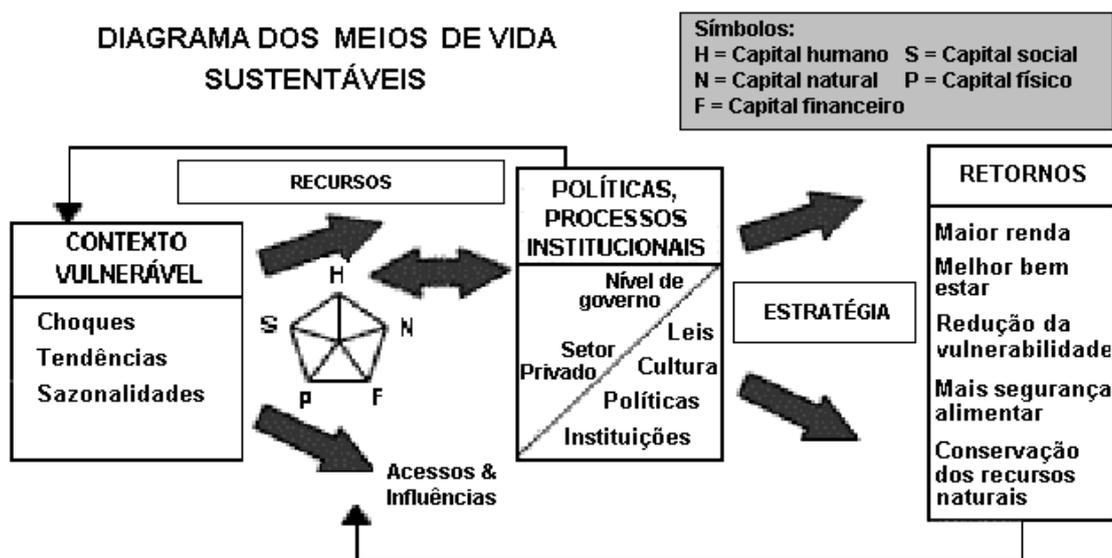
transformação de estruturas e de processos determina o acesso aos capitais, a troca entre os capitais e ao retorno seja ele econômico ou não.

A consequência do acesso a essas instituições e organizações será o resultado dos meios de vida, que vislumbra ser positivo no caso de as famílias saírem do contexto de vulnerabilidade em que se encontram. Já o pentágono que se encontra no centro do diagrama representa os recursos dos meios de vida, ou seja, os capitais: humano, natural, social e financeiro. Este pentágono demonstra graficamente como pode variar o acesso a estes recursos e está diretamente ligado aos resultados dos meios de vida, ou seja, quando as pessoas conseguem acessar esses capitais obtêm resultados positivos.

A figura 2 que demonstra o arcabouço apresentado pelo DFID tem o objetivo de auxiliar a organização dos vários fatores que podem limitar ou abrir oportunidades, além de definir as relações entre eles. Ademais, pretende oferecer um ponto de vista sobre os meios de vida que sejam gerenciáveis e que ajudem a melhorar a eficácia das atividades de desenvolvimento (DFID, 1999).

Além do arcabouço, outra ferramenta criada para auxiliar o entendimento dos diversos meios de vida foi o diagrama de meios de vida sustentáveis, conforme apresentando na figura 3.

Figura 3: Diagrama dos meios de vida sustentáveis do DFID



Fonte: Perondi e Schneider (2012) apud Carney (1998, p.5)

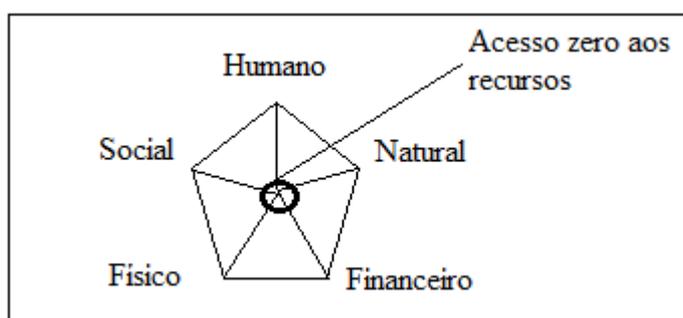
O diagrama demonstra as principais variáveis que afetam os meios de vida e as relações entre essas variáveis. Ele demonstra que os choques, as tendências e as sazonalidades afetam diretamente o resultado dos meios de vida. Isto porque vai depender da ação de cada família e/ou indivíduo conseguir tomar uma decisão/iniciativa

para sair do contexto de vulnerabilidade e ainda ter acesso às instituições e às organizações para que desta forma consigam acessar aos recursos.

Baseado nessa relação apresentado pelo diagrama, este pode ser utilizado no planejamento de novas atividades como na avaliação das atividades que já estão em percurso, sendo o seu foco ajudar as pessoas por meio de diferentes perspectivas.

Como se pode observar na figura anterior, o pentágono localiza-se no ponto central do diagrama. Sua criação teve por fundamento a possibilidade de se conseguir visualizar as informações dos recursos das comunidades. Sua utilização se faz necessária para o fim de demonstrar o acesso dos diversos grupos analisados a esses recursos. Considerando o ponto central do pentágono como o acesso zero aos recursos, conforme demonstra a figura 4.

Figura 4: Pentágono demonstrando o acesso zero aos recursos



Fonte: elaboração da autora com base em DFID (1999)

Já o perímetro externo representa o acesso máximo a esses recursos. Logo a formação do pentágono pode variar conforme a realidade de cada local que está sendo analisado. Ainda, o pentágono pode ser utilizado para direcionar os debates sobre os pontos mais pertinentes de forma à obtenção de resultados positivos nos meios de vida, como a saída do contexto de vulnerabilidade das famílias (DFID, 1999).

Sabe-se que cada local tem uma condição sócio-financeira diferente, algumas com maiores condições, outras nem tanto, de maneira que o DFID busca contemplar justamente locais onde a pobreza age de forma violenta, buscando a erradicação da pobreza e a ampliação das condições entre regiões.

É nesse sentido que o DFID busca a sustentabilidade dos meios de vida das populações por meio do acesso à educação de alta qualidade; de melhores condições de nutrição e de saúde; de um ambiente social mais coeso e que proporcione mais segurança no acesso à gestão dos recursos naturais; a melhoria do acesso à

infraestrutura básica; ao acesso mais seguro aos recursos financeiros e; a política e o ambiente institucional que apoiem a multiplicidade de estratégias de meios de vida e promovam o acesso equitativo a mercados competitivos (DFID, 1999).

Além disso, o DFID tem como foco principal a erradicação da pobreza e só pode atuar efetivamente com parceiros que compartilhem objetivos e abordagens que visem o desenvolvimento. Por isso se faz necessário a união entre as instituições públicas e a sociedade civil.

A abordagem dos meios de vida é flexível quanto a sua aplicação e está focada nas pessoas. Mas o que de fato significa esta abordagem na prática?

Nesta abordagem, inicialmente realiza-se uma análise dos meios de vida das pessoas e a forma de como esses meios sofreram modificações ao longo do tempo. Além disso, busca-se o envolvimento das pessoas por inteiro, respeitando suas opiniões; estuda-se o impacto que as diferentes políticas e dispositivos institucionais têm sobre as pessoas, as famílias e sobre as dimensões da pobreza, conforme a definição das próprias pessoas e não nos recursos ou nos próprios resultados, atua-se de forma a apoiar as pessoas para que alcancem seus próprios objetivos quanto aos seus meios de vida, embora leve em consideração questões de sustentabilidade (DFID, 1999).

Esta abordagem dos meios de vida poderá possibilitar a identificação das principais limitações e oportunidades para as pessoas, independente da localização, oferecendo, desta forma, um ponto de vista sobre os meios de vida que sejam gerenciáveis. Vale ressaltar que os resultados obtidos serão diferentes de local para local, pois as pessoas analisadas são heterogêneas.

Alguns autores, como Schneider (2010), que estudam a abordagem dos meios de vida reafirmam a sua importância relatando que especialistas querem focar nesta abordagem para compreender a diversidade dos meios de vida e a maneira de como os indivíduos se comportam diante de situações adversas dentro do contexto em que vivem.

Schneider (2010) ressalta que é importante fortalecer os meios de vida. Para tanto, seria necessário desenvolver maneiras de diversificação das possíveis opções e outras estratégias de trabalho e de renda que estas pessoas possuam. Isso quer dizer que quando as pessoas possuem mais de uma fonte de renda, independente do acontecimento de desastres, como a perda de uma dessas rendas, elas não ficarão tão vulneráveis, pois terão respaldo em outras concretas opções, reduzindo o risco em situações inesperadas de alguma adversidade.

Ocorre que, muitos agricultores ainda dependem de um único produto e acabam se tornando totalmente dependentes da renda deste único produto. Isso significa que se estes agricultores tiverem algum problema na safra, ou na produção, poderão falir ou se endividar nos bancos comerciais. Schneider (2010. p.95) acrescenta ainda que “aqueles indivíduos que estiverem em situação de dependência em relação a um repertório restrito de fontes de renda e de tipos de atividades são mais vulneráveis”.

Outros autores que abordam a importância dos meios de vida são Perondi, Keyota e Gnoatto (2007), já que segundo esses, desde que a expressão “meios de vida” surgiu e, até o presente momento, continua sendo uma das melhores abordagens para a compreensão das estratégias de sobrevivência das pessoas (famílias pobres, principalmente). Assim, reafirmam a ideia do DFID, pois relatam que os meios de vida são um excelente norte para as políticas do desenvolvimento rural. Ademais, realçam que foi através desta análise que se constatou que os indivíduos desenvolvem habilidades para sobreviverem.

Observa-se que o meio de vida é uma forma encontrada por muitos indivíduos para sobreviverem em situações de vulnerabilidade. No entanto, esta forma, ou, esta habilidade desenvolvida, ocorre de maneira diferenciada para cada indivíduo; ou seja, existe uma heterogeneidade nos meios de vida, já que a realidade muda de lugar para lugar. Porém, o que se deve realçar é que através da diversificação dos meios de vida que muitas pessoas estão encontrando uma forma de sobreviverem em situações tão adversas, como por exemplo, a fome.

Logo, para que os agricultores possam se desviar desta vulnerabilidade, a diversificação dos meios de vida é uma alternativa. Perondi, Schneider e Bonato (2008) consideram que a abordagem de Ellis apresenta grande potencial, no que diz respeito a capturar e a traduzir as possíveis estratégias desenvolvidas pelos agricultores, sendo que ainda abrange uma grande gama de ideias em torno de políticas de desenvolvimento rural.

A pesquisa realizada por Perondi, Keyota e Gnoatto (2007), identificou que a diversidade é resultado da capacidade da diversificação desenvolvida, entre outros, fatores, pela maior (e melhor) escolaridade, ou seja, quando os indivíduos possuem escolaridade adequada para entender o que está ocorrendo em seu meio, estes indivíduos entendem e percebem a importância da diversificação para a sua sobrevivência.

Quando os indivíduos entendem a importância em diversificar e desenvolvem esta capacidade acabam tendo resultados diferenciados em processos sociais e econômicos. O resultado desta capacidade em diversificar traz a abertura de novas linhas de ação destes indivíduos, ou seja, maneiras que possam oportunizar as famílias a se adaptar e a diversificar não só o seu meio de vida, mas também o meio rural e a própria região (PERONDI, KEYOTA, GNOATTO, 2007).

Ademais, Niederle e Grisa (2008, p.65) argumentam que “o desenvolvimento de estratégias de diversificação dos meios de vida é necessário para que os indivíduos tenham acesso a ativos que são mobilizados em diferentes esferas sociais, composta por atores com distintas capacidades”.

Não se pode esquecer que os indivíduos são atores sociais que apesar de estarem em condições de subordinação e, muitas vezes, de pobreza, possuem um papel de agência⁴; isto porque a própria resistência destes indivíduos, ou seja, a luta pela sobrevivência pode-se dizer que é uma forma de poder de agência (NIEDERLI e GRISA, 2008).

A capacidade de agência pode ser considerada uma forma dos indivíduos, mesmo em situações extremas e de coerção apresentarem condições de entender e de administrar em situações tão adversas como é o caso da pobreza. De alguma forma conseguem coordenar ou organizar o meio em que vivem para poderem passar por essa adversidade (NIEDERLI e GRISA, 2008).

No entanto, esses agricultores não possuem o monopólio das transformações do espaço em que vivem, que no caso é o meio rural. Estas transformações são dinâmicas e envolvem atores sociais com interesses e racionalidades muito distintas (NIEDERLI e GRISA, 2008).

Além disso, para Schneider (2010, p. 96) “o que interessa é a liberdade dos indivíduos de criar e optar por fazer as coisas do modo que quiserem e desejarem para alcançar e desenvolver o uso dos bens e recursos”, ou seja, deve-se em primeiro lugar observar a vontade de cada indivíduo.

Não se deve impor receituários de como vai se alcançar o desenvolvimento (se isso é possível) de como as famílias através dos meios de vida devem realizar a

⁴ Entende-se que a agência humana não se refere às intenções que as pessoas têm ao fazer as coisas, mas à capacidade de elas realizarem essas coisas. Os agentes humanos têm capacidade de entender o que fazem enquanto fazem, eles sabem tacitamente como continuar, mas sem capacidade de dar uma explicação discursiva direta (DEPONTI, 2010, p.68).

diversificação, pelo contrário, o termo meio de vida e a sua essência estão no indivíduo, naquilo que ele deseja, naquilo que está enraizado na sua identidade.

Essa liberdade de escolha dos indivíduos já havia sido observada por Amartya Sen (2000) e foi novamente lembrada por Schneider (2010). Sen diz que o desenvolvimento humano só pode ser alcançado quando os indivíduos de uma sociedade possuem a liberdade de escolha e dispõem de capacidade e de meios para realizar tais escolhas.

Sen (2000) também realça a importância da capacidade e das habilidades, essa importância varia conforme a intensidade dos indivíduos de terem acesso aos ativos que anteriormente foram citados, pois conforme o seu contato com esses ativos irá variar o grau de importância que cada indivíduo deve possuir para realizar essas escolhas e alcançar qualidade de vida e bem estar. Neste momento o foco do desenvolvimento deixa de ser os recursos e os atributos e passa ser as pessoas e os meios de vida que estas possuem (SCHNEIDER, 2010).

Como se pode perceber o termo meios de vida sustentáveis coloca o foco nas pessoas desde a década de 1990, quando Chambers e Conway fizeram modificações na abordagem. A partir deste momento ampliou-se a ideia de desenvolvimento, incluindo uma visão de desenvolvimento humano, deixando à margem a questão dos recursos e focando nas condições e nos pensamentos que tais pessoas estavam vivendo, ou seja, o foco está em cada indivíduo, respeitando a sua heterogeneidade.

Com a abordagem dos meios de vida acredita-se na possibilidade da erradicação da pobreza, pois através dela pode-se conhecer qual é a realidade que essas pessoas estão vivendo, além de analisar e de observar como tais pessoas reagem a situações tão adversas, como é o caso da pobreza.

Uma das possibilidades de os agricultores rurais pobres encontrarem para sobreviver é através da diversificação dos seus meios de vida, dando-lhes a possibilidade de escolhas, da liberdade em escolher o que querem realizar para melhorarem suas condições de vida. No entanto, o que se pode perceber, que essa capacidade, esta determinação está muito relacionada com a forma e a disponibilidade dos ativos: natural, físico, humano, financeiro e o social, ou seja, conforme a atuação de instituições, de organizações e da sociedade define-se a maneira com que esses indivíduos lutarão para melhorarem suas condições de vida e de bem estar.

No decorrer deste estudo pode-se analisar que vários autores relataram a importância da diversificação dos meios de vida e as suas consequências no interior das

famílias. No entanto, os benefícios advindos da diversificação não permanecem apenas nas famílias, mas na região onde esta está sendo realizada, possibilitando o desenvolvimento regional e/ou rural.

A possibilidade de a diversificação ser considerada uma estratégia para o desenvolvimento, pode estar ligada a alguns elementos considerados chave, como: “a erradicação da pobreza, o protagonismo dos atores sociais juntamente com sua participação política, o território como unidade de referência e a preocupação com a sustentabilidade ambiental (SCHNEIDER, 2004. p.94)”.

Esses elementos chave para o desenvolvimento podem ser alavancados pela diversificação dos meios de vida, pois esta estratégia não está apenas ligada a ampliação da obtenção de rendas, sejam elas agrícolas ou não agrícolas. Mas também está ligada a uma situação de reprodução social, econômica e cultural. Sendo estas situações possibilitadas através de um repertório variado de ações, de iniciativas, de escolhas (SCHNEIDER, 2004).

Portanto, os autores citados com o intuito de conscientizar e de demonstrar o potencial da diversificação produtiva como alternativa para a realidade encontrada em diversas regiões produtoras de tabaco. Tais regiões acabaram tornando-se vulneráveis devido às intempéries e às decisões que pode decorrer da cadeia produtiva que a família está envolvida.

No entanto, como fora discutido anteriormente, quanto maior o portfólio de rendas das famílias, maiores as chances de se desviarem das possíveis dificuldades. Quando a diversificação não ocorre há consequências tanto para as famílias quanto para a região em que tais famílias estão inseridas e especializadas em um único cultivo. Este fator poderá afetar a economia local, as relações sociais e breçar o desenvolvimento regional.

Portanto, para que o desenvolvimento regional se vislumbre na qualidade de vida dos agricultores, será também necessária a intervenção do Estado, porque este é capaz de criar programas, ampliar a assistência técnica e apoiar as famílias das diferentes regiões do país carentes no que se refere aos seus portfólios.

3 A COLONIZAÇÃO DE SANTA CRUZ DO SUL E O CULTIVO DO TABACO

A delimitação da área de estudo desse trabalho está diretamente influenciada pelos acontecimentos históricos da região do Vale do Rio Pardo, porque a Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul possui alguns dos municípios que fazem parte da região do Vale do Rio Pardo, assim se fará necessário abranger primeiramente e brevemente a história dessa região.

O município de Santa Cruz do Sul que anteriormente era denominado como colônia de Santa Cruz foi uma das colônias que mais se destacou e se especializou no cultivo do tabaco. E essa colônia está inserida dentro da região do Vale do Rio Pardo, que era habitada por indígenas na época da descoberta do Brasil.

Em 1750, após terem firmado o Tratado de Madrid, os portugueses fundaram a fortaleza Jesus-Maria-José na margem esquerda da confluência do Rio Pardo e Jacuí, originando a cidade de Rio Pardo. Localidade esta que até meados do século XIX fora um importante centro de distribuição de mercadorias. A partir daí, dá-se início a um processo de estagnação, diminuindo sua importância econômica no estado (KARNOPP, 2003).

A política imigratória tinha dois principais motivos para a vinda de imigrantes, a primeira baseava-se na instalação de pequenos proprietários rurais no Sul do país, com a finalidade de evitar a invasão estrangeira nestas terras. O segundo motivo baseava-se nos interesses dos cafeicultores em aumentar a força de trabalho estrangeira, a fim de estes imigrantes poderem trabalhar em suas lavouras de café (VOGT, 2006).

O objetivo de povoar o Sul com estabelecimentos de comunidades agrícolas autônomas era promover o desenvolvimento de uma agricultura voltada ao comércio interno. De forma que houvesse um equilíbrio político, ou seja, que os proprietários desses estabelecimentos não estivessem ligados à política e aos interesses ideológicos dos grandes estancieiros (CUNHA, 1991).

No ano de 1848, o governo imperial permitiu maior participação das províncias no processo de povoamento do país, surgindo algumas colônias provinciais, tais como: Santa Cruz, Santo Ângelo, Monte Alverne, Nova Petrópolis, entre outras (VOGT, 1997).

No ano de 1849 a colônia de Santa Cruz, que até então era parte integrante do município de Rio Pardo, recebeu os colonos alemães. Ao chegarem aqui, esses colonos recebiam um lote colonial no qual seriam construídas suas casas e cultivados seus

produtos (VOGT, 1997). A motivação da vinda desses imigrantes alemães para o Brasil ocorreu devido à promessa de que aqui seriam donos de terras, já que na Alemanha eles já trabalhavam na terra, mas não tinham a propriedade, apenas a posse. Sonho que os motivou a serem donos de suas próprias terras, ingressando em uma longa viagem até o Brasil. No entanto, as terras encontradas na nação brasileira por esses imigrantes eram irregulares e cobertas por florestas (KARNOPP, 2003).

Uma realidade que contrariava os agentes contratados pela Província, pois prometiam um paraíso subtropical aos colonos vindos da Alemanha e ainda prometiam que seriam donos deste paraíso. Porém, ao chegarem no prometido paraíso subtropical, o Brasil, estes colonos estavam despreparados, pois não possuíam ferramentas, dinheiro ou comida. O despreparo para com a realidade das terras encontradas, fez com que muitos colonos desistissem dos seus sonhos e acabassem indo para os centros urbanos, como o município de Porto Alegre (VOGT, 1997).

Os imigrantes que chegaram ao Sul do Brasil desempenharam um papel importante, pois apesar de serem poucos se comparados com o total da população brasileira conseguiram desbravar regiões até então desertas e de difícil acesso. Destaca-se que ao chegarem nessas regiões não possuíam ferramentas adequadas e ainda tiveram que se desviar de adversidades como, a inexistência de mercados internos e a ausência de meios de comunicação (ROCHE, 1969). Mas apesar de todas essas barreiras encontradas a contribuição desses imigrantes foi de suma importância para a economia gaúcha (VOGT, 1997).

A atividade de todas as colônias no início era da cultura de subsistência, sobretudo do milho, do feijão e da batata (ROCHE, 1969). No entanto, segundo o mesmo autor os imigrantes tinham que pagar suas dívidas para com o governo e eram desprovidos de qualquer capital, e/ou impossibilitados de investir em qualquer outro cultivo, ou até mesmo de dispor de mão de obra para desenvolver novos cultivos (CUNHA, 1991). Estes fatos foram motivos que enquadraram o tabaco dentro da realidade da colônia.

O tabaco foi um dos cultivos produzidos nas propriedades, porque se utilizava do próprio trabalho familiar, ou seja, dos idosos, das mulheres e das crianças, além de que poderiam usar uma pequena quantidade da terra para seu cultivo. Ademais, o tabaco chamou a atenção para ser cultivado por outro motivo muito relevante para os colonos, o seu valor monetário. Isso porque o tabaco gerava maior receita que o milho, o feijão e a batata. Produtos que também eram cultivados nas colônias (CUNHA, 1991).

Além da colônia de Santa Cruz estar coberta por floresta e por um relevo irregular, essa região encontrava outros problemas no que diz respeito ao seu desenvolvimento, como não possuir nenhum rio navegável para o desenvolvimento do comércio, apresentando dificuldade de comunicação com outros municípios, já que ficava distante 40 km do município de Rio Pardo, seu principal mercado e, do Rio Jacuí, que era a principal via de transporte (VOGT, 1997).

Apesar da dificuldade encontrada pelos imigrantes para cultivarem seus produtos, muitos imigrantes não desistiram e começaram a desbravar as florestas através do uso do fogo, com esse auxílio, conseguiram começar a cultivar os produtos que vieram da Europa, como: batata, aveia, centeio, cevada, rábano, fumo para o próprio consumo, entre outros (CUNHA, 1991).

A origem do tabaco, planta do gênero *Nicotina* (família das solanáceas), é discutível, alguns autores acreditam que sua origem seja a América, pois consideram a descoberta do tabaco por europeus da esquadra de Cristóvão Colombo à Ilha de Cuba no ano de 1492, segundo Moreau (1951) citado por Vogt (1997).

No entanto, o tabaco já era utilizado e considerado uma planta alucinógena de uso comum entre os índios brasileiros, que a consideravam sagrada. Ademais, muitas vezes era utilizado em rituais, já que acreditavam se tratar de uma planta medicinal (NARDI, 1996).

Entretanto, ainda de acordo com Nardi (1996), o tabaco teria sua origem remontada aos vales orientais dos Andes bolivianos, se expandindo gradativamente, conforme o deslocamento dos indígenas, os Tupi-Guarani, no território brasileiro. Ainda, segundo o autor supracitado, o tabaco poderia ser fumado com charutos e/ou cachimbos, além de mascado, bebido ou até mesmo pitado.

Vale ressaltar que para Etges (1991) a origem do tabaco começa antes mesmo da chegada dos europeus, pois já era cultivado em toda a costa brasileira pelas tribos indígenas. Porém, somente após um século da chegada de Cristóvão Colombo, o fumo passou a ser conhecido e usado em todo o mundo.

A importância de se relatar a maneira em que o tabaco foi introduzido em nosso país está diretamente ligada à colônia de Santa Cruz, pois esse fora um dos cultivos que mais se destacou entre os produzidos pelos colonos. Confirmando essa afirmação destaca-se a observação do subdiretor da Colônia Evaristo Alves de Oliveira em 1850, que salientava a necessidade de se trazer pessoas especializadas no cultivo do tabaco

para ensinar os imigrantes alemães a desenvolver o cultivo da melhor forma possível (VOGT, 1997).

O tabaco não somente se destacou na colônia, mas se tornou o principal produto desenvolvido na colônia. E foi a partir da safra de 1865/66 que Santa Cruz se tornou especializada no cultivo (VOGT, 1997). Os principais produtos desenvolvidos pelas unidades familiares eram: milho, feijão e banha, sendo o destino desses produtos o município de Rio Pardo. Assim, o tabaco e os outros produtos cultivados pela colônia chegavam a outras regiões, como por exemplo, o município de Porto Alegre, devido aos comerciantes se alojarem em Santa Cruz e arredores (CUNHA, 1991).

Entretanto, outras atividades eram desenvolvidas dentro da unidade familiar como, o artesanato e a produção de tecidos rústicos (ETGES, 1991). Esses diferentes produtos desenvolvidos na unidade familiar eram cultivados e fabricados para o autoconsumo, mas também para saldarem suas dívidas (lote colonial e viagem até o Brasil) (VOGT, 1997). Além do deslocamento dos imigrantes alemães entre a colônia e o município de Rio Pardo para negociações dos produtos formou o sítio urbano de Santa Cruz do Sul (ETGES, 2000).

Entre os motivos de Santa Cruz se especializar no cultivo do tabaco pode-se destacar o fato dessa colônia desenvolver os mesmos produtos cultivados por colônias aos arredores de Porto Alegre, além de não possuir um rio navegável que possibilitasse maiores possibilidades de diferentes comércios. Ademais, o tabaco era um produto que possuía seu transporte facilitado e o seu valor monetário era superior se comparado ao do milho, do feijão e da banha (VOGT, 1997).

O transporte facilitado do tabaco era financiado pelos próprios comerciantes de armazéns que se apropriaram da mão de obra das pequenas propriedades, pois estes monopolizavam as informações sobre o preço, permitindo a manipulação e a especulação a seu favor. Os comerciantes também eram responsáveis pelo destino da produção, seja ela para postos de venda ou portos fluviais (VOGT, 1997). Ademais, eram “os próprios comerciantes que orientavam os agricultores como plantar e também os responsáveis pela introdução de novas técnicas produtivas” (VOGT, 1997, p.94).

Apesar das dificuldades encontradas, como, o transporte e a comunicação com outros municípios; a colônia de Santa Cruz em 1877 torna-se um município autônomo, pois foi emancipado de Rio Pardo, sendo caracterizada como vila (ETGES, 1991). No ano de 1878 com a instalação da Câmara Municipal, tornou-se o município de Santa Cruz do Sul e no ano de 1905 foi elevado à categoria de cidade.

Vale ressaltar que nesse período a ex-colônia começa a ter mais importância no cenário econômico do estado, diferentemente do município de Rio Pardo, conforme já fora citado pela autora Karnopp (2003), devido ao processo de estagnação. Esse destaque do município de Santa Cruz do Sul pode ser relacionado com a consolidação das indústrias fumageiras nesse local (ETGES, 1991).

As empresas que se consolidaram nesse período, segundo a autora supracitada, foram: Companhia de Fumos Santa Cruz no ano de 1918; Souza Cruz: beneficiadora de fumo de capital anglo-americano (BAT), instalada no ano de 1919; Tabacos Tasch, beneficiadora – fundada em 1932 por teuto brasileiros residentes em Santa Cruz e a Companhia de Cigarros Sinimbu em 1948 que era propriedade da família Hening local (ETGES, 2001).

Desta forma, Santa Cruz do Sul ficou conhecida como a capital do fumo por concentrar fábricas de cigarro e indústrias de beneficiamento de folhas de tabaco. Além disso, no ano de 1922 o beneficiamento dessas empresas corresponderam a 222 mil toneladas, que na época correspondia à metade da produção nacional (VOGT, 1997).

Conforme Etges (2001) a partir da década de 1960 a indústria expande-se e concentra-se no território dos municípios de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz e observa-se um processo de intensificação na produção nesta microrregião⁵. Santa Cruz do Sul juntamente com os dois municípios destacados acima, atualmente, formam o maior complexo agroindustrial do mundo e também sediam grupos envolvidos na produção de tabaco, como: Afubra, Sindifumo e Sintrafumo (SILVEIRA, 2013).

Entretanto, as empresas instaladas nos municípios a partir da década de 1960 acabaram sofrendo uma crise, devido à política anti-inflacionária desenvolvida pelo governo federal. Isso porque o crédito para a indústria fumageira era essencial para o financiamento do cultivo do fumo oferecido aos produtores, ou seja, a restrição de crédito ao setor acabou atingindo-o diretamente. Desta forma, ocorreu um processo de internacionalização das indústrias de fumo local (ETGES, 1991).

Em contrapartida, a vinda de multinacionais a partir da década de 1960 não apresentou resistência pelos fumicultores. Pelo contrário, devido à desorganização do ramo fumageiro até essa época os investimentos proporcionados pelas multinacionais e a garantia da compra total da produção acabaram dando novas expectativas a esse ramo.

⁵Sobre a Microrregião tratar-se-á na próxima seção.

A partir desse momento houve certo “poder de barganha” por parte dos agricultores, já que as empresas competiam pela matéria prima (VOGT, 1997).

As técnicas estabelecidas para a produção de tabaco pelas novas empresas foram aceitas pelos agricultores sem apresentarem resistência, porque para eles era preferível aceitar maior subordinação a plantar outros cultivos. A este fator somava-se a reduzida extensão das propriedades, a topografia acidentada, a falta de máquinas e de políticas que incentivassem os cultivos que poderiam ser desenvolvidos em pequenas propriedades (VOGT, 1997).

O município de Santa Cruz do Sul, desde sempre, apresentou vocação para o cultivo do tabaco, considerando as várias características da região, como: a terra, o solo, as condições climáticas, a topografia, entre outros.

Embora essa realidade fosse de fácil constatação, o cultivo do tabaco ainda não havia atingido todo seu potencial devido à falta de recursos para o investimento em sua produtividade. Esse potencial foi visualizado pelas empresas multinacionais e pelos imigrantes como forma de conseguir melhores condições de vida. Da mesma forma as fumageiras, no decorrer dos anos vieram tomando conta do mercado e ganhando domínio sobre os territórios de forma significativa.

3.1 A Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul

Diante do exposto na seção anterior, pode-se afirmar que as características físicas do território tiveram importância na maneira que ocorreu a ocupação territorial. Mas a sociedade também contribuiu para as modificações neste território, pois as mudanças ocorreram conforme os seus interesses, deixando desta forma a sua marca (ETGES, 2001).

Após as modificações realizadas através da ocupação do território este acaba tendo suas próprias características como, formação, geografia física, economia, população, agricultura, indústria e turismo.

Tendo em vista que cada território possui tais características, o Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE) em 1987 vislumbrou a relevância de haver uma divisão regional para fins estatísticos através das características de cada região quanto à estrutura de produção agropecuária, industrial, extrativismo mineral ou pesca.

Para isso, o IBGE realizou a Divisão Regional em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas. As microrregiões foram definidas como pertencentes às mesorregiões e a

organização dessas microrregiões se deu também pela interação das áreas de produção, pelos locais de beneficiamento e pela possibilidade de atender à população através do comércio de varejo ou de atacado (IGBE, 1990).

A organização microrregional, conforme relata Geraldine (2008, p.27):

Estabeleceu-se também pela interação das áreas de produção e locais de beneficiamento e pela possibilidade de atender a população através do comércio de varejo ou atacado ou dos setores sociais básicos. Desta forma, a estrutura da produção para identificação das microrregiões é considerada em sentido totalizante, constituindo-se pela produção propriamente dita, distribuição, troca e consumo, incluindo atividades urbanas e rurais. Assim, expressa a organização do espaço a nível micro ou local.

Para a identificação de uma microrregião foram estabelecidos dois critérios: a estrutura da produção e a interação espacial. A análise da produção agrícola se dá com base na utilização da terra, no grau de diversificação, no nível tecnológico e no emprego do capital. Já a produção industrial refere-se à importância dada ao centro industrial quanto ao valor da transformação industrial e do pessoal ocupado. O indicador espacial está relacionado com a influência dos centros sub-regionais e centros de zona, enquanto elementos articuladores do processo de beneficiamento, de coleta, de expedição de produtos rurais, de distribuição de bens e de serviços ao campo a outras cidades (IBGE, 1990).

No entanto, esta Divisão Regional não é utilizada por todos os órgãos, pelo contrário, cada órgão utiliza sua própria divisão, conforme os seus critérios e propósitos. O IBGE, como já foi citado, utiliza os seus dados para fins estatísticos, já o Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) utiliza seus dados para fins de planejamento de cada região.

Logo, o município de Santa Cruz do Sul, conforme a divisão do COREDE, encontra-se na região do Vale do Rio Pardo, a qual abrange 23 municípios: Arroio do Tigre, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, General Câmara, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Mato Leitão, Pântano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz.

No entanto, esses municípios são muito desiguais em relação à formação econômica e às condições físico-geográficas. Conforme relata Etges (2001), atualmente dentro desta região há três sub-regiões: o norte, com predominância da pequena propriedade, tendo sua descendência alemã, luso-brasileira e italiana e tendo muitos problemas em relação às alternativas econômicas que agreguem valor à produção do minifúndio; o centro, abrangendo o polo industrial-comercial de Santa Cruz do Sul e

idades vizinhas como Venâncio Aires e Vera Cruz; e o sul, que abrange as médias e as grandes propriedades, tendo como atividade principal a pecuária e a orizicultura (ETGES, 2001).

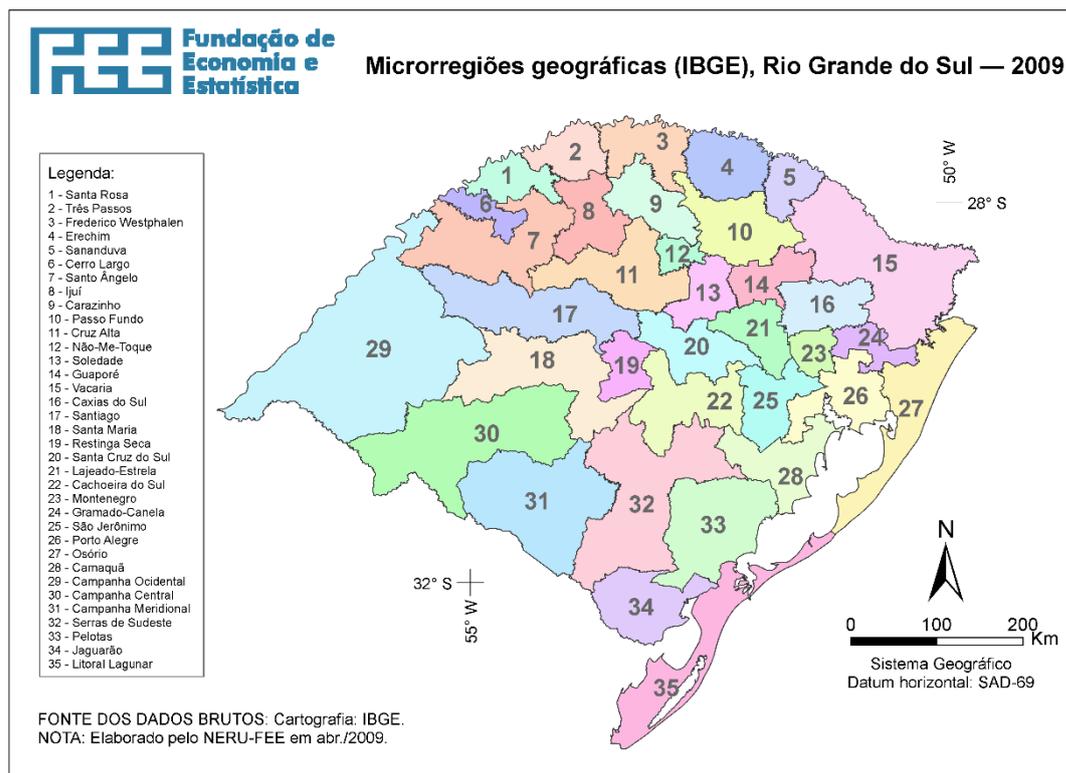
Porém, para que não haja tantas diferenças em relação à formação de uma região, Toni e Klarmann (2002, p.528) citam o relatório do Programa Estadual de descentralização Regional que diz:

É necessário ressaltar a importância de elaborar uma Divisão Regional que seja utilizada e/ou incorporada por todos os órgãos públicos estaduais, porque atualmente cada Secretaria e/ou órgão vinculado possui uma divisão regional própria, (...) cada uma delas dividiu o Estado em regiões de acordo com seus critérios. Em consequência disso, ocorre a falta de uma referência espacial comum a todos os órgãos públicos, dificultando tanto a integração das ações regionais das Secretarias no espaço estadual, quanto a regionalização do orçamento. (RS. Secr. Inter., Desen. Reg. Urb. Obr. Publ., 1988, p.23).

Tendo em vista que não há uma divisão regional que incorpore todos os órgãos públicos estaduais faz-se uso da Divisão Regional realizada pelo IBGE, o qual divide o território em Microrregiões.

A Microrregião estudada é a Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul, a qual abrange 16 municípios: Arroio do Tigre, Candelária, Estrela Velha, Gramado Xavier, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Mato Leitão, Passa Sete, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Vale do Sol, Venâncio Aires e Vera Cruz.

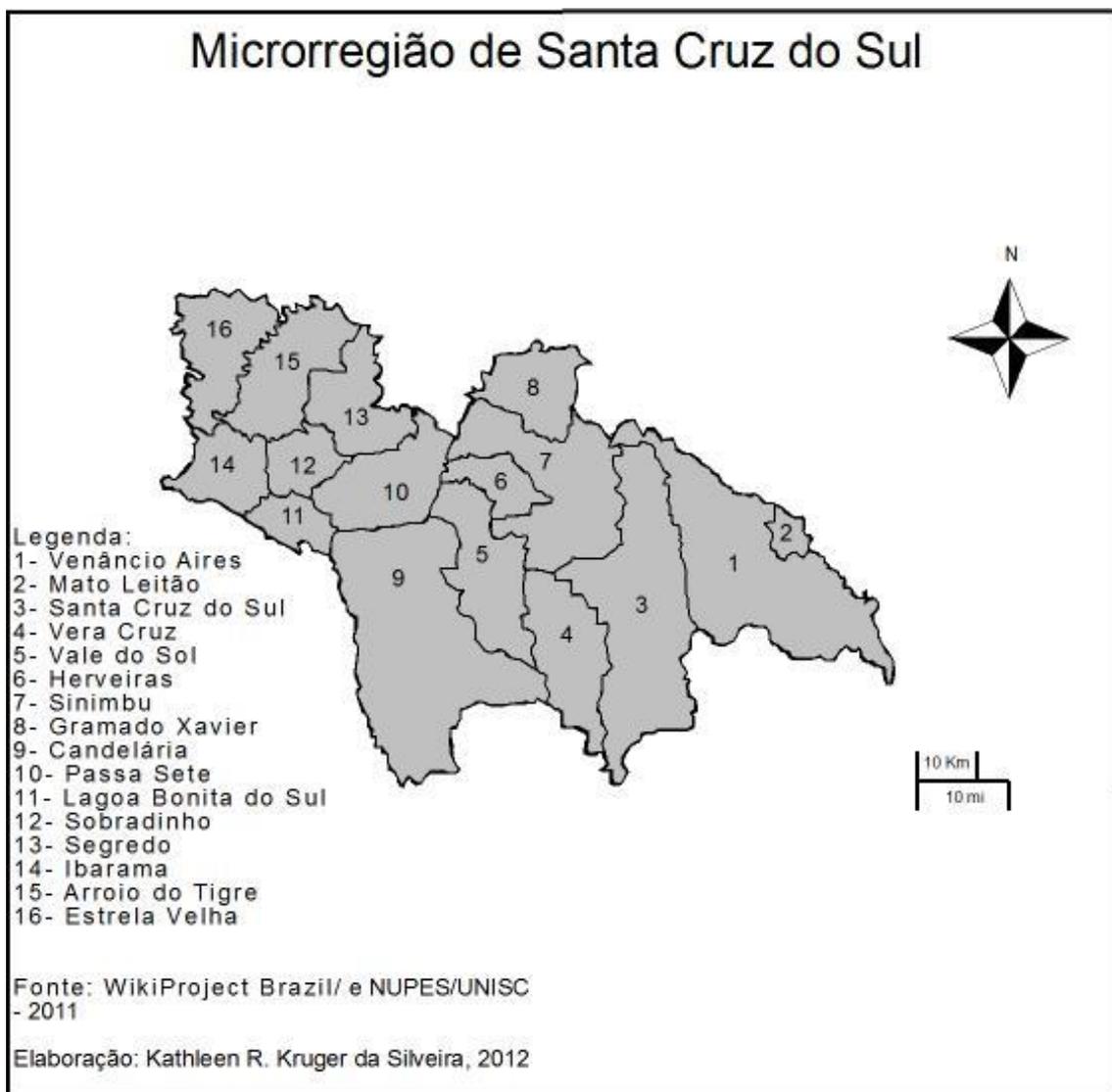
Figura 5: Microrregiões Geográficas do Rio Grande do Sul



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2009.

A Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul localiza-se na região centro-oriental do estado do Rio Grande do Sul e a sua formação se dá primeiramente pela formação da região do Vale do Rio Pardo, pois muitos dos municípios já existiam quando se formou a colônia de Santa Cruz, como, por exemplo, o próprio município de Rio Pardo. Uma das características da agricultura dessa colônia era desenvolver cultivos para a subsistência das famílias, mas também de abastecer as cidades que estavam em expansão, no caso o município de Rio Pardo (CUNHA, 1991).

Figura 6: Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul em 2011



A definição da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul foi estabelecida pelas características de estrutura agropecuária e industrial. A identificação desta microrregião foi realizada através de sua estrutura de produção e através de sua interação espacial. Desta forma, foi estabelecida por dezesseis municípios conforme apresentado na figura 2.

3.2 A Fumicultura na Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul e a Agricultura Familiar

Uma das características da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul que contribui para o cultivo do tabaco é o tamanho de suas propriedades, pois possuem áreas

pequenas para outros tipos de cultivos mais característicos do estado do Rio Grande do Sul como: o arroz, a soja ou até a pecuária. Esta Microrregião é caracterizada pela monocultura do tabaco e por ter como principal meio de produção a agricultura familiar.

No entanto, para ser caracterizado como estabelecimento com base na agricultura familiar é necessário atender alguns requisitos, conforme a Lei nº 11.326. Essa lei estabelece os conceitos, os princípios e os instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (BRASIL, 2006).⁶

O termo agricultura familiar primeiramente referiu-se à produção agrícola de baixa tecnificação, na qual a mão de obra era exclusivamente familiar, porém sua abrangência vem sendo discutida ao longo dos anos. Atualmente, assume-se que a agricultura familiar engloba vários conjuntos de categorias sociais: assentados, arrendatários, parceiros e integrados à agroindústria (SCHNEIDER, 2003).

No Censo Agropecuário de 2006 foram identificados no país 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar. Eles representavam 84,4% do total, mas ocupavam apenas 24,3% (ou 80,25 milhões de hectares) da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros (IBGE, 2009).

Dessa forma, o setor agropecuário familiar é lembrado por sua importância na absorção de emprego e na produção de alimentos, especialmente voltada para o autoconsumo, ou seja, foca-se mais nas funções de caráter social do que nas econômicas, tendo em vista sua menor produtividade e incorporação tecnológica. Entretanto, é necessário destacar que a produção familiar, além de redutora do êxodo rural também contribui expressivamente para a geração de renda dessas famílias (GUILHOTO et al, 2007).

Pode-se destacar a importância da agricultura familiar como estratégia de desenvolvimento do país, como geradora de riquezas e autossustento para agricultores, devido à produção de alimentos e à diversificação dos mesmos, além de atuar na valorização do homem do campo.

Também, destaca-se a importância da agricultura familiar por absorver a mão de obra e gerar renda no campo, tendo como consequência a redução da migração da

⁶ Logo, é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, possui área menor do que 4 módulos fiscais, mão de obra familiar, renda vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família (BRASIL, 2006).

população do campo para as áreas urbanas, além de apresentar influência na segurança alimentar e na preservação do ambiente, tendo como sua finalidade o desenvolvimento sustentável.

Através da participação no Produto Interno Bruto (PIB), pode-se ver o quanto a agricultura familiar é importante para o nosso Estado, sendo responsável por 27% do PIB, produzindo 89% do leite, 74% do milho, 58% de soja, 74% de aves, 71% de suínos, 38% de bovinos de corte e 97% de fumo (BRIXIUS, AGUIAR, MORAES, 2006).

Com a participação expressiva da agricultura familiar no (PIB) a partir da década de 1990 observa-se um crescente interesse pela agricultura familiar no Brasil. Esse interesse materializou-se em políticas públicas, como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) criado no ano de 1996 e na criação Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no ano de 1999 além do revigoramento da Reforma Agrária.

A formulação das políticas favoráveis à agricultura familiar e à Reforma Agrária obedeceu, em boa medida, às reivindicações das organizações de trabalhadores rurais e à pressão dos movimentos sociais organizados, mas está fundamentada também em formulações conceituais desenvolvidas pela comunidade acadêmica nacional e apoiada em modelos de interpretação de agências multilaterais, como a Organização das nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e o Banco Mundial (OLALDE, 2002).

De certa forma, o estado do Rio Grande do Sul tem na agricultura familiar uma de suas origens, cultura e tradições. Além disso, muitas regiões e municípios desse estado se desenvolveram em função do trabalho dos imigrantes colonizadores (REICHERT, GOMES e SCHWENGBER, 2008).

Pode-se dizer que não é diferente na Microrregião de Santa Cruz do Sul, pois desde o princípio a construção e o desenvolvimento da Microrregião estão predominantemente ligados ao trabalho dos colonos alemães, italianos e açorianos que vieram para essa Microrregião e a desbravaram, construindo suas casas, plantando seus alimentos, trazendo seus conhecimentos, suas tradições, sua cultura.

Diante do exposto, pode-se dizer que a categoria social, agricultura familiar, é ampla e heterogênea, pois pode ser identificada de várias formas, podendo relacionar desde assentamentos, até famílias que sempre foram proprietárias de uma pequena quantidade de terra. No entanto, vale ressaltar que a agricultura familiar é caracterizada

principalmente por ser um grupo familiar que produz para o mercado e para o autoconsumo.

Vale ressaltar que a agricultura familiar é a categoria social responsável pelo desenvolvimento do tabaco no estado do Rio Grande do Sul e do Brasil, devido às suas características sociais, financeiras, de trabalho e de formação familiar.

3.3 A Fumicultura no Brasil e na Região Sul

Com a chegada dos portugueses no território brasileiro no período colonial iniciou-se um processo de expansão do cultivo e da produção do tabaco no território, passando a ser industrializado. Nessa época o tabaco aqui produzido tinha destinos diferentes: os fumos de melhores qualidades eram exportados para Lisboa, uma parcela do tabaco exportado era utilizado como gênero de comércio na compra de escravos na África, e o fumo com a qualidade inferior era utilizado no consumo interno brasileiro (VOGT, 1997).

No entanto, o tabaco não estava crescendo somente no território brasileiro, mas também começou a expandir-se mundialmente por volta do século XX. Com esse aumento e interesse do mundo pelo tabaco, os produtores começaram a se especializar e se realocar no território (SILVEIRA, 2013).

Devido ao consumo do tabaco tanto no Brasil quanto na Europa, os brasileiros começaram a especializar na produção e na conservação dessa planta. Com o passar dos anos, cada vez mais o Brasil foi crescendo como produtor e também como exportador, isto porque, muitos municípios se especializaram para a produção desse produto.

Até o início do século XX o tabaco diversificou-se tanto nas áreas plantadas, como na industrialização e na comercialização (ETGES, 1991). E entre os anos de 1901 e 1930, ocorreu a concentração espacial, agrícola e industrial (Bonatto, Zotti, Angellis, 2010), concretizado, através de uma política de desenvolvimento que estimulava a produção do tabaco em outras áreas além da Bahia (ETGES, 1991). Desta forma, foi através dessa política que se iniciou o cultivo de tabaco em Minas gerais, Goiás, São Paulo, Santa Catarina, Paraná e no Rio Grande do Sul (BONATTO, ZOTTI, ANGELLIS, 2010).

Atualmente, o Brasil encontra-se em destaque na produção mundial de tabaco, pois está entre os principais produtores de tabaco em folha, chegando a sua produção em 863.079 toneladas, segundo FAOSTAT (2009) citado por Silveira (2013). Com esse

valor de produção o Brasil encontra-se como o segundo maior produtor de tabaco, além de ser o maior país exportador.

Um fator que contribuiu para que o Brasil se tornasse um dos líderes mundiais em exportação do tabaco, foi a introdução de adubos químicos nas lavouras de fumo pela empresa British American Tobacco. A junção da utilização desses adubos com a seleção e o melhoramento genético das sementes, contribuíram para diminuir o ciclo vegetativo da planta e obter maior quantidade e melhor qualidade do fumo, adequando-se as exigências do mercado internacional (VOGT, 1997).

Tabela 1: Maiores produtores mundiais de tabaco (em t):

Países	2009/2010
1. China	2.355.500
2. Índia	765.000
3. Brasil	726.050
4. Estados Unidos	351.970
5. Malawi	224.290
6. Turquia	175.870
7. Indonésia	149.480
8. Argentina	132.720
9. Zimbábwe	123.470
10. Itália	86.780
Total	6.787.020

Fonte: Anuário Brasileiro do Tabaco (2011.p.91).

Desde o ano de 1995 o Brasil é o líder mundial das exportações do tabaco, pois desde essa época o país vem se enquadrando na qualidade exigida pelos padrões internacionais (BONATTO, ZOTTI E ANGELLIS, 2010).

Entretanto, as exigências advindas do comércio internacional eram repassadas para os agricultores, ou seja, o Brasil estava se tornando um líder mundial de exportação, mas o agricultor estava perdendo a autonomia⁷ no processo de produção familiar do tabaco (VOGT, 1997).

Somando-se a esse fator existem os investimentos constantes do capital multinacional que tem como objetivo alcançar o máximo de produção, ou seja, para obter tal finalidade vislumbram a expansão de novas áreas produtoras e a ampliação dos produtores integrados. Além desses objetivos as empresas também investem na inovação tecnológica destinada aos processos de plantio e de cura do fumo. Mas também investem na ampliação e na modernização de suas usinas, de forma que aumente sua capacidade de processamento e de exportação (SILVEIRA, 2011).

⁷ Autonomia questionável, devido ao fato de estar articulado ao capital.

Com investimentos no complexo agroindustrial do tabaco, seja ele estabelecido desde o seu plantio até a sua exportação, no ano de 2010 a liderança do Brasil entre os países na exportação de tabaco não foi diferente, conforme se pode verificar na tabela 2.

Tabela 2: Maiores exportadores mundiais de tabaco (em t):

Países	2010
1. Brasil	505.620
2. Índia	247.500
3. China	190.000
4. Estados Unidos	147.530
5. Malawi	134.470
6. Turquia	109.390
7. Argentina	73.110
8. Zimbabwe	70.000
9. Itália	47.200
10. Outros	713.100
Total	2.237.920

Fonte: Anuário Brasileiro do Tabaco (2011, p.91).

Para que o país tenha alcançado essa posição no ranking mundial destaca-se a estabilização da economia após 1994 e a existência de uma demanda expressiva de financiamentos para a produção de fumo, além da atividade de beneficiamento do tabaco ser altamente lucrativa para as empresas multinacionais que controlam essa atividade no país, atualmente o tabaco brasileiro é competitivo em todo o mercado mundial (SILVEIRA, 2011).

No entanto, o fato de o Brasil ser o líder mundial de exportação do tabaco e estar entre os principais países produtores está diretamente ligado a um conjunto de fatores, como: custo de produção baixo, sistema de produção integrado (contratos diretos entre agricultores e empresas) e qualidade do fumo produzido.

Vale ressaltar também o interesse do governo brasileiro em permitir a entrada do capital estrangeiro e a instalação de agroindústrias, pois essa política incentivadora da modernização da agricultura contribui e incentiva as regiões produtoras de tabaco, além de salientar a importância econômica do cultivo para tais regiões (MENGEL, 2010).

Atualmente, somente no Brasil as lavouras de tabaco são responsáveis por sustentar mais de um milhão de pessoas, tendo 2,5 milhões de empregados em toda a cadeia produtiva (ABDALA, GOSENHEIMER, 2012). Além disso, estão envolvidas aproximadamente 220 mil famílias, que o desenvolvem em pequenas áreas de produção e tem o tabaco como único ou como principal fonte de renda dentro de suas propriedades (BONATTO, ZOTTI, ANGELLIS, 2010).

As famílias envolvidas na cadeia produtiva do tabaco negociam com as empresas através do Sistema Integrado de Produção do Tabaco (SIPT)⁸. Este sistema é avaliado como um sistema bem sucedido, devido ao número de agricultores envolvidos que contribuem para o aumento da produção (RUDNICKI e WAQUIL, 2013).

As empresas que estão dominando o mercado do tabaco com suas unidades de processamento industrial, são: as norte-americanas *Universal Leaf Tobacco* e *Aliance One International*, e a japonesa *Japan Tobacco International*. Essas empresas transnacionais estão organizadas para controlar o fornecimento e a comercialização do tabaco para as indústrias de cigarro (SILVEIRA e DORNELLES, 2013). Com o Sistema Integrado de Produção as empresas conseguem estabelecer as quantidades plantadas e os preços do tabaco, conquistam a credibilidade e a legitimidade das regiões plantadoras de tabaco e do governo Federal (RUDNICK, 2012).

Essas empresas juntamente com a *British Tobacco International* desde a década de 1970 estão controlando o cenário do mercado nacional e internacional do tabaco, ou seja, essas empresas estão comandando a produção agroindustrial e a exportação de tabaco em folha do país. Somente no ano de 2005 foram responsáveis por 75,3% do beneficiamento industrial do tabaco em folha produzido no país, além de sua comercialização nacional e internacional (SILVEIRA, 2007).

Entretanto, como se pode observar no quadro a seguir as empresas tabacaleiras com o passar dos anos, principalmente após a década de 1990 tornaram-se principalmente dominadas e controladas por interesses estrangeiros. De acordo com Mengel (2010) um dos motivos que facilitou o controle destas empresas internacionais é o processo de globalização que proporciona tomar decisões e atitudes em escala global. Não obstante, ocasionando prejuízos nas decisões dos Estados nacionais que acabam perdendo forças para tomadas de decisões.

⁸ Este sistema é estabelecido através de contratos formais e informais. No contrato formal consta a responsabilidade da empresa fornecer para os agricultores as sementes, agrotóxicos, insumos e ainda orientação técnica sobre o que plantar e como plantar, tendo como comprometimento dos agricultores a entrega de sua produção para a empresa (SILVEIRA, 2007).

Quadro 1: Empresas processadoras de fumo instaladas em Santa Cruz do Sul segundo origem de seus capitais.

Empresas instaladas até 1965 (por origem de capital)	Alterações no controle entre 1966 e 1974 (por origem de capital)
Fábrica de Cigarros Sudan S/A – (nacional)	Fábrica de Cigarros Sudan S/A – (nacional)
Cia. De Fumos Santa Cruz – 1918 (nacional)	Grupo Remtsmann – 1970 (alemão)
Cia. De cigarros Souza Cruz – (1917) (anglo-americano)	Cia. De cigarros Souza Cruz – (1917) (anglo-americano)
Cia. De Cigarros Sinimbu – 1948 (nacional)	Grupo Brinkmann – 1970/72 (alemão)
Exportadora Hennig S/A – 1889 (nacional)	Kliemann& Cia. – 1915 (nacional)
Tabacos Tatsh S/A – 1932 (nacional)	Botcher e Wartchow – 1932 (nacional)
Kliemann& Cia. – 1915 (nacional)	Armada S/A – Ind. E Com; - 1968 – (alemão)
Botcher e Wartchow – 1932 (nacional)	Tabra – Exp. De Tabacos do Brasil Ltda – 1970 (americano)
	Cia. Meridional de Tabacos – 1974 (Francês)
Propriedades das empresas – 1975/77 (por origem de capital)	Perfil atual do controle acionário das empresas – Após década de 1990
Fábrica de Cigarros Sudan S/A – (nacional)	Phillip Morris Inc. – 1975 (americano)
Phillip Morris Inc. – 1975 (americano)	Cia. De cigarros Souza Cruz – (1917) (anglo-americano)
Cia. De cigarros Souza Cruz – (1917) (anglo-americano)	Universal Leaf Tobacco Ltda. – 1991 – (americano)
R. J. Reynolds Tab. Do Brasil – 1975 – (americano)	Dimon Standart Incorporated – (americano)
Tabacos Brasileirus Ltda. – 1876 (americano)	Kannenberg e Cia. Ltda, - 1953 (nacional)
Kliemann& Cia. – 1915 (nacional)	
Botcher e Wartchow – 1932 (nacional)	
Armada S/A – Ind. E Com; - 1968 – (alemão)	
Tabra – Exp. De Tabacos do Brasil Ltda – 1970 (americano)	
Cia. Meridional de Tabacos – 1974 (Francês)	

Fonte: Prieb (2005, p.30)

Devido aos interesses que as empresas possuíam e pela necessidade de tomar decisões rápidas foi necessário instalar-se em municípios que se localizassem em regiões adequadas de forma que facilitasse o transporte, a comercialização e a exportação do tabaco. E como a região Sul do país sempre esteve em destaque, seja pela concentração de famílias produtoras de tabaco, ou pela região apresentar características de solo e de clima adequados para a produção de fumo, esta região foi escolhida pelas empresas tabacaleiras instalarem o seus complexos agroindustriais.

A instalação de empresas multinacionais de tabaco e a desnacionalização das empresas que estavam instaladas nesta Microrregião segundo Vogt (1997, p.135):

Iniciou em meados de 1994, eram 4 os oligopólios que dominavam o setor do fumo enquanto matéria prima, não somente em Santa Cruz, mas nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, quais sejam: a British American Tobacco, cujo capital é anglo-americano, a Dibrell Brothers, a

Monk e a Universal Leaf, cujos capitais são norte-americanos. No ramo cigareiro, a Souza Cruz controla 80% do mercado nacional; aproximadamente 15% estão com a Phillip Morris e os restantes 5% são disputados pela Sudan e outras companhias menores e de capital pouco expressivo que disputam o mercado em determinadas regiões localizadas do território brasileiro.

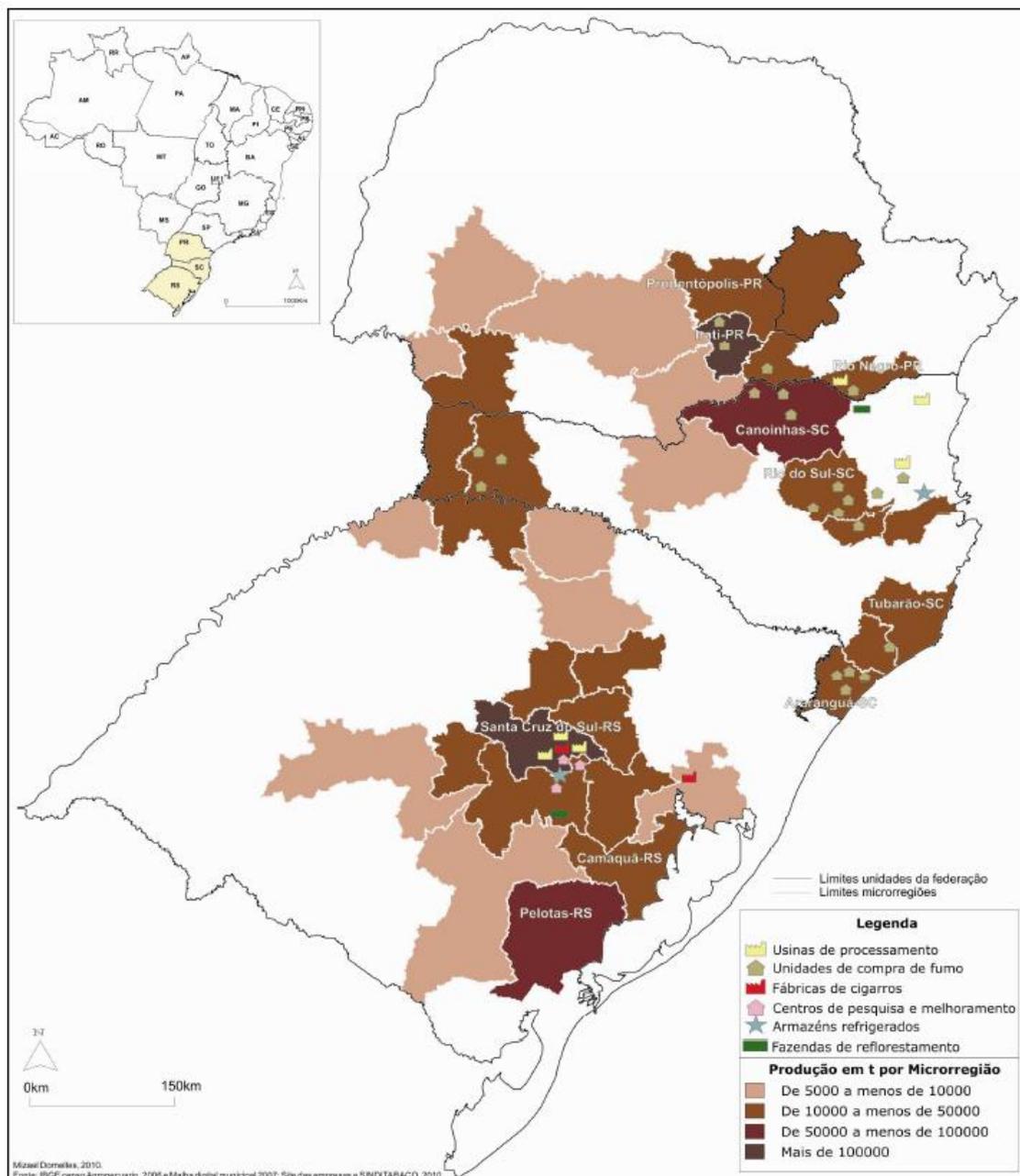
Outro motivo pelo qual as empresas tabacaleiras internacionais instalaram seu complexo agroindustrial na região Sul do país foi o fato desta região ser responsável por 95% da produção de fumo no país. Esta atividade foi desenvolvida por 186 mil famílias de 730 municípios dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, segundo o Sinditabaco (2009) e conforme demonstra a figura 3.

Na figura 3 apresentam-se as principais áreas de produção de tabaco em folha, unidade de compra e usinas de processamento industrial de tabaco no ano de 2006. Muitas das empresas tabacaleiras instalaram o seu complexo agroindustrial, o qual abrange usinas de beneficiamento, fábricas de cigarros, centro de pesquisas e de melhoramento e armazéns refrigerados, entre outros, no município de Santa Cruz do Sul.

Vale ainda destacar que na figura 3 pode-se visualizar que a Microrregião de Santa Cruz do Sul entre outras destacadas é uma das que apresenta maior produção de tabaco, chegando a mais de 100.000 toneladas. Além disso, a produção de tabaco desenvolvida por outros estados como Santa Catarina e Paraná também são levados a esse município com o intuito de industrializar e de exportar o tabaco (BONATO, ZOTTI, ANGELIS, 2010).

Outra justificativa para a instalação das empresas multinacionais na Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul pode estar interligada ao fato do tabaco *in natura* ser passível de perder suas características naturais, justificando a necessidade de postos de compra e de usinas de beneficiamento localizarem-se mais próximas possíveis das áreas de produção (SILVEIRA, 2011).

Figura 7: Sul do Brasil: principais áreas de produção de tabaco em folha e unidades de compra e usinas de processamento industrial de tabaco, no ano de 2006



Fonte: Silveira, 2011.

Um dos principais objetivos da cadeia de produção do fumo é a exportação, ou seja, atender o mercado internacional, “pois apenas 13% do total do fumo em folha produzido e processado no Sul do Brasil destinam-se ao mercado interno brasileiro” (SILVEIRA, 2011, p, 46).

No entanto, a região Sul não é a única a produzir o tabaco no Brasil, há outras regiões que o produzem, como é o caso da região do Nordeste, especializada na

produção de tabacos escuros, utilizados para produzirem charutos e fumos de corda. Porém “essa região vem diminuindo sua produção devido à diminuição da demanda mundial por fumos escuros, chegando a uma diminuição da produção de até 42%“(BONATO, ZOTTI, ANGELIS, 2010, p. 38).

Muito do aumento da produção do tabaco na região Sul, dá-se pela escolha do tipo produzido, que no caso da região Sul é o fumo claro, muito utilizado para a fabricação de cigarros, mais especificamente do tipo “Virginia”, que durante muitos anos a demanda fora sempre em escala crescente. Além disso, o Rio Grande do Sul também começou a especializar em outras técnicas para a secagem do fumo, contribuindo para o aumento da qualidade do seu produto (ETGES, 1991).

Tabela 3: Quantidade produzida de tabaco, segundo os principais estados produtores do Brasil no ano de 2010 (em t)

Quantidade Produzida (t)	
Estados	2010
Brasil	787 617
Rio Grande do Sul	343 482
Santa Catarina	252 771
Paraná	164 894
Alagoas	16 334
Bahia	6 147
Sergipe	2 231
Paraíba	456
Ceará	321
Rio Grande do Norte	166

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (2010)

A região Sul, no ano de 2010, foi responsável por 95,78% da produção do fumo em folha no território nacional. O Rio Grande do Sul foi o estado que mais produziu chegando a ser responsável por 43,6% da produção, seguido por Santa Catarina, que respondeu por 32,09% e o Paraná 20,09% da produção. Logo, tais estados estão acima da média de produção nacional, isso devido à especialização nesse cultivo, o nível tecnológico e a predominância do fumo Virginia que auxiliam a maior produtividade por área (BONATO, ZOTTI, ANGELLIS, 2010).

O estado do Rio Grande do Sul é responsável por 43,6% da produção de tabaco, possuem 186 mil famílias produtoras do cultivo, sendo a grande maioria integrada a indústrias tabacaleiras. Essas famílias ainda são responsáveis pela produção de fumos do tipo Virginia, Burley e Comum, segundo Afubra (2008) citado por Bonato (2009).

As famílias produtoras de tabaco também o beneficiam, realizando a secagem do cultivo e isso varia conforme o tipo de fumo, ou seja, o fumo do tipo Virginia, proveniente da espécie *Nicotianatabacum L.*, é submetido à secagem em estufas, que possui a umidade e a temperatura controlada (*Flue Cured*)⁹. Já os fumos do tipo *Burley* e Comum são submetidos à cura natural, ou seja, são armazenados à sombra ou em galpões ventilados naturalmente. Processo conhecido como “*Air Cured*”¹⁰.

No entanto, o fato da região Sul ser a maior produtora de tabaco não está ligado somente à produção do fumo Virginia, mas também porque as empresas multinacionais estão investindo nessa região que apresenta atributos territoriais, como:

As condições ambientais diferenciadas favoráveis ao cultivo das principais variedades de sementes de tabaco; o conhecimento tácito, entre os agricultores, do cultivo de tabaco; a elevada qualidade e o baixo custo de produção do tabaco brasileiro decorrente do emprego da mão de obra familiar; o crescente aperfeiçoamento tecnológico do seu modo de produção e de processamento; e a intensa regulação das relações de produção através do sistema integrado de produção (SILVEIRA e DORNELLES, 2013, p. 34).

Nota-se a importância da região Sul para a cadeia do tabaco e o quanto ela influencia a produtividade e a lucratividade do produto, ou seja, as empresas identificaram nessa região uma alavanca para o seu objetivo, o lucro. Dessa forma, todas as decisões e/ou discussões realizadas nesse mercado terão consequências econômicas e inclusive sociais.

3.4 A Fumicultura na Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul e a Convenção Quadro

A Microrregião é caracterizada pela produção e pela dependência do tabaco, ou seja, muitas famílias não desenvolvem outros cultivos, pois acreditam na lucratividade do produto. No entanto, esta realidade é questionada por Etges (2001) quando afirma

⁹ É um método utilizado que demanda de cinco a sete dias para ser concluído. A colheita desse tipo de fumo é realizada conforme a maturidade do tabaco, ou seja, as folhas são retiradas da base para a parte superior (BONATO, ZOTTI, ANGELIS, 2010, p. 34-35). Após a colheita das plantas, elas são costuradas e armazenadas no interior das estufas. Como essas plantas serão curadas é utilizado o processo de combustão, utilizando lenhas, de forma que ocorre o processo de mudança na cor, nas características de cheiro e o sabor, além da perda da umidade das folhas. (BONATO, ZOTTI, ANGELIS, 2010, p. 34-35).

¹⁰ Nesse sistema a cura dos fumos pode levar 40 dias, porém utiliza menos mão de obra do que no outro processo e a colheita é realizada de uma única vez. Após a colheita as folhas que permanecem presas ao talo são penduradas nos galpões em filas que permanecem até que dourem, de maneira natural (BONATO, ZOTTI, ANGELIS, p. 35).

que a renda líquida de uma família produtora de tabaco na Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul é de aproximadamente R\$ 4.350,00/ano.

Desta forma, se “dividir esse valor por quatro, que é a média de membros das famílias produtoras de tabaco e após dividir pelos dozes meses do ano, chegaremos ao valor de R\$ 90,62 mensal por integrante da família” (ETGES, 2001, p.361). Este cálculo realizado por Etges (2001) dá a renda mensal de um agricultor produtor de tabaco, mas se comparado com um trabalhador que possui um salário mínimo mensal, pode-se afirmar que o agricultor recebe a metade do piso salarial estadual estabelecido naquele ano (2001) era de R\$ 180,00.

Entretanto, o agricultor ao receber o dinheiro da safra de uma só vez, acaba se iludindo com todo o montante de dinheiro recebido e não realiza o cálculo para obter a renda mensal per capita. O fato de não dividir o total recebido pelos meses do ano, também contribui para a falta de registro das despesas que teve durante toda a safra, como: o gasto dos ajudantes na hora da colheita do fumo, a alimentação gasta com eles, os insumos, entre outros. Com o valor recebido de cada safra, muitos agricultores ficam deslumbrados e não contabilizam o número de pessoas envolvidas, o tempo gasto na produção do tabaco. Porém, os agricultores que fizeram estes cálculos tendem a deixar de cultivá-lo, tendo em vista sua baixa rentabilidade (BONATO, ZOTTI E ANGELIS, 2010).

Outra situação importante a ser destacada é que muitos agricultores já iniciam o seu trabalho com dívidas. Os agricultores recebem apenas uma vez no ano e acabam fazendo empréstimos com os bancos para saldar suas dívidas com as fumageiras, sendo que ao receberem esse valor, é descontando o empréstimo realizado anteriormente, ou seja, menor valor líquido no bolso dos agricultores. Tudo isso somado aos juros, os quais os agricultores pagam ao obterem o empréstimo necessário.

Assim, a Microrregião estudada caracteriza-se pelo cultivo do tabaco e pela dependência¹¹ deste produto. Frente ao acordo da Convenção Quadro¹² assinado pelo Brasil em 2005, a qual tem por objetivo o controle do tabaco, a diminuição de seu uso e o controle dos locais onde está sendo consumido, tornando este tema relevante e digno de discussões.

¹¹ Entende-se dependência o fato de muitos agricultores terem apenas a renda da venda do tabaco para sobreviverem.

¹² É um tratado internacional de saúde pública, criado em 2003, que surgiu através das reivindicações da sociedade frente todas as informações, problemas que o cigarro pode causar à saúde humana (SILVEIRA, 2013, p.90).

O surgimento da Convenção Quadro deve-se a preocupação da Organização Mundial da Saúde (OMS), com a expansão do tabagismo no mundo. A partir do ano de 1970 iniciaram-se os debates em suas assembleias sobre o controle do tabagismo que evoluíram para a criação do acordo internacional de combate ao tabaco, a Convenção Quadro (BORGES, 2011).

Esse acordo foi elaborado no ano de 2003 e 168 países assinaram, porém atualmente 172 países são membros desse acordo, que trata da restrição ao produto em todas as etapas da cadeia produtiva. Além dos membros serem signatários, devem enviar relatórios para a OMS relatando suas políticas e suas conquistas no combate ao tabagismo na extensão de seu território (BORGES, 2011).

No Brasil existe uma rede antifumo que organiza manifestações contra o tabagismo e que fortalece a ratificação da Convenção Quadro. Essa rede é composta por organizações médicas, organizações advocatícias, movimentos promovidos pela igreja católica e pelo Instituto Nacional do Câncer (INCA), órgão vinculado ao Ministério da Saúde (SCHWARTZ e SALAMONI, 2013).

Desde a criação da Convenção Quadro o debate em torno da cadeia produtiva foi ampliado. Buscando-se alternativas para diminuir a dependência econômica entre os agricultores que produzem o tabaco ou na diminuição do consumo desse cultivo.

Em função da Convenção são realizadas propagandas antitabagistas e medidas de limitação do uso do tabaco em locais públicos, entre outras. Esses fatores, de certa maneira, acabam diminuindo o consumo desse produto e da mesma forma, percebem-se as consequências nas propriedades dos agricultores, ou seja, a tendência é de redução da produção de tabaco, tendo em vista a demanda ser menor.

Segundo a Afubra (2010) na safra de 2010, as famílias do Sul do Brasil cultivavam o fumo em 370.830 hectares, sendo que grande parte desta produção foi realizada pela agricultura familiar. Além disso, aproximadamente 47 mil famílias não possuem terra própria, arrendando-as de terceiros. Logo, com a ratificação da Convenção não só a economia dos municípios pertencentes a essa microrregião, como também, a economia do país poderá ser afetada por tal acordo.

Conforme Bonato (2009) a partir da Convenção Quadro algumas medidas foram sugeridas para os agricultores rurais e também para a sociedade consumidora deste produto, como: redução da demanda por tabaco, redução da oferta de produtos do tabaco, proteção ao meio ambiente, responsabilidade civil, cooperação técnica, científica e intercâmbio de informações.

O então Secretário da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), Valter Bianchini no ano de 2005, afirmou que era preciso que os agricultores do Brasil recebessem especial atenção na questão da diversificação e da substituição de culturas através da obtenção de recursos técnicos e financeiros. A mudança do Manual de Crédito Rural estimularia o produtor a desenvolver outras atividades, culturas e/ou criações, reduzindo sua dependência em relação à cultura do fumo, ampliando a suas possibilidades de produção de alimentos (DESER, 2005).

No entanto, em função de muitos agricultores estarem envolvidos com o cultivo do tabaco, alegam existir a segurança da compra e do custeio do frete pelas empresas, ou seja, o agricultor produzindo o tabaco em sua propriedade, conforme as exigências estabelecidas pelas multinacionais acabam influenciando nas decisões de outros agricultores continuarem plantando esse cultivo (SILVEIRA, 2011).

Apesar da certeza de compra da produção, os agricultores ficam insatisfeitos neste momento, pois a classificação do tabaco é realizada conforme o critério das empresas e em muitas situações o agricultor não está presente no momento da classificação. Logo, o valor estabelecido pelas empresas não está de acordo com o desejado pelo agricultor. Vale ressaltar ainda que não existe uma fiscalização, ou seja, o valor estabelecido pelas empresas é conforme o seu critério (SILVEIRA, 2011).

Outra situação a ser destacada é que as empresas realizam os empréstimos para os agricultores, ou seja, disponibilizam as sementes, os adubos e os insumos para iniciarem o cultivo do tabaco em suas propriedades. No entanto, existem juros sobre esses produtos, pois o agricultor só pagará no final da safra, mas a empresa não ganha somente nesses juros cobrados, também se beneficia na hora da compra desses insumos, já que compra em grande quantidade tendo poder de “barganha”, que não é repassado para os agricultores.

Nota-se que as empresas possuem grande poder nos locais em que se situam, pois acabam controlando a situação de recursos e inclusive dos atores envolvidos nesse processo. Logo, acaba gerando uma situação de incerteza e de dependência. Somando-se a essa situação de poder das empresas, acrescenta-se o que o autor Silveira (2011, p.40) relata sobre o poder das multinacionais:

As multinacionais fumageiras que atuam no Sul do país dominam direta e indiretamente todas as etapas da cadeia produtiva do fumo, e obtêm ganhos de capital importantes, pois combinam a extração do sobre trabalho das famílias dos fumicultores, no meio rural, com a extração da mais-valia dos trabalhadores efetivos e temporários em suas usinas, postos de compra e fábrica de cigarro.

Dessa forma, tendo em vista a dependência econômica dos pequenos agricultores da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul. Discute-se por ora, a necessidade de que se desenvolvam alternativas para que esses agricultores não venham ser afetados diretamente e/ou consigam desviar-se das dificuldades e das incertezas deste mercado.

4 AS CARACTERÍSTICAS E O PERFIL DOS PRODUTORES DE TABACO DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE SANTA CRUZ DO SUL

Este capítulo apresenta as características socioeconômicas das famílias produtoras de tabaco da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul. Através da análise destas características verificou-se o perfil dos agricultores, a fim de compreender a problemática da dependência econômica de um único cultivo, o tabaco.

4.1 Caminhos Metodológicos Percorridos

Para dar conta dos objetivos do estudo, foram analisadas as características socioeconômicas, o Índice de Diversificação e o grau de integração ao mercado dos produtores de tabaco da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul. Os dados necessários para tanto foram disponibilizados pelo Núcleo de Pesquisa Social da Universidade de Santa Cruz do Sul (NUPES) e referem-se à pesquisa realizada no ano de 2011, a pedido da Afubra, intitulada “As famílias agricultoras que cultivam fumo no Sul do Brasil: um diagnóstico a partir dos fumicultores associados à Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA)”.

A pesquisa realizada pelo NUPES identificou os produtores fumicultores a partir do cadastro de associados da Associação dos Fumicultores do Brasil – AFUBRA. A amostra foi sorteada aleatoriamente dentre os 132.630 agricultores associados e cadastrados na Afubra, obedecendo-se à proporcionalidade por Estado e por municípios. A amostra geral da pesquisa foi de 1.200 agricultores, dos quais 65 agricultores ou não foram encontrados ou não produziam mais tabaco, resultando numa amostra de 1.135 agricultores. Para esta dissertação a amostra considerada representa a Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul, constituindo-se em um total de 197 produtores de tabaco analisados, com margem de erro de 5% e com nível de confiabilidade de 95%.

No que se refere ao número de agricultores entrevistados por município tem-se 31 em Venâncio Aires, 19 em Santa Cruz do Sul, 29 em Candelária, 26 em Vale do Sol, 16 em Vera Cruz, 4 em Herveiras, 19 em Arroio do Tigre, 14 em Sinimbu, 7 em Segredo, 4 em Passa Sete, 9 em Ibarama, 3 em Gramado Xavier, 8 em Sobradinho, 3 em Lagoa Bonita do Sul, 4 em Estrela Velha e 1 em Mato Leitão.

O instrumento de pesquisa utilizada para a obtenção de dados foi um questionário¹³, dividido em seis partes: (1) o perfil socioeconômico das famílias dos agricultores pesquisados; (2) a organização do processo de trabalho e de produção nas propriedades; (3) a relação com a fomicultura; (4) as representações sociais acerca da agricultura familiar; (5) o associativismo entre os agricultores pesquisados e (6) a situação econômica das propriedades. As informações obtidas junto aos produtores foram compiladas no software Statistical Package for Social Sciences (SPSS).

O cálculo do Índice de Diversificação indica a participação de cada produto na receita total da propriedade. Logo, quanto menor o índice de diversificação mais diversificada é a propriedade e quanto maior o índice, mais especializada a propriedade, ou seja, depende de um único produto para a obtenção da receita.

A classificação dos produtores quanto ao seu Índice de Diversificação está baseada no estudo realizado por Guanzirolli e Cardim (2000). Estes autores classificaram as unidades familiares com o objetivo de abranger a caracterização do universo familiar. Guanzirolli e Cardim (2000, p. 70) denominaram como “grau de especialização a relação percentual entre o valor da produção do produto principal e o valor da produção colhida/obtida (VBP) do estabelecimento”.

A figura 8 demonstra a classificação dos agricultores quanto ao Índice de Diversificação, conforme o trabalho realizado pelos autores Guanzirolli e Cardim (2000).

Figura 8: Índice de Diversificação

Índice de Diversificação	
<i>Seja PERCPROD = % Valor da produção do produto principal / VBP</i>	
Super especializado	⇒ PERCPROD = 100%
Especializado	⇒ 65% ≤ PERCPROD < 100%
Diversificado	⇒ 35% ≤ PERCPROD < 65%
Muito diversificado	⇒ PERCPROD < 35%

Fonte: Guanzirolli e Cardim (2000, p. 69).

Já o grau de integração ao mercado classifica os agricultores em três categorias: muito integrado, integrado e pouco integrado. A divisão dos agricultores nestas três

¹³ Este questionário pode ser visualizado no Anexo A.

categorias foi baseada no trabalho de Guanzirolli e Cardim (2000). Estes autores definiram que o grau de integração é igual ao percentual da produção vendida dividido pelo valor bruto da produção.

Conforme o resultado do percentual de venda é estabelecido a classificação do agricultor, conforme demonstrado na figura 9.

Figura 9: Grau de Integração ao Mercado

<u>Grau de Integração ao Mercado</u>	
<i>Seja PERCVEND = % Valor da Produção Vendida / VBP</i>	
Muito integrado ao Mercado	⇒ PERCVEND ≥ 90%
Integrado ao Mercado	⇒ 50% ≤ PERCVEND < 90%
Pouco integrado ao Mercado	⇒ PERCVEND < 50%

Fonte: Guanzirolli e Cardim (2000, p.69).

A classificação foi desenvolvida em três áreas das produções dos agricultores que traziam algum tipo de receita para dentro da propriedade: a agricultura, a pecuária e a geral, que engloba o resultado total (produção agrícola + produção pecuária).

4.2 Perfil Socioeconômico dos Produtores de Tabaco da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul

Primeiramente, analisou-se a situação familiar dos agricultores associados à Afubra, buscando informações como grau de escolaridade, propriedade de imóvel, trabalho no tabaco ou trabalho em outras culturas. Também se questionou aos entrevistados se estes eram donos da propriedade em que residiam e qual era a quantidade de hectares destinada para a produção agrícola, cujos resultados são demonstrados na sequência de tabelas a seguir.

Tabela 4: Residentes nos domicílios, por condição de parentesco dos associados da AFUBRA na Microrregião Geográfica de Santa Cruz no ano de 2011.

Condição de parentesco	Número	Percentual (%)	Percentual acumulado
Agricultor Pesquisado	197	29,5	29,5
Cônjuge	176	26,4	55,9
Filho (a) Enteado	181	27,1	83,1
Pai	13	1,9	85,0
Mãe	25	3,7	88,8
Sogro (a)	6	0,9	89,7

Irmão (a)	17	2,5	92,2
Outro Parente	51	7,6	99,9
Outro não Parente	1	0,1	100,0
Total	667	100,0	

Fonte: Elaborada pela autora a partir de NUPES/UNISC (2013).

De acordo com as informações obtidas pode-se afirmar quanto à composição familiar dos agricultores entrevistados, entendida como as pessoas que moram com ele na propriedade, que 27,1% correspondem aos filhos que ainda moram com seus pais ou estão dividindo a propriedade com o mesmo. Comparando esses dados com a tabela 6, percebe-se que esses filhos que ainda vivem no meio rural estão numa faixa etária de 13 a 18 anos, chegando a um percentual de 7,3% e o outro grupo de jovens com uma faixa etária de 19 a 29 anos chega a um percentual de 14,8%.

Tabela 5: Pessoas que residem nos domicílios dos agricultores pesquisados, por grupos de idade na Microrregião Geográfica de Santa Cruz no ano de 2011..

Grupos de idade	Número	Percentual (%)	Percentual Acumulado
0 a 12 anos	82	12,3	12,3
de 13 a 18 anos	49	7,3	19,6
de 19 a 29 anos	99	14,8	34,5
de 30 a 39 anos	83	12,4	46,9
de 40 a 49 anos	113	16,9	63,9
de 50 a 59 anos	114	17,1	81,0
60 anos ou mais	127	19,0	100,0
Total	667	100,0	

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de dados obtidos no NUPES-UNISC, 2013.

No entanto, o maior percentual individual é o de idosos, chegando a 19% com faixa etária de 60 anos ou mais. Essa constatação já havia sido feita por Schneider (1994), o qual afirma que o Brasil estava tendo os efeitos do êxodo rural que ocorrera desde os anos sessenta, ou seja, os jovens é que estavam se deslocando para a área urbana enquanto seus familiares permaneciam na propriedade. Além do êxodo rural outro fator que contribuíra para o envelhecimento da população rural foi a diminuição da taxa de fecundidade e o aumento da expectativa de vida.

Outro assunto abordado e de importância para o meio rural é a masculinização deste meio. Muitos autores vêm discutindo este tema, como Camarano e Abramoway (1999) e Schneider (1994). Tendo em vista a importância deste assunto, verificou-se a questão de gênero presente nas propriedades da região estudada.

Tabela 6: Residentes nos domicílios dos agricultores pesquisados, por sexo na Microrregião Geográfica de Santa Cruz no ano de 2011..

Sexo	Número	Percentual (%)
Masculino	352	52,8
Feminino	315	47,2
Total	667	100,0

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de dados obtidos no NUPES-UNISC, 2013.

Na tabela 6 não se verifica uma grande diferença da permanência de homens e de mulheres no meio rural. Porém, não se pode avaliar apenas esta informação, pois é necessário comparar também com o grupo de idades, demonstrado na tabela 7.

Tabela 7: Agricultores pesquisados, por sexo e por grupos de idade na Microrregião Geográfica de Santa Cruz no ano de 2011.

Faixa etária \ Sexo	Masculino	Feminino	Total
0 a 12 anos	40	42	82
de 13 a 18 anos	25	24	49
de 19 a 29 anos	61	38	99
de 30 a 39 anos	45	38	83
de 40 a 49 anos	64	49	113
de 50 a 59 anos	60	54	114
60 anos ou mais	57	70	127
Total	352	315	667

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de dados obtidos no NUPES-UNISC, 2013.

Nos anos 1960 e 1980 o êxodo rural ocasionou a migração de 27 milhões de pessoas no Brasil. Desde então, percebe-se o envelhecimento no meio rural, isto porque cada vez é maior o número de jovens que deixam o meio rural, sendo que dentre esses principalmente mulheres (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999).

Como é possível notar na faixa etária de 13 a 59 anos existem mais homens que mulheres residentes no meio rural da Microrregião pesquisada. Godoy et al (2010) confirmam este acontecimento na Microrregião, pois relatam que houve uma modificação da estrutura social da população do campo, devido às transformações desenvolvidas pela Revolução Verde e pela modernização da agricultura.

Muitos dos agricultores familiares não possuíam condições financeiras para acompanhar tais mudanças e por esse motivo muitos jovens se deslocaram para os centros urbanos. Dentre os jovens que migraram, o maior número era o de mulheres, pois acabaram perdendo o interesse em continuar no campo, devido às dificuldades encontradas, tais como renda não atrativa, falta de atividades de lazer e difícil acesso ao ensino escolar (GODOY et al, 2010).

Entretanto, este estudo não apresenta informações suficientes para afirmar a ocorrência da masculinização nesta Microrregião, pois os dados analisados não representam um período de tempo longo o suficiente para afirmar este fato.

Este estudo também analisou o percentual de pessoas que trabalhavam e/ou estavam envolvidas na produção de fumo. Posteriormente, pode-se analisar qual era o grupo de idade que mais estava vinculado ao cultivo de tabaco.

Tabela 8: Pessoas que residem nos domicílios dos agricultores pesquisados, por participação nas atividades do fumo na Microrregião Geográfica de Santa Cruz no ano de 2011.

Participa na produção de tabaco?	Número	Percentual (%)
Sim	461	69,1
Não	206	30,9
Total	667	100,0

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de dados obtidos no NUPES-UNISC, 2013.

De acordo com as informações apresentadas na tabela 8 verifica-se que a produção de tabaco é muito importante para as famílias da Microrregião, pois o percentual de pessoas trabalhando para essa cultura chega a 69,1%, ou seja, mais de dois terços da família estão envolvidos diretamente com essa produção. Comparando as informações da tabela 8 com a tabela 9, pode-se verificar quem são as principais pessoas envolvidas. Logo, percebe-se que há dois principais grupos envolvidos na produção do tabaco, sendo eles o grupo de faixa etária de 40 a 49 anos e o grupo de 50 a 59 anos.

Tabela 9: Pessoas que residem nos domicílios dos agricultores pesquisados, por grupos de idade e por participação nas atividades vinculadas ao cultivo do tabaco na Microrregião Geográfica de Santa Cruz no ano de 2011.

Grupos de idade	Participa na produção de tabaco?		Total
	Sim	Não	
0 a 12 anos	2	80	82
de 13 a 18 anos	14	35	49
de 19 a 29 anos	83	16	99
de 30 a 39 anos	75	8	83
de 40 a 49 anos	105	8	113
de 50 a 59 anos	104	10	114
60 anos ou mais	78	49	127
Total	461	206	667

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de dados obtidos no NUPES-UNISC, 2013.

Outro grupo que está também envolvido são os jovens, principalmente os que estão entre os 19 e 29 anos, ou seja, esses jovens continuam trabalhando neste cultivo,

pois já sabem como cultivá-lo e como visualizado anteriormente, essa cultura é conhecida por mais da metade das famílias.

Tabela 10: Residentes nos domicílios, por grau de escolaridade na Microrregião Geográfica de Santa Cruz no ano de 2011.

Grau de escolaridade	Número	Percentual (%)	% acumulado
Sem instrução, ou menos de um ano de estudo	44	6,6	6,6
Ensino fundamental incompleto	458	68,7	75,3
Ensino fundamental completo	51	7,6	82,9
Ensino médio incompleto	36	5,4	88,3
Ensino médio completo	66	9,9	98,2
Superior incompleto	7	1,0	99,3
Superior completo	5	0,7	100,0
Total	667	100,0	

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de dados obtidos no NUPES-UNISC, 2013.

Conforme a tabela 10 é bastante expressivo o número de agricultores que não possuem o ensino fundamental completo, chegando a 68,7% da população rural da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul. Além disso, 80,4% da população não está estudando, ou seja, abandonaram os estudos e não pretendem continuar estudando. Esse dado torna-se relevante na compreensão do capital humano na Microrregião.

Tabela 11: Residentes nos domicílios, por condição atual de estudo na Microrregião Geográfica de Santa Cruz no ano de 2011.

Continua estudando?	Número	Percentual (%)
Sim	95	14,2
Não	36	80,4
Fora da idade escolar (até 5 anos de idade)	36	5,4
Total	667	100,0

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de dados obtidos no NUPES-UNISC, 2013.

Conforme Perondi e Schneider (2012) o nível de escolaridade é um dos componentes que sustentam as estratégias de subsistência individual ou familiar. Logo, quando os agricultores possuem maiores conhecimentos e entendimento do que está ocorrendo em sua volta, acabam visualizando maiores alternativas para se desviar de situações de adversidades, conseguem comunicar-se com outros membros da sociedade, ou seja, tornam-se atores ativos dentro da comunidade.

Os agricultores que possuem maior conhecimento, escolaridade e acesso à informação, tornando-se atores mais ativos dentro da comunidade, estarão desenvolvendo certa liberdade de escolha em se fazer pertencente a um local e desenvolver atitudes que irão influenciar esse ambiente, comportamento que poderá ampliar a liberdade de fazer coisas que são “valorizadas para a liberdade global da

pessoa e importante porque favorece a oportunidade da pessoa ter resultados valiosos” (SEN, 2000, p.33).

Outro autor que salienta a importância do nível de escolaridade (capital humano) é Ellis (2000), pois afirma que a escolaridade confere às pessoas melhores oportunidades, para assim conseguirem desenvolver habilidades a fim de encontrarem novos caminhos de subsistência de suas famílias, não sendo uma certeza de que o nível de escolaridade levará uma pessoa a alcançar melhores condições de vida. Entretanto, certamente haverá uma gama de oportunidades e, possivelmente, permitirá sair de situações como a dependência da cultura do tabaco.

Outra análise realizada por este estudo refere-se à condição do proprietário e qual a situação perante a propriedade, sendo as possíveis respostas: proprietário, arrendatário, meeiro ou ainda se a propriedade seria da família. Observou-se nas respostas que muitos destes agricultores se enquadravam em mais de uma alternativa, por esse motivo, analisaram-se todos os possíveis arranjos.

Tabela 12: Condição do produtor da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul no ano de 2011.

	Número	Percentual (%)	Percentual Acumulado
Somente propriedade da família	20	10,2	10,2
Somente arrendatário	5	2,5	12,7
Arrendatário e propriedade da família	11	5,6	18,3
Somente meeiro	4	2,0	20,3
Somente proprietário	113	57,4	77,7
Proprietário e propriedade da família	25	12,7	90,4
Proprietário e arrendatário	19	9,6	100,0
Total	197	100,0	

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de dados obtidos no NUPES-UNISC, 2013.

Dentre todos os arranjos possíveis verifica-se que o arranjo que possui maior frequência é de agricultores que possuem total controle da terra, aqueles denominados de proprietários, sendo que dos 197 entrevistados associados da Afubra, 113 são proprietários de suas terras, correspondendo a 57,4% do total de agricultores entrevistados da Microrregião Geográfica.

Desta forma, percebe-se que mais da metade da Microrregião possui controle de sua propriedade, no sentido de que para tomar qualquer atitude diferente ou até mesmo decisões que influenciam o futuro da propriedade, não dependem da permissão de terceiros, ou seja, um aspecto positivo para esses produtores, pois possuem controle do seu capital natural (recursos naturais). Como consequência de serem donos do seu

capital natural estes agricultores conseguem desenvolver maior autonomia, já que podem tomar decisões imediatas, sem depender da aprovação de um terceiro. Porém por serem donos do seu capital natural assumem também os riscos inerentes às suas próprias decisões.

Outra questão analisada refere-se à utilização dos hectares para a produção. Esta utilização da terra é analisada em todas as possíveis condições: proprietário, arrendatário, meeiro ou propriedade da família.

Tabela 13: Mínimo, máximo e média do total de hectares que os agricultores da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul utilizam para a produção no ano de 2011.

	Nº produtores	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
Ha utilizados para produção	197	2,00	99,50	16,8922	12,95332

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de dados obtidos no NUPES-UNISC, 2013.

Conforme apresentado na tabela 13, dos 197 entrevistados dos 16 municípios, existem aqueles que utilizam quase 100 hectares (ha) de terra para a produção e outros que utilizam apenas 2 ha, sendo a média de utilização da terra para produção de 16,89¹⁴ ha. Cabe ressaltar nesse momento a importância de analisar se os agricultores estão produzindo nesta terra apenas um cultivo ou mais alternativas. Isso porque conforme citado anteriormente aqueles agricultores que possuem mais de uma alternativa dentro de sua propriedade, desenvolvem habilidades para enfrentar situações adversas.

De acordo com os dados apresentados verificaram-se as condições do produtor e a quantidade de hectares que é destinado para a produção. Percebe-se que na Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul existe uma importante participação da agricultura para a geração de renda desses agricultores.

A próxima análise objetiva estudar a Microrregião no tocante à sua principal fonte de renda, o tabaco. A tabela 14 apresenta o quanto esses agricultores utilizam de suas terras para a produção do tabaco.

¹⁴ Para o IBGE o tamanho médio das propriedades em hectares para a Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul é de 12 ha. No caso em análise o tamanho médio das propriedades da Microrregião Geográfica de Santa Cruz é de 16,89 ha, pois a amostra só considera os associados da AFUBRA.

Tabela 14: Hectares utilizados para a produção de tabaco na Microrregião Geográfica de Santa Cruz

	Nº	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
Total de hectares que utiliza para produção de tabaco	197	0,50	19,30	3,3018	2,14655

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de dados obtidos no NUPES-UNISC, 2013.

Observa-se que o mínimo utilizado para a produção de tabaco é de 0,50 ha e pode chegar até 19,30 ha. Constata-se a relevância da quantidade de ha destinados à produção de tabaco, considerando o tamanho médio das propriedades. Logo, muitos agricultores estão produzindo apenas o tabaco em sua propriedade, aumentando os seus próprios riscos.

Contribuindo para evidenciar a dependência dos agricultores da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul analisou-se a participação do tabaco na receita bruta total na propriedade que varia de 9,82% chegando a ser responsável por até 100% da receita bruta total. Em média a receita com a venda do tabaco representa 76,55% da receita das propriedades, conforme apresentado na tabela 15.

Tabela 15: Participação do tabaco na receita bruta total (sem considerar custos de produção).

	Nº	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
Participação do tabaco na receita bruta total (sem considerar custos de produção ¹⁵)	193	9,82	100,00	76,5535	14,885

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de dados obtidos no NUPES-UNISC, 2013.

Os agricultores estão vulneráveis às decisões relacionadas a este cultivo. Logo, movimentos como a ratificação da Convenção Quadro apresentam consequências para estes agricultores, pois não possuem outros portfólios desenvolvidos em suas propriedades.

Nesse sentido Ellis (2000) ressalta a importância da diversificação dos meios de vida, pois através da ampliação das fontes de renda, os agricultores conseguirão melhores estratégias para se desviarem de situações adversas ou até mesmo enfrentá-las com maior facilidade, gerando maior autonomia e fortalecendo-se frente a atores e ativos externos.

A autonomia gerada pelos agricultores vai além da organização da produção e/ou da liberdade de escolha de como produzir os cultivos dentro da propriedade. Está relacionada com a compreensão de Almeida (1999, p.149) sobre autonomia:

¹⁵ No levantamento do NUPES não foi calculado a receita líquida.

a) a busca, por parte do agricultor, de uma autonomia na sua estrutura de produção, através de uma combinação entre energia e informação, reagrupando as atitudes do agricultor e os conhecimentos necessários à produção; b) uma autonomia baseada no espaço ou território específico, que permite certo conhecimento e domínio da situação e que abre a possibilidade de invenção do próprio trabalho e da aplicação dos conhecimentos acumulados em um lugar determinado; e c) a possibilidade de gerir o próprio tempo de trabalho segundo as diferentes modalidades, o que significa, em última instância, restituir ao agricultor a dimensão essencial da existência, que é o domínio do tempo.

De acordo com Almeida (1999), pode-se inferir que quando o agricultor possui autonomia ele consegue desenvolver uma estrutura de produção na sua propriedade, conforme o seu conhecimento e/ou conforme o que lhe foi passado por seus pais e/ou conforme o que ele busca conhecer, ou seja, outras formas de desenvolver algum tipo de cultivo, aumentando o leque de formas de produção.

Somando a essa nova possibilidade de aumentar o leque de formas de produzir, valoriza-se o conhecimento do saber fazer do agricultor, pois este conhece a terra em que nasceu, sabe como e quando as intempéries podem vir, conhece o solo para a produção, sabe como manusear os instrumentos para produção, tem entendimento sobre a construção de novos materiais para usufruir em sua produção. Com autonomia o agricultor não fica estático, dependente de um único cultivo ou de um tipo de instrumento, ele consegue ir além do que necessita, consegue inovar.

Almeida (1999) apresenta a hipótese de que quanto maior o número de atividades (industrial, artesanato, agrícola, comercial, conservação/manutenção do meio ambiente) o agricultor estiver envolvido, maior será o nível de autonomia que este agricultor atingirá. Essa hipótese de Almeida (1999) vai ao encontro do que Ellis (2000) afirma sobre os agricultores com maior portfólio de atividades que apresentarão maior autonomia e facilidade de lidar com adversidades.

Apesar da receita bruta total do tabaco em algumas famílias chegar a 100% e também dedicarem quase toda a sua propriedade à produção deste cultivo (19,3 hectares), este estudo buscou analisar a participação dos residentes nas propriedades em outras atividades, conforme apresentado na tabela 16.

Tabela 16: Pessoas que residem nos domicílios dos agricultores pesquisados, por participação em outra cultura na Microrregião Geográfica de Santa Cruz no ano de 2011.

Participa na produção de outra cultura?	Número	Percentual
Sim	318	47,7
Não	349	52,3
Total	667	100,0

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de dados obtidos no NUPES-UNISC, 2013.

Observa-se que mais da metade dos residentes não trabalha/não participa em outra cultura. Há especialização da mão de obra para o desenvolvimento da cultura do tabaco, considerando que 52,3% dos moradores não trabalham com outras culturas.

Outro dado levantado foi o tipo de mão de obra utilizada na última safra 2010/2011. Nesta variável foi observado que 76,6% da mão de obra foi familiar, 18,8% foi mão de obra contratada, 3,6% foi mão de obra baseado no sistema de troca e 1% foi mão de obra baseado no sistema de parceria. Diante desta realidade pode-se inferir que o tabaco permite e absorve mais da metade da mão de obra familiar, além disso 52,3% dos moradores não trabalham com outra cultura. A partir desta constatação calculou-se o Índice de Diversificação¹⁶ das propriedades.

A pesquisa questionou os agricultores entrevistados do porque que eles estavam plantando o tabaco, dando alguns possíveis motivos para esta produção.

Tabela 17: Alguns motivos do porque os agricultores da Microrregião Geográfica de Santa Cruz plantaram tabaco no ano de 2011.

	Sim Percentual	Não Percentual
Boa rentabilidade	78,9	21,1
Orientação técnica	68,4	31,6
Facilidade da aquisição de insumos	75,5	24,5
Dificuldade na venda dos outros produtos	81,6	18,4
Tamanho reduzido da propriedade	86,7	13,3
Pela existência do sistema mutualista AFUBRA	77,9	22,1
Garantia de venda da produção	90,8	9,2
Garante mão de obra para a família	85,6	14,4

¹⁶ O Índice de Diversificação é a divisão da receita de um produto (origem animal ou vegetal) desenvolvido dentro da propriedade pela receita agrícola e pecuária total advinda da propriedade.

Instabilidade de preço dos outros produtos	88,5	11,5
Conhece bem a técnica (como plantar e colher)	95,4	4,6
Tem preço negociado	67,4	32,6

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de dados obtidos no NUPES-UNISC, 2013.

Observa-se que as possibilidades levantadas pela pesquisa estão alicerçadas no que está sendo discutido nesta dissertação. Isto porque como se pode verificar na bibliografia levantada dentre muitos autores, os principais motivos que os agricultores plantam fumo são: dificuldade na venda de outros produtos, tamanho reduzido da propriedade, garantia da venda da produção, garantia da mão de obra familiar, instabilidade de preços de outros produtos, conhecimento da técnica de como plantar e colher o tabaco.

Estes motivos listados são considerados por mais de 80% dos agricultores como os principais motivos deles estarem produzindo o tabaco em suas propriedades. Vale destacar que os dois motivos destacados para a não diversificação da propriedade são: a dificuldade na venda de outros produtos que corresponde a 81,6% e instabilidade de preços de outros produtos, correspondendo a 88,5%. Este dado confirma que os agricultores se sentem mais seguros diante a promessa de compra e venda que a cadeia produtiva do tabaco possui. Somado a este fato, 90,8% dos agricultores garantem que este é um dos motivos também por optarem em produzir o tabaco.

Apesar da segurança de compra e venda que a cadeia produtiva do tabaco dá aos agricultores, questionou-se para estes agricultores como eles se sentiam como um agricultor produtor de tabaco.

Tabela 18: Sentimento dos agricultores da Microrregião Geográfica de Santa Cruz no ano de 2011 por serem considerados um produtor de tabaco:

	Muito satisfeito (%)	Satisfeito (%)	Indiferente (%)	Insatisfeito %	Muito insatisfeito %
Como se sente como agricultor produtor de tabaco?	0,5	40,6	18,8	34,0	6,1

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de dados obtidos no NUPES-UNISC, 2013.

Nesta tabela pode-se inferir que apesar de 40,6% dos entrevistados se declararem satisfeitos como produtores de tabaco existem 34% que se declaram

insatisfeitos. Comparando estes dois dados a diferença entre os dois é pequena e isto pode nos levar a considerar do porque estes agricultores estarem produzindo o tabaco em suas propriedades. A produção nem sempre é realizada pela escolha em produzir o tabaco e sim pelas condições de sua realidade: o tamanho da propriedade, por se considerar capaz de produzir somente o tabaco, por já ter a quem vender, entre outras condições.

Logo, muitos agricultores estão inseridos na cadeia produtiva do tabaco não por preferência pelo cultivo, mas por estarem sujeitos aos comandos das tabacaleiras. Este sentimento de insegurança e de falta de autonomia acaba passando de geração em geração, ou seja, os filhos aprendem a plantar tabaco e continuam a pensar que é a única coisa que sabem fazer e que pode trazer alguma rentabilidade para a propriedade.

4.2.1 Índice de Diversificação Produtiva da Microrregião Geográfica de Santa Cruz

Como esta pesquisa já demonstrou, o tabaco é um dos principais produtos cultivados nas propriedades agrícolas da Microrregião geográfica de Santa Cruz do Sul e como se verificou (tabela 17) que 52,3% dos agricultores não trabalham com outro cultivo, o tabaco foi o primeiro produto a ter seu índice calculado. Isto para analisar sua real participação nas receitas das propriedades, resultado apresentado na tabela 20.

Tabela 19: Participação da receita de tabaco na receita total da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul no ano de 2011:

Muito diversificado	2,1% dos agricultores
Diversificado	18,14% dos agricultores
Especializado	81,44% dos agricultores
Super especializado	0,5% dos agricultores

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de dados obtidos no NUPES-UNISC, 2013.

Com os dados apresentados na tabela 20, evidencia-se a dependência dos agricultores analisados, pois 81,44% das propriedades tem sua receita total advinda da venda do tabaco, ou seja, mais da metade das propriedades está dependendo, quase que exclusivamente, do cultivo do tabaco.

Por esse motivo é necessário proporcionar a esses agricultores acesso a estratégias de subsistência individual e familiar, no caso acesso a ativos (natural, físico, humano, financeiro e social). O acesso a tais estratégias, mediado por instituições e relações sociais, facilitará e permitirá melhores condições para que estes agricultores

desenvolvam qualidade de vida individual e familiar. No entanto, essa mudança será diretamente proporcional à capacidade e à determinação de cada agricultor, de como cada um acessa esses ativos, como reage e desenvolve-os.

No entanto, verifica-se também na tabela 18 que 2,1% dos agricultores são muito diversificados e 18,14% dos agricultores são diversificados. Logo, esses agricultores possuem um portfólio de renda maior se comparado com os agricultores caracterizados como especializados.

Com base nos dados obtidos através do índice de diversificação analisou-se outros produtos cultivados em cada propriedade, a saber: alho, milho, feijão, arroz, batata doce, batatinha, cana de açúcar, cebola, girassol, mandioca, melancia, soja, laranja, pêssigo, uva, pepino, tomate, aves, ovos, suínos, mel e o tabaco. Apesar da diversidade de produtos escolheu-se apenas aqueles que tivessem alguma expressão na renda do agricultor, conforme apresentado na tabela 20¹⁷.

Tabela 20: Produtos que se destacaram dentre os analisados na renda do agricultor da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul

Produto	Número de produtores	Mínimo	Máximo	Média
Feijão	13	0,19	15,73	2,85
Milho normal	10	0,75	11,11	3,91
Milho resteva	25	0,62	17,61	6,36
Soja	10	1,17	96,11	36,35
Ovos	46	0,2	100	3,37
Gado	12	0,29	76,47	12,04
Leite	12	0,7	19,04	3,00

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de dados obtidos no NUPES-UNISC, 2013.

Após analisar os dados obtidos com todos os cultivos desenvolvidos dentro da propriedade pode-se inferir que são poucos os produtos cultivados nas propriedades que tem como finalidade gerar receita para a propriedade. Produtos que anteriormente eram produzidos por agricultores desta microrregião, como é o caso da batatinha (VOGT, 1997). Fato que já fora observado por Spies (2000), relatando que a Microrregião é pouco diversificada e acaba importando produtos de consumo final, como é o caso da

¹⁷ Os dados referentes aos Mínimos e Máximos apresentados na tabela referem-se ao percentual da receita efetiva advinda do produto analisado sobre o total da receita efetiva de produtos de origem animal e vegetal e a média é de todos os percentuais desde o mínimo até o máximo.

batata, isso porque não conseguem atender à demanda. Além disso, quando os colonos alemães chegaram à microrregião eles desenvolviam além da batata, o feijão, o milho, entre outros cultivos (VOGT, 1997).

Cabe destacar que apesar dos produtos cultivados nas propriedades que geram receita serem poucos, existem aqueles produtos que são utilizados para o autoconsumo dos produtores, tais como: alho, arroz, batata doce, batatinha, cana-de-açúcar, cebola, mandioca, melancia, laranja, pêsego, uva, pepino, tomate, aves, suínos e o mel.

Comunga-se do entendimento de Gazolla e Schneider (2007, p. 90) sobre autoconsumo alimentar: “aquela parcela da produção animal, vegetal ou transformação caseira que foi produzida pelos membros de uma família e que é utilizada na alimentação do grupo doméstico correspondente de acordo com as suas necessidades”.

Logo, infere-se que o autoconsumo alimentar é o produto cultivado e transformado dentro da propriedade que não passa pelo mercado ou por algum processo de transformação externo.

Os autores Gazolla e Schneider (2007, p. 98 e 99) ainda afirmam que o autoconsumo:

é a esfera da unidade doméstica que vai dar a base e o lastro para que haja a diversificação das estratégias de vivência na agricultura familiar. É com uma produção para o autoconsumo fortalecida internamente na unidade de produção que, por sua vez, o grupo doméstico poderá lançar-se a outras atividades e à obtenção de outras fontes de renda.

Com a produção de autoconsumo, os agricultores estão ampliando o seu portfólio, pois apesar do autoconsumo não gerar receita, este gera apropriação de outras práticas agrícolas, contribuindo para a subsistência. Além disso, o autoconsumo permite a redução dos recursos monetários necessários para adquirir no mercado os bens destinados à sua subsistência, o que gera autonomia e/ou liberdade. Caso este agricultor queira aumentar a produção de algum destes cultivos será mais fácil, pois a maneira e/ou forma de cultivar já lhe é conhecida.

Além de propiciar o conhecimento de outros cultivos, o autoconsumo proporciona a relação social entre parentes, vizinhos, e também proporciona a construção de identidade do próprio agricultor familiar (GAZOLLA E SCHNEIDER, 2007).

O autoconsumo também gera segurança alimentar para o agricultor, pois o produto é desenvolvido dentro da propriedade e da terra e que vai direto para a mesa

deste agricultor, ou seja, o agricultor conhece todo o trajeto deste cultivo, a forma que foi desenvolvido e, principalmente, o que foi utilizado na sua produção.

No entanto, com a entrada do tabaco como um cultivo que apresentava, inicialmente, ser o mais rentável do que os outros, os agricultores acabaram deixando de produzir para o autoconsumo (VOGT, 1997). Esse acontecimento foi um dos motivos para que a Microrregião se encontre atualmente nessa situação de dependência.

Logo, como os dados demonstraram, não há uma diversificação produtiva na Microrregião, portanto, a diversificação dos meios de vida pode ser uma ferramenta para reduzir o grau de vulnerabilidade desses agricultores.

4.2.2 Programa de Diversificação da Produção na visão dos agricultores da Microrregião Geográfica de Santa Cruz

Os agricultores estão vinculados de alguma maneira ao mercado, no entanto o produto que lhes traz maior percentual de renda é o tabaco e diante desta realidade: a dependência destes agricultores, a pesquisa questionou os entrevistados para observar o conhecimento deles em relação às políticas adotadas pelo Governo Federal sobre a produção de tabaco.

Tabela 21: Conhecimento dos agricultores da Microrregião Geográfica de Santa Cruz no ano de 2011 sobre a Convenção Quadro para o Controle do tabaco:

	Sim %	Não %
O Sr. Já ouviu falar sobre a Convenção Quadro para Controle do Tabaco?	79,2	20,8

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de dados obtidos no NUPES-UNISC, 2013.

Observa-se que 79,2% dos agricultores já ouviram falar da Convenção Quadro, no entanto não nos dá garantia de que eles sabem do que se trata e quais os objetivos desta Convenção. Por este motivo questionou-se os agricultores sobre a sua opinião em relação à Convenção Quadro.

Tabela 22: Opinião dos agricultores da Microrregião Geográfica de Santa Cruz no ano de 2011 sobre a Convenção Quadro para o Controle do tabaco:

	Concordo	Sou indiferente	Não concordo	Não conheço o suficiente para opinar
Qual é a sua opinião sobre a Convenção Quadro para o controle do	25,0	3,8	57,7	13,5

tabaco?				
---------	--	--	--	--

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir de dados obtidos no NUPES-UNISC, 2013.

Como se observa mais da metade dos agricultores não concorda com os objetivos da Convenção Quadro, isto porque as metas da Convenção agem diretamente com a maneira que estes agricultores conduzem a sua propriedade e os seus negócios. Isto porque algumas das metas desta Convenção estabelecem o controle do tabaco, proíbe a propaganda do cigarro, entre outras metas. Colocando estas metas em vigor, como já vem acontecendo, as consequências podem afetar diretamente o consumo do produto final, o cigarro, e consequentemente poderá afetar a quantidade necessária que as empresas tabacaleiras poderão comprar de tabaco.

4.2.3 Grau de Integração ao Mercado da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul

Dentro deste contexto de vulnerabilidade e de dependência dos agricultores da Microrregião de Santa Cruz do Sul, notou-se também a necessidade de analisar o grau de integração ao mercado¹⁸ dos agricultores.

A primeira categoria a ser calculada foi a agricultura. Os resultados demonstraram que 5,2% dos produtores da amostra possuem um IM (Grau de Integração ao Mercado) menor que 0,5. Isso significa que são pouco integrados, porque vendem menos de 50% da produção, conforme a classificação estabelecida pelos autores Guanzirolli e Cardim (2000).

Já 61,8% dos produtores tem um IM até 0,89. Isso significa que podem ser considerados integrados, pois vendem entre 50% e 90% da produção. Logo, mais da metade dos agricultores da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul são integrados a algum tipo de mercado. E 33,2% dos agricultores podem ser considerados muito integrados a algum tipo de mercado.

Calculando o IM da produção animal, ou seja, toda receita advinda da venda de animais, 88,3% dos agricultores são considerados pouco integrados, pois vendem menos de 50% da produção e 11,7% dos agricultores vendem menos de 90% da produção. E, considerando a produção agrícola e a produção pecuária, denominada como geral, pode-se verificar que 6,2% dos produtores da amostra tem um IM menor que 0,5,

¹⁸ Indica quanto da produção total (do produtor) é direcionada ao mercado (vendida, transformada em receita, em dinheiro).

significando que são pouco integrados, pois vendem menos de 50% de sua produção. Já 73,8% dos produtores possuem um IM até 0,89, ou seja, são considerados integrados e 20% dos produtores podem ser considerados muito integrados, pois tem um IM superior a 0,9.

Conforme os dados analisados referentes à realidade da Microrregião de Santa Cruz do Sul pode-se inferir que existe um grau de integração ao mercado considerável em todas as categorias analisadas, agricultura, animal e geral.

Logo, pode-se considerar a observação de Souza Filho et al (2004), de que os agricultores aumentam o grau de abertura e de inserção aos mercados e acabam focando em alguns produtos de maior valor agregado e, conseqüentemente, acabam elevando o grau de especialização da produção. No caso da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul, os agricultores focaram no cultivo do tabaco porque acreditam que este lhes proporciona maior rentabilidade e acabaram aumentando o grau de especialização da propriedade.

Entretanto, para Souza Filho et al (2004), a integração ao mercado não é um problema ou uma restrição. Os autores ressaltam que será necessária uma mudança na lógica e na dinâmica do funcionamento da unidade familiar quando estas estiverem integradas ao mercado. Os autores acreditam que:

a maior especialização e inserção aos mercados impõem, é certo, novas exigências, e redimensiona as restrições. Em muitos casos pode, de fato, debilitar unidades produtivas que poderiam se manter, por mais algum tempo, no marasmo da semisubsistência; na maioria dos casos a debilidade está associada à falta de apoio e às condições precárias nas quais se dá essa inserção. Mas em outros, a inserção e maior especialização têm representado a possibilidade de elevar o nível de renda e de capitalização das unidades, e de evitar o empobrecimento e crise que tem marcado o setor (Souza Filho et al, 2004, p. 5).

Neste estudo não se pode afirmar que a integração ao mercado está auxiliando no aumento do nível de renda e de capitalização das unidades familiares. Entretanto, com os dados sociais pode-se inferir que o capital humano está baixo na Microrregião, pois mais de 80% dos entrevistados deixaram os estudos e não pretendem voltar. Diante desta informação fez-se necessário pesquisar qual é o índice de desenvolvimento humano (IDH)¹⁹ nesta Microrregião, logo estes dados são demonstrados na tabela 24.

¹⁹ Entende-se neste estudo por Índice de Desenvolvimento Humano o conceito estabelecido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, o qual é definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser. A abordagem do desenvolvimento humano olha para as pessoas, suas oportunidades e suas capacidades.

Tabela 23: Índice de Desenvolvimento Humano nos municípios da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul no ano de 2013.

Municípios	IDHM Educação	IDHM
Venâncio Aires	0,600	0,712
Santa Cruz do Sul	0,693	0,773
Candelária	0,521	0,674
Vale do Sol	0,439	0,624
Vera Cruz	0,643	0,737
Herveiras	0,441	0,616
Arroio do Tigre	0,589	0,707
Sinimbu	0,456	0,631
Segredo	0,525	0,659
Passa Sete	0,482	0,622
Ibarama	0,511	0,652
Gramado Xavier	0,473	0,634
Sobradinho	0,647	0,743
Lagoa Bonita do Sul	0,539	0,670
Estrela Velha	0,560	0,679
Mato Leitão	0,676	0,746

Fonte: PNUD, 2013

Conforme os dados apresentados na tabela 23 pode-se inferir que o IDH dos municípios da Microrregião está baixo. Para saber qual é o IDH da área em análise realizou-se a média do IDH destes municípios e chegou-se ao seguinte resultado, o IDH referente a educação da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul é de 0,549, ou seja, está longe do número 1, pois quanto mais próximo mais é o IDH de um local, região e/ou país.

Ainda analisando o IDHM Educação vale ressaltar que esta análise está baseada no conhecimento, obtido por meio da média de anos de estudo da população adulta e o número esperado de anos de estudo. Levando em parte esta análise, confirma o que já havia sido demonstrado nas tabelas 11 e 12, as quais já demonstravam o baixo índice de escolaridade desta Microrregião.

Ainda, com os dados demonstrados na tabela 24 realizou-se a média do IDHM dos municípios em estudo e confirmando o baixo IDHM desta Microrregião, pois o valor dado foi de 0,679. Tendo em vista que neste IDHM analisa-se o conhecimento, a

saúde (calculada através da expectativa de vida ao nascer) e a renda (Renda Nacional Bruta per capita) pode-se afirmar que o IDHM é baixo.

Logo, há redução do potencial de diversidade produtiva e da heterogeneidade social, além de diferentes estratégias que estes agricultores poderiam adotar referente a diversas situações e de se fazerem mais participativos dentro de sua comunidade.

Outra alusão realizada pelos autores merece reflexão no tocante à debilidade da unidade familiar estar associada à falta de apoio, ou seja, falta de capital social e/ou financeiro para os agricultores desta Microrregião. Diante do exposto e de acordo com Deponti e Schneider²⁰ (2013, p. 22), a falta de acesso dos agricultores à assistência técnica (capital social/intelectual) em áreas de cultivo de tabaco deve-se a um paradoxo:

Os que mais necessitam de assistência técnica são os que menos acessam o serviço, ou seja, as famílias em maior vulnerabilidade social, com problemas financeiros e de sobrevivência das famílias são aquelas excluídas dos programas, em virtude da falta de informação, da situação financeira instável. Essas famílias serão excluídas e são justamente as que necessitam de ajuda e de acompanhamento.

Vale ressaltar que os agricultores produtores de tabaco possuem assistência técnica das empresas tabacaleiras, porém este auxílio é direcionado apenas ao cultivo do tabaco. Logo, estas famílias estão desconhecendo outras possíveis oportunidades de geração de renda para suas propriedades, pois há falta de assistência técnica no que se refere a diferentes estratégias de geração de renda, que destaquem e valorizem o saber fazer dos agricultores da Microrregião.

Diante do exposto, nota-se que para a implementação da diversificação produtiva em áreas de cultivo de tabaco, faz-se necessário, além da participação ativa dos agricultores, da participação do Estado, buscando desenvolver programas que permitam ampliar a autonomia dos agricultores, diminuindo a dependência do mercado e reduzindo o grau de vulnerabilidade.

Nessa esteira Perondi e Schneider (2007, p. 3) acreditam que “a criação de diversidade em processos sociais e econômicos se refletem em fatores que pressionam e oportunizam a família, a adaptação e a diversificação de seu meio de vida e, por consequência, de seu meio rural, do local e da própria região”.

Os dados demonstrados neste estudo confirmam a existência da especialização desta Microrregião e que muitos agricultores deixaram os estudos, diminuindo o capital

²⁰ O estudo realizado por Deponti e Schneider (2013) refere-se ao município de Dom Feliciano – Projeto Piloto do Programa de Diversificação produtiva do MDA, porém estas conclusões também servem para a Microrregião de Santa Cruz do Sul no tocante a assistência técnica.

humano. Este fato pode ser um dos motivos por não estarem diversificando as suas propriedades, pois conforme afirmam Perondi e Schneider (2012), o nível de escolaridade é um dos fatores que sustentam as estratégias de subsistência individual e/ou familiar.

Entretanto, outro fato deve ser ressaltado, é se a assistência técnica das organizações competentes tem chegado a estes agricultores com a finalidade de mostrarem novos instrumentos, habilidades para lidarem com situações adversas e também novos caminhos possíveis a ser perseguidos.

Assim, seria necessária a cooperação, tanto dos agricultores no sentido de buscarem iniciativas e determinação para acessarem novos ativos. Como também seria necessário o comprometimento das instituições de levarem novas estratégias e oportunidades de acesso aos ativos por parte dos agricultores. Dessa forma, todo e qualquer agricultor terá oportunidade de ter acesso aos ativos.

Outro fator que justifica a especialização da Microrregião é a dificuldade dos agricultores familiares encontrarem meios para comercialização dos cultivos desenvolvidos em suas propriedades. No entanto, conforme a tabela 21 observa-se que os produtos podem, de alguma forma, ser processados, manipulados, agregados em valor, potencializando a venda no mercado e, assim, alavancando a lucratividade do agricultor.

Porém autores como Costa, Rimkus e Reydon (2008, p.17) acreditam que a dificuldade não está nas técnicas agropecuárias que os agricultores familiares possuem, mas encontra-se na “compreensão do funcionamento dos mercados que impõe articulação com os segmentos pré e pós-porteira e nas formas de negociação e práticas de gestão do processo produtivo”.

O pensamento destes autores supracitados vai além da compreensão de funcionamento dos mercados, Costa, Rimkus e Reydon (2008, p.17) acreditam que:

[...] está na hora de começarmos a abrir estes programas nacionais de agricultura familiar por categorias mais refinadas e mais finas sem se pensar estritamente em aumentar a produção de arroz, de milho, de feijão, etc. Há um conjunto de outras atividades que já merecem atenção e nunca são relacionadas do ponto de vista das políticas governamentais.

Conforme mencionado, os agricultores familiares possuem técnicas para cultivarem outros produtos dentro de sua propriedade, produtos que, muitas vezes, são produzidos apenas para a sua subsistência, mas por falta de mercado, restringem-se as iniciativas dos agricultores em investirem em outros cultivos, pois há incerteza de

compra da produção. Situação esta que não ocorre na cadeia produtiva do tabaco, porque os contratos preestabelecidos entre o agricultor e a empresa amarram um ao outro e garantem a compra da produção.

Não obstante, a questão da especialização da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul pode estar inter-relacionada com vários aspectos, como a falta de acesso a novos ativos pelos agricultores familiares e a falta de conhecimento do sistema de produção de outros cultivos, pois como visualizado na tabela 17 observara que 52,3% das famílias não trabalham com outro cultivo, além do tabaco.

Além desses fatores, destaca-se que os agricultores que produzem para a sua subsistência, cultivam produtos diversos em suas propriedades, mas não os revendem, isto pode estar acontecendo por alguns motivos, como quantidade de produtos insuficiente para colocar no mercado, falta de mercado ou o conhecimento de comercialização local destes produtos, tempo dispensado para o cultivo do tabaco, gastos com mão de obra para a colheita.

Portanto, a diversificação produtiva em áreas de tabaco é bastante complexa, relacionando diversas questões e fatores, tais como: acesso a ativos, inclusão de novos cultivos nas propriedades, formas de comercialização, novos mercados, redução da dependência, ampliação da autonomia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação analisou o processo de diversificação produtiva da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul. De acordo com os dados, os agricultores estão direcionando uma quantidade expressiva de terras para a produção do tabaco, dependendo quase que exclusivamente, da renda gerada desse único cultivo. Não obstante, conforme demonstram estudos de vários autores, como Perondi (2008), Schneider (2010), Nierdele e Grisa (2008), Ellis (2000), entre outros, essa situação torna os agricultores dessa região mais vulneráveis às variações de mercado e às decisões tomadas pelos atores externos envolvidos nessa cadeia de produção, como é o caso, por exemplo, das indústrias tabacaleiras.

Nesse sentido, infere-se que não há diversificação produtiva expressiva na Microrregião de Santa Cruz do Sul, inclusive os agricultores analisados demonstraram especialização produtiva e alta integração aos mercados. Essa situação coloca-se contraditória ao enfoque dos meios de vida de Ellis, no qual salienta os aspectos positivos advindos da ampliação dos portfólios e dos capitais natural, social, econômico, etc. Além disso, a diversificação produtiva poderia gerar novas fontes de renda dentro das propriedades, ampliar a autonomia e reduzir o grau de vulnerabilidade frente ao mercado, constituindo-se uma alternativa para contornar as adversidades.

No tocante ao primeiro objetivo específico, o de caracterizar os agricultores da Microrregião pode-se relatar que os filhos destes produtores de tabaco continuam em suas propriedades, chegando a 27,3%. Outra relevância para a caracterização desta Microrregião é a permanência de idosos no meio rural, chega a 19%. Além deste dado, outro aspecto analisado foi a da masculinização, que através dos dados obtidos não se pode afirmar que existe este fenômeno, devido à falta de um horizonte temporal suficientemente longo para avaliar o processo de masculinização. No entanto, verificou-se maior número de homens do que mulheres no meio rural da Microrregião, ou seja, o rural é masculino.

Os dados obtidos também demonstraram que a escolaridade dos entrevistados é baixa, pois 68,7% dos agricultores não possuem o ensino fundamental completo e 80,4% não estudam e não pretendem voltar a estudar. Através desta análise demonstrase o baixo capital humano desta Microrregião.

Diante deste baixo capital humano salienta-se a importância de haver alguma estratégia para mudar esta realidade, pois a escolaridade, o conhecimento e o acesso a informação são pilares que sustentam as estratégias de subsistência do indivíduo, possibilitando a visualização de novas alternativas e tornando o indivíduo um ator mais ativo dentro de sua família e também dentro sua comunidade.

Um dado interessante, que já era de conhecimento empírico, é a especialização dos agricultores familiares desta Microrregião, pois 52,3% dos agricultores trabalham somente com o cultivo do tabaco, ou seja, há especialização da mão de obra. Os grupos de idade que mais se destacam por estarem vinculados a este cultivo são o de 40 a 49 anos e o de 50 a 59 anos.

Outra característica que demonstra o perfil dos agricultores analisados é o percentual de proprietários de terras, ou seja, 57,4% do total de agricultores entrevistados da Microrregião Geográfica são donos dos seus recursos naturais. Logo, podem tomar decisões importantes, sem ter que depender das decisões de terceiros. O controle deste capital natural permite a estes agricultores maior autonomia, tendo em vista que este controle permite tomar decisões imediatas, embora acabem também assumindo os riscos inerentes às suas próprias decisões.

Quanto à análise da utilização da terra para a produção, observou-se que a média utilizada era de 16,89 ha, ou seja, os agricultores utilizam toda a terra que possuem para a produção, tendo em vista que a média das propriedades é de 12 ha. Entretanto, o que se verificou é que pode chegar a 19,3 ha somente para o cultivo do tabaco. Desta forma, os agricultores estão destinando o seu recurso natural (a terra) somente para o cultivo do tabaco.

Para salientar ainda mais a dependência dos agricultores familiares para com o cultivo de tabaco, verificou-se que o tabaco é responsável por até 100% da receita bruta destes agricultores, dado este que é evidenciado em 76,55% das propriedades. Diante deste dado, evidencia-se a vulnerabilidade em que estes agricultores se encontram, pois se algo der errado no decorrer desta produção estes agricultores podem perder todo o seu investimento.

Relativo à vulnerabilidade dos produtores, uma alternativa possível é a diversificação dos meios de vida dentro da propriedade, pois os agricultores desenvolverão maior autonomia em suas decisões, tornando-se um ator ativo e consequentemente influenciador do meio rural, de seu meio local e, inclusive, de sua região. Aumentando assim, significativamente, a sua qualidade de vida.

Conforme destacado, quanto maior a diversificação produtiva, maior a possibilidade de autonomia. Quando uma unidade se diversifica, amplia sua liberdade no mercado, pois não está dependendo de um único produto. Logo consegue aumentar os seus lucros e principalmente reduzir a vulnerabilidade frente a situações climáticas, por exemplo. Além de amenizar a dependência de empresas de insumos e de integradoras.

Somando-se a todas essas alternativas vislumbradas a partir da diversificação produtiva das propriedades, os agricultores poderão consumir e vender sua produção no mercado consumidor. De maneira que estarão internalizando os recursos dentro de sua propriedade, não ficando tão vulneráveis em relação aos atores e ativos externos.

Todavia, é importante observar que haja um despertar desses agricultores, havendo uma necessária mobilização, para que assim, tornem-se atores ativos frente à problemática da dependência do tabaco.

Apesar de se evidenciar a dependência com o cultivo do tabaco, alguns agricultores produzem outros cultivos dentro da propriedade, como: alho, milho, feijão, arroz, batata doce, batatinha, cana de açúcar, cebola, girassol, mandioca, melancia, soja, laranja, pêsego, uva, pepino, tomate, aves, ovos, suínos, mel e o tabaco. No entanto, estes produtos não representam renda bruta, pois são produtos utilizados para a sua subsistência, que permitem a estes agricultores não precisarem buscar mercados, ou seja, não estão despendendo recursos financeiros para sua aquisição.

Conforme verificado, a produção de outros cultivos além do tabaco caracteriza a diversificação produtiva das famílias que cultivam tabaco na Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul, no entanto esta produção está voltada majoritariamente para o autoconsumo das famílias.

Através do cálculo do Índice de Diversificação evidenciou-se a dependência dos agricultores analisados, pois em 81,44% das propriedades têm sua receita total advinda da venda do tabaco, ou seja, mais da metade das propriedades está dependendo, quase que exclusivamente, do cultivo do tabaco.

Por esse motivo é necessário proporcionar a esses agricultores acesso a estratégias de subsistência individual e familiar, no caso acesso a ativos (natural, físico, humano, financeiro e social). O acesso a tais estratégias, mediado por instituições e relações sociais, facilitará e permitirá melhores condições para que estes agricultores desenvolvam qualidade de vida individual e familiar. No entanto, essa mudança será

diretamente proporcional à capacidade e à determinação de cada agricultor, de como cada um acessa esses ativos, como reage e desenvolve-os.

Observou-se 2,1% dos agricultores são muito diversificados e 18,14% dos agricultores são diversificados. Logo, esses agricultores possuem um portfólio de renda maior se comparado com os agricultores caracterizados como especializados. Isto porque apesar do autoconsumo não gerar receita, este permite que se reduza a despesa com consumo de alimentos além de proporcionar o conhecimento de outras práticas agrícolas e contribuir para a subsistência.

No entanto, vale salientar que a reprodução econômica dos agricultores nem sempre está vinculada ou dependente da diversificação produtiva. Este estudo não tem o intuito de incentivar os agricultores a deixarem de produzir o tabaco, pelo contrário, este estudo quer levantar e avaliar a possibilidade da introdução de outros cultivos, de atividades não agrícolas e também de atividades fora das propriedades rurais desta Microrregião.

Para atender o terceiro objetivo específico deste estudo, ou seja, analisar o grau de integração ao mercado das famílias produtoras de tabaco na Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul, a produção dos agricultores foi dividida em três áreas: a agricultura, a pecuária e uma outra classificação denominada como geral.

Infere-se que existe um grau de integração ao mercado considerável, em todas as categorias analisadas: agricultura, animal e geral. No entanto, pelos dados não se pode afirmar ou discordar se esta integração está aumentando o nível de renda ou de capitalização das unidades familiares. Entretanto, pelos dados pode-se inferir que existe um baixo capital humano, pois mais de 80% dos entrevistados deixaram de estudar e não pretendem voltar.

No momento que o agricultor torna-se mais participativo, expressa sua opinião, automaticamente consegue ter mais autonomia dentro de sua própria propriedade e conhecendo suas potencialidades pode, cada vez mais, aprimorá-las. Por isso, quando o agricultor sabe quais são suas potencialidades ele consegue reduzir sua vulnerabilidade ao mercado, saindo de uma situação de fragilidade social e tornando-se um ator ativo dentro de sua comunidade e de seu município primeiramente e, posteriormente, de sua região.

Entretanto, conforme demonstraram os dados, as unidades familiares desta Microrregião estão integradas ao mercado, mas o que é ainda mais preocupante é o fato

de serem pouco diversificadas. Ou seja, estas famílias estão integradas ao mercado, com um único produto em destaque, o tabaco.

Neste cenário, a Convenção Quadro vem à tona, pois medidas estão sendo tomadas para atender às exigências estabelecidas pelo tratado. Quando estas medidas forem realmente aplicadas estes agricultores poderão ser prejudicados, pois atualmente não possuem outro produto que lhes proporcione renda, em função da especialização produtiva.

Assim, conforme explanado anteriormente, a diversificação produtiva é uma alternativa para estes agricultores, tendo em vista a ampliação da autonomia dos agricultores, a possibilidade de qualificar suas vidas e diminuir o grau de vulnerabilidade e, quiçá, contribuir para o desenvolvimento regional.

Nesse sentido é necessário estudar alternativas viáveis dentro da realidade de cada unidade familiar, para que de alguma forma possa se retirar os agricultores de tabaco desta dependência e vulnerabilidade que atualmente se encontram com essa cadeia produtiva.

Entretanto, sabe-se que a cultura do tabaco já está impregnada nas unidades familiares da Microrregião, pois cultivar o tabaco virou uma tradição e se estabeleceu uma ideia de que este cultivo é o que dá maior rentabilidade, pois o tabaco seria o produto que melhor se desenvolve nos solos da Microrregião. Somando-se a este pensamento, o tabaco também se torna o principal produto gerador de renda para as unidades familiares, pois seu comércio é facilitado pelas empresas tabacaleiras, tendo em vista que estas garantem a compra deste produto.

Diante desta garantia o agricultor ao cultivar o tabaco fica “tranquilo”, pois não precisará encontrar um comprador ou ficar inseguro com seu produto parado/estocado em sua propriedade, com possibilidade de estragar. Porém, esta facilidade estabelecida pelas empresas tabacaleiras torna-se uma “faca de dois gumes”, pois ao mesmo tempo em que garante a compra do tabaco, coloca estes agricultores em situação de vulnerabilidade e a mercê das decisões das transnacionais.

Apesar da vulnerabilidade da cadeia produtiva, muitos agricultores preferem continuar cultivando o tabaco ao terem que buscar alternativas. A preferência pela manutenção do cultivo pode ser explicada pela tradição do cultivo do tabaco, passada de pai para filho, pelo medo de tentar algo novo, pela incerteza frente ao mercado, pelo desconhecimento de como outras culturas irão proceder nos solos de suas propriedades,

entre outras. Tais motivos levam, em muitos casos, a não opção pela diversificação produtiva.

Contudo, destaca-se a importância de se buscar compreender este processo, uma vez que os agricultores desta Microrregião vivem uma situação de vulnerabilidade e de dependência econômica do cultivo do tabaco.

A partir deste trabalho expressa-se o desejo de que ele possa servir de subsídio para outros que se interessem em compreender o processo de diversificação produtiva em áreas que cultivam tabaco. Destaca-se, como sugestão para novos estudos, o aprofundamento das questões relativas à compreensão do por que os agricultores não diversificam, no sentido de analisar mais detalhadamente o discurso dos atores envolvidos, tanto o dos agricultores como o das empresas tabacaleiras. Mesmo considerando a dependência atual do tabaco é necessário criar bases para a diversificação.

Ainda, como limitação da pesquisa destaca-se que a base de dados fornecida pelo NUPES não tinha como objetivo avaliar a diversificação produtiva, portanto, algumas questões referentes à percepção dos agricultores no tocante a esta temática ficaram prejudicadas. Somando-se a esta dificuldade, cita a falta do cálculo da receita líquida e a impossibilidade de analisar a quantidade de autoconsumo produzido pelos agricultores.

REFERÊNCIAS

ABDALA, P. R. Z.; GOSSENHEIMER, A. N. Reflexões sobre as lavouras de tabaco na perspectiva do desenvolvimento sustentável. *DESENVOLVIMENTO EM QUESTÃO*. Ijuí, 2012. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75223533007>>. Acesso em: 24 jun. 2014.

AFUBRA – Associação dos Fumicultores do Brasil. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br/index.php/conteudo/show/id/80>>. Acesso em 23 de out.2011.

ALMEIDA, Jalcione. *A construção social de uma nova agricultura*. Porto Alegre, UFRGS, 1999.

Anuário Brasileiro do Tabaco 2011. Editora Gazeta, 2011. Disponível em: <<http://www.grupogaz.com.br/editora/anuarios/show/2908.html>>. Acesso em: 26 ago. 2013.

BONATO, A.A. A fumicultura e a Convenção – Quadro. Desafios para a diversificação. DESER- Departamento de Estudos Sócios-Econômicos Rurais. Curitiba, 2009. Disponível em: <http://www.deser.org.br/pub_read.asp?id=146>. Acesso em: 25 out.2011.

BONATTO, A.; ZOTTI, C. F.; ANGELIS, T. de. Tabaco da produção ao consumo: uma cadeia da dependência. DESER. 2010. Disponível em: <<http://www.deser.org.br/publicacoes/revistaTabaco-Elabora%C3%A7%C3%A3oDeser-ACT.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2014.

BORGES, Renata de Lacerda Antunes. *O tabaco no Rio Grande do Sul: análise da cadeia agroindustrial e dos possíveis impactos das políticas derivadas da Convenção Quadro para o controle do Tabaco sobre a economia fumageira*. 2011. 85. Trabalho de conclusão de curso de Graduação em Economia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

BRASIL. Lei nº11.326, de 24 julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 05 jan. 2013.

BRIXIUS, L.; AGUIAR, R.; MORAES, V. A. A força da agricultura familiar no Rio Grande do Sul. *Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável*. Porto Alegre, n.1/3, p. 7-15, 2006.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. IPEA, Rio de Janeiro. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0621.pdf>. Acesso em: 30 maio 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato Azevedo. *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro. Bertand Brasil, 1997.

COSTA, J. P.; RIMKUS, L. M.; REYDON, B. P. Agricultura familiar, tentativas e estratégias para assegurar um mercado e uma renda. In: 46 CONGRESSO SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2008, Rio Branco, AC. Anais... Rio Branco, SOBER, 2008. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/846.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

CUNHA, Jorge Luis da. *Os Colonos Alemães e a fumicultura*: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul: FISC, 1991. p. 184.

DEPONTI, Cidonea Machado. *Intervenção para o desenvolvimento rural: o caso da extensão rural pública do Rio Grande do Sul*. 2010. 275f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

DEPONTI, C. M.; SCHNEIDER, S.; A extensão rural e a diversificação produtiva da agricultura familiar em áreas de cultivo de tabaco no Rio Grande do Sul: o caso de Dom Feliciano – RS. *Revista IDeAS*, Rio de Janeiro, n.2, p. 176-213, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/cpda/ideas/revistas/v07/n02/06-IDeAS-v07_n02-Cidonea_Machdosergio.pdf>. Acesso em: 17 maio 2014.

Department for International Development. Manual de Orientação sobre os Meios de Vida Sustentáveis. Disponível em: <http://www.livelihoods.org/info/guidance_sheets_rtf/Po_GS1.rJ>. Acesso em: 25 out. 2012.

DESER. *Cadeia produtiva do Fumo*. Revista do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais. Contexto Rural Ano V- n°5, Julho de 2005. Disponível em: <http://www.deser.org.br/search_results.asp?criterio=fumo>. Acesso em 25 de out. 2011.

ELLIS, F. Household strategies and rural livelihood diversification. *Journal of development studies*, LONDON (UK), v.35, n. 1, p. 1-38, 1998. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/00220389808422553>>. Acesso em: 30 jan. 2014.

ELLIS, Frank. The Determinants of Rural Livelihood Diversification in Developing Countries. *Journal Agricultural Economics*, n.2, p.289-302, maio 2000.

ELLIS, Frank. *Diverse Livelihoods and Natural Resources: A Research Context*. Institute of Development Studies, England, n.7, p. 1-16, jan. 2001. Disponível em: <<https://www.ids.ac.uk/files/SLSA7.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2014.

ETGES, Virgínia Elisabeta. *Sujeição e resistência*: os camponeses gaúchos e a indústria de fumo. Santa Cruz do Sul: FISC, 1991.

ETGES, Virgínia Elisabeta. A região no contexto da globalização: o caso do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, O. P.; SILVEIRA, R. L. da (Org.). *Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001. p. 351-365.

FLORES, M. A identidade cultural do território como base estratégias de desenvolvimento – Uma visão da arte. 2006. RIMISP (Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural). Disponível em:<www.rimisp.org/getdoc.php?docid=3702>. Acesso em: 22 março 2012.

FREITAS, R. Regiões Metropolitanas: uma abordagem conceitual. *Humane*, v.1, n.3, dez. 2009, p.44-53. Disponível em: <<http://www.humanae.esuda.com.br/index.php/humanae/article/view/54/29>>. Acesso em: 31 maio 2012.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A Produção da Autonomia: os “papéis do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n.15, p. 89-122, 2007. Disponível em:<<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/467.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2014.

GERALDINE, D. G.; Economia agrícola: uma aplicação do IDHM em Goiás. *Economia da UEG*. Anapólis (GO), v.04, n.2, p. 20-40. 2008. Disponível em:<<http://www.nee.ueg.br/seer/index.php/economia/article/view/150/180>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

GODOY, et al. Juventude Rural e o Papel da Aposentadoria no Meio Rural: a realidade do município de Santa Rosa/RS. In: CONGRESSO SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 48., 2009, Campo Grande. Anais...Campo Grande, 2010. Disponível em:<<http://www.sober.org.br/palestra/15/714.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2014.

GUANZIROLLI, C. E.; CARDIM, S. E. de C. S. Novo retrato da Agricultura Familiar: o Brasil redescoberto. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. Brasília, 2000. Disponível em:<<http://www.faser.org.br/anexos/Retratodaagriculturafamiliar.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2014.

GUILHOTO, J. M. et al. A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus Estados. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 35., 2007, Pernambuco. Anais... Pernambuco: ANPEC, 2007. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A089.pdf>> Acesso em: 02 nov. 2010.

HAAS, J. M. Diversificação de Produção no Meio Rural como Estratégia de Sobrevivência: um estudo de caso da região noroeste do Rio Grande do Sul. In: IV Encontro Nacional da Anppas, 2008, Brasília. Disponível em:<<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT3-63-64-20080422081013.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2012.

IBGE. Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas. Rio de Janeiro, 1990. Disponível em:<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/DRB/Divisao%20regional_v01.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2012.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo agropecuário 2006: Agricultura familiar ocupava 84,4% dos estabelecimentos agropecuários*. 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1466&id_pagina=1> Acesso em 27 out. 2010.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Características da população e dos domicílios. Resultado do Universo. 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2013.

KARNOPP, E. Desafios e perspectivas para o desenvolvimento de uma agricultura familiar sustentável: o caso da Região do Vale do Rio Pardo (Brasil). *Tomo*, 2003. Disponível em: <<http://www.wgsr.uw.edu.pl/pub/uploads/actas03/10-ERICA.pdf>>. Acesso em: 31 maio de 2012.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. Relatório das Ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário para a Diversificação da Produção e Renda em áreas cultivadas com Tabaco no Brasil. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.canalrural.com.br/pdf/11933517.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2012.

MENGUEL, A. A. Objetivos da Convenção Quadro para o Controle do tabaco e sua tradução para o Brasil: atores, instituições e disputas. VII CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL PORTO DE GALINHAS, 2010. Pernambuco. Disponível em: <<http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/08/GT-15-Alex-Alexandre-Mengel.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2013.

NARDI, Jean Baptiste. *O Fumo Brasileiro no Período Colônia: lavoura*. Rio de Janeiro: Brailiense, 1996. 432p.

NIEDERLE, P. A.; GRISA, C. Diversificação dos meios de vida e acesso a atores e ativos: uma abordagem sobre a dinâmica de desenvolvimento local da agricultura familiar. REDAYC. Revista científica da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal. v.5, n. 61, p. 41-69, 2008. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=11713138002>> Acesso em: 10 set. 2012

NIEDERLE, P.A.; WESZ Jr. A agroindústria familiar na região Missões: construção de autonomia e diversificação dos meios de vida. *Redes*, Santa Cruz do Sul, n.3, p. 75-102, set./dez. 2009.

OLALDE, A. R. *Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável*. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002, p. 41-52. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo3.htm>> Acesso em: 27 out. 2010.

PECQUEUR, Bernard. A guinada territorial da economia global. *Revista Política & Sociedade*, Florianópolis, n. 14, p. 79-105, abril. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2009v8n14p79>>. Acesso em: 19 abril. 2012.

PEREIRA, M. de A.; SOUZA, M. de.; SCHNEIDER, S. Meios de vida e livelihoods: aproximações e diferenças conceituais. *IDeAS*, Rio de Janeiro, n.1, p. 203 – 224, jun./jul. 2010. Disponível em:< http://r1.ufrj.br/cpda/ideas/revistas/v04/n01/IDeAS-v04_n01-

Artigo_MARCIO_PEREIRA_e_MARCELINO_DE_SOUZA_e_SERGIO_SCHNEIDER.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2014.

PERONDI, M. A.; SCHNEIDER, S.; Diversificação Endógena e Intersetorial da Agricultura Familiar. In: XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia, 2007, Londrina/ PR. Anais... Londrina/PR: Sober, 2007. v. I. p.1-18. Disponível em:< <http://www.sober.org.br/palestra/6/1149.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2012.

PERONDI, M. A.; KYOTA, N.; GNOATTO, A. A. Políticas de apoio a diversificação dos meios de vida da agricultura familiar: uma análise propositiva. In: XLV CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2007, Londrina. Disponível em:< <http://www.sober.org.br/palestra/6/869.pdf>> Acesso em: 10 set. 2012.

PERONDI, M. A.; SCHNEIDER, S.; BONATO, A. A. Metodologia para avaliar a Diversificação da Produção em Áreas Cultivadas do Tabaco. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco. Anais... Rio Branco: SOBER, 2008.

PERONDI, M. A.; SCHNEIDER, S.; Bases Teóricas da Abordagem de Diversificação dos Meios de Vida. *REDES*, Santa Cruz do Sul, n. 2, p. 117 – 135, maio/ago. 2012. Disponível em:< <http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/2032>>. Acesso em: 05 out. 2012.

PLOEG, Jan Douwn Van Der. *Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Índice do Desenvolvimento Humano Municipal. Disponível em:< http://www.pnud.org.br/IDH/IDHM.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDHM>. Acesso em: 08 jul. 2014.

PRIEB, Rita Inês Pauli. *Pluriatividade na produção familiar fumageira*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

REICHERT, L. J; GOMES, C. M; SCHWENGBER, J. E. *A importância sócioeconômica da agricultura familiar no desenvolvimento territorial da zona sul do Rio Grande do Sul*. Apresentação oral-agricultura familiar e ruralidade, 2008. Disponível em: < <http://www.sober.org.br/palestra/13/627.pdf>>. Acesso em 35 de jan 2011.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Tradução de Emery Ruas. Porto Alegre: Globo, 1969.

RUDNICK, C. S. Mediações, resistências e estratégias no sistema de produção do tabaco. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre. Anais eletrônicos... Porto Alegre: SOBER, 2009.p. 1-12. Disponível em:< <http://www.sober.org.br/palestra/13/1084.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2014.

RUDNICK, Carlise Schneider. *As relações de confiança no Sistema Integrado de Produção do Tabaco (SIPT) no Rio Grande do Sul/Brasil*. 2012. 181f. Tese (Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

RUDINICK, Carlise Schneider; WAQUIL, Paulo Dabdab. Relações contratuais no Sistema Integrado de Produção do Tabaco (SIPT): relações de confiança e contratos. In: SILVEIRA, R. L. L. da (Org). *Tabaco, Sociedade e Território: relações e contradições no Sul do Brasil*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013. p. 89 – 122.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. SILVEIRA, M.L. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. 1. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: RECORD, 2001.

SEN, Amartya Kumar.; *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVEIRA, R.L.L. da.; DORNELLES, M. A produção de tabaco no Sul do Brasil: um olhar geográfico sobre a sua dinâmica produtiva e organização territorial. In: SILVEIRA, R. L. da (Org.). *Tabaco, Sociedade e Território: relações e contradições no Sul do Brasil*.. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013. p. 17-38.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. *Complexo agroindustrial do fumo e do território: a formação do espaço urbano e regional no Vale do Rio Pardo- RS*. 2007. 578f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2007.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. (Org). *Tabaco, Sociedade e Território: relações e contradições no Sul do Brasil*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.

SILVEIRA, R. L. L. da. Relatório do Projeto de Pesquisa – CNPQ. *Rede agroindustrial do fumo e a dinâmica de organização espacial e de usos do território na região Sul do Brasil*.2011.

SOUSA Filho et al. Agricultura Familiar e Tecnologia no Brasil: características, desafios e obstáculos. In: XLIII SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA,

ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, Cuiabá, 2004. Disponível em:<<http://www.sober.org.br/palestra/12/09O442.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2014.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 51, p. 99-122, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988.pdf> >. Acesso em: 20 out. 2010.

SCHNEIDER, Sergio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 11, p. 88-125, jan./jun. 2004. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/soc/n11/n11a06>>. Acesso em: 27 março 2014.

SCHNEIDER, S. Reflexões sobre diversidade e diversificação. *RURIS*. Porto Alegre: Editora da Unicamp. n. 4, v.1, 2010. Disponível em: < www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/download/.../573> Acesso em: 10 set. 2012.

SCHNEIDER, Ingrid. Êxodo, envelhecimento populacional e estratégias de sucessão na exploração agrícola. *Indicadores Econômico*, Porto Alegre, n. 4, p. 259-268, 1994. Disponível em:< <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/629/874>>. Acesso em: 14 jun. 2014.

SCHWARTZ, L.; SALAMONI, G. A Fumicultura e a Reprodução Social e Territorial da Agricultura Familiar: um estudo de caso no município de São Lourenço do Sul – RS. In: SILVEIRA, R. L. da (Org.). *Tabaco, Sociedade e Território: relações e contradições no Sul do Brasil*. . Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013. p. 157-186.

SPIES, Rosalice Silva. *O processo de especialização produtiva da microrregião fumicultora de Santa Cruz do Sul – RS*. 2000. 127f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Mestrado e Doutorado)–Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2000.

TONI, J e KLARMANN, H. Regionalização e Planejamento: reflexões metodológicas e gerenciais sobre a experiência gaúcha. *Fee*, Porto Alegre, v. 23, 2002, p. 517-538. Disponível em: < <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2019/2400>>. Acesso em: 31 maio de 2012.

VARGAS, M. A.; OLIVEIRA, B. F. de. Agricultura familiar e estratégias de diversificação: análise comparativa da viabilidade econômica de culturas alternativas ao fumo na Região do Vale do Rio Pardo – RS, Brasil. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 48., 2010, Campo Grande. Anais... Campo Grande: SOBER, 2010, p. 1-21. Disponível em:< <http://www.sober.org.br/palestra/15/291.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2014.

VOGT, Olgário Paulo. *A produção de fumo em Santa Cruz do Sul – RS*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

VOGT, Olgário Paulo. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul e o Capital Social*. 2006. 435f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2006.

ANEXO A

DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÔMICO PRODUTORES DE TABACO TIPO - VIRGINIA E BURLEY NA REGIÃO PRODUTORA DE FUMO DO SUL DO BRASIL

Safra: 2010/11

Produtor: _____

Fone/Celular: _____

Município: _____

Localidade: _____

UF: 1. RS 2. SC 3. PR

Orientador AFUBRA: _____

Tipo de Fumo /Tabaco que produz em sua propriedade : 1- Virgínia
produz os dois

2- Burley

3-

COMPOSIÇÃO FAMILIAR

PARENTESCO	IDADE	SEXO	ESCOLARIDADE	CONTINUA ESTUDANDO?	PARTICIPA NA PRODUÇÃO		POSSUI OUTRA FONTE DE RENDA?	QUAL FONTE DE RENDA	QUAL A RENDA ANUAL DESTA OUTRA FONTE?	CONTRIBUI COM AS DESPESAS DA FAMÍLIA
					TABACO	OUTRAS CULTURAS				
PRODUTOR CADASTRADO										

PARENTESCO:

1- cônjuge 2- filho(a)/enteados 3- pai 4- mãe 5- sogro(a) 6- irmãos(as) 7-avós
 8- outros parentes (tios, cunhados, sobrinhos, genro/nora) 9- outros não parentes (agregados, empregados)

SEXO: 1-masculino

2- feminino

ESCOLARIDADE:

0 - sem instrução, ou menos de 1 ano de estudo 1 - Ensino fundamental incompleto 2 - Ensino fundamental completo
 3 - Ensino Médio incompleto 4 - Ensino Médio completo 5 - Superior incompleto
 6 - Superior completo

CONTINUA ESTUDANDO/PARTICIPA NA PRODUÇÃO/POSSUI OUTRA FONTE DE RENDA/CONTRIBUI COM AS DESPESAS DA FAMÍLIA:

1 - Sim

2 - Não

QUAL A OUTRA FONTE DE RENDA

- 1 - Ocupações especializadas na agropecuária (tratorista, vacinador, motorista, etc) 2- Indústria 3- Construção Civil
 4- Comércio 5- Professor (a) 6- Aposentado/Pensionista 7-Bolsa família
 8- Bolsa escola
 9- PET (filho estudando) 7- Atividade agrícola 8- Produção animal 9- Outra fonte de renda (ex.: aluguel). Qual _____

1.Existe(m) outro(s) morador (es) nesta mesma propriedade, porém em outra casa/domicílio?

1. Sim 2. Não (passar p/q.4)

2.Se existe(m), qual a relação deste(s) outro(s) morador (es) com o Sr. (produtor cadastrado)?

1. Familiar (filhos, pais) 2. Meeiros 3. Arrendatários 4. Outros

3.Estes outro(s) morador (es) utiliza (m) esta mesma propriedade para produção agropecuária própria?

1. Sim 2. Não

ASPECTOS DA PROPRIEDADE**4. Condição do produtor (quantos has):**

1. Proprietário: _____ ha 2. Meeiro: _____ ha 3. Arrendatário: _____ ha 4. Propr. da família: _____ ha

5. Produção de fumo (quantos has ocupa com a produção de fumo):

1. Proprietário: _____ ha 2. Meeiro: _____ ha 3. Arrendatário: _____ ha 4. Propr. da família: _____ ha

6. A propriedade possui energia elétrica?

1. Monofásica 2. Bifásica 3. Trifásica 4. Não possui 5- ns/nr

7. Qual é a origem da água que abastece a sua residência:

1. Rede geral com canalização interna 2. Rede geral sem canalização interna
 3. Poço ou nascente na propriedade 4. Cisterna na propriedade
 5. Poço/cisterna externo público ou comunitário 6. Rio, córrego
 7. Busca na casa do vizinho 8. Caminhão pipa 9. Outra fonte 10- ns/nr

8. Para onde vai o esgoto de sua residência:

1. Fossa séptica 2. Fossa rudimentar 3. Corre a céu aberto
 4. Dejetos em fossa rudimentar e água servida a céu aberto 5. Rede de drenagem pluvial/rede geral
 6-ns/nr

9. Qual é o destino do lixo de sua residência :

1. Coletado ou colocado em caçamba de serviço de limpeza pública 2. Queimado na propriedade
 3. Enterrado na propriedade 4. Jogado em terreno baldio ou logradouro público
 5. Jogado em rio, lago ou mar 6. Outro destino 7- ns/nr

OBS: PARA BENS UTILIZADO EM USO COMUM UTILIZAR AO LADO DA QUANTIDADE BC

10.RESIDÊNCIAS	Qtde	11.ESTUFAS/GALPÃO	Qtde
10.1Alvenaria		11.1Convencional (Va)	
10.2Chalé		11.2 Ar forçado (Va)	
10.3Mista		11.3 Galpão Aberto(BY)	
10.4Nº de cômodos (casa onde mora)		11.4 Galpão Fechado (BY)	
10.5 Banheiros/sanitários			

cômodos (são todas as peças da casa , menos os banheiros, corredores e áreas externas(varandas))

12 OUTRAS BENFEITORIAS			
	Qtde		Qtde
12.1 Galpão / Paiol		12.4 Aviário	
12.2 Depósito de grãos		12.5 Galinheiro	
12.3 Secador de grãos		12.6 Estrebaria	
		12.7 Pocilga (Chiqueiro)	

13 BENS DA FAMÍLIA - CRITÉRIO BRASIL (ABEP)			
	Qtde		Qtde
13.1 Antena parabólica		13.11 Assinatura de Jornal	
13.2 Aparelho de Videocassete/DVD		13.12 Fogão a gás	
13.3 Ar condicionado		13.13 Fogão a lenha	
13.4 Microcomputador/Notebook		13.14 Micro-ondas	
13.5 Acesso à Internet		13.15 Forno Elétrico	
13.6 Telefone fixo		13.16 Geladeira	
13.7 Telefone celular		13.17 Freezer (independente ou 2ª porta da geladeira)	
13.8 Aparelho de TV em cores		13.18 Máquina de lavar roupa	
13.9 Rádio		13.19 Máquina de lavar louça	
13.10 TV por assinatura			

14 MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - CENSO AGROPECUÁRIO			
	Qtde		Qtde
14.1 Arado		14.10 Pulverizador Manual	
14.2 Arado de tração animal		14.11 Pulverizador de tração animal	
14.3 Batedor de cereais		14.12 Reboque	
14.4 Colheitadeira		14.13 Reboque de tração animal	
14.5 Ensiladeira		14.14 Roçadeira	
14.6 Micro trator		14.15 Roçadeira Costal	
14.7 Niveladora		14.16 Subsolador	
14.8 Plantadeira		14.17 Trator	
14.9 Plantadeira de tração animal			

15. VEÍCULOS			
	Qtde		Qtde
15.1 Automóvel		15.4 Caminhão	
15.2 Motocicleta		15.5 Caminhoneta	
15.3 Utilitário (Pickup, Kombi, Jeep)		15.6 Outro	

16. Considerando a área total da sua propriedade, onde o Sr. planta, quando tem em ha de :
(Considerar todas as áreas)

	Área		Área
16.1 Área de Lavoura Permanente (laranjas, erva, nogueiras, etc)		16.4 Área de Floresta Exótica/Reflorestada	
16.2 Área de Lavoura Temporária		16.5 Área de campo	
16.3 Área de Floresta Nativa		16.6 Área de Pastagens	

17. Nesta propriedade tem açude: 1- sim 2 não

18. Nesta propriedade possui rios, riachos, sangas e fontes naturais ? 1- sim 2- não
(ir p/q.19)

18.1 Se sim, como está a situação da mata ciliar, em média nestas áreas:

- 1- 0% das matas ciliares preservadas (Não preservadas) 2- 25% das matas ciliares estão preservadas
 3- 50% das matas ciliares estão preservadas 4- 75% das matas ciliares estão preservadas
 5- 100% das matas ciliares estão preservadas

ATIVIDADE AGROPECUÁRIA ANUAL
 Período de abrangência: 01/08/2010 a 31/07/2011

19. ATIVIDADE DE ORIGEM VEGETAL, NA SAFRA DE 2010-2011 , O SR. PLANTOU:

DESCRIÇÃO	HECTARES	QUANTIDADE PRODUZIDA kg	QUANTIDADE VENDIDA kg	COMPRA ESTE PRODUTO PARA CONSUMO DA FAMÍLIA? 1-Sim 2-Não
1.Alho				
2.Arroz				
3.Batata doce				
4.Batatinha				
5.Cana de açúcar				
6.Cebola				
7.Feijão				
8.Fumo (Tabaco)				xxxxxxxxxx
9.Girassol				
10.Mandioca / Aipim				
11.Melancia				
12.Milho plantio normal				

13.Milho/outra na resteva do fumo				
14.Soja				
15.Outras culturas				
16.Laranja				
17.Maracujá				
18.Pêssego				
19.Uva				
20.Outras frutíferas				
21.Pepino				
22.Tomate				
23.Outras hortaliças				

20. ATIVIDADES DE ORIGEM ANIMAL (DE AGOSTO DE 2010-2011)

CRIAÇÕES	CABEÇAS/UN	CONSUMO DA FAMÍLIA kg, litros, dúzia	QUANTIDADE VENDIDA kg, litros, dúzia	COMPRA ESTE PRODUTO PARA CONSUMO DA FAMÍLIA? 1-Sim 2-Não
1. Avicultura (galinhas/frangos)				
2. Ovos - dúzias por ano				
3. Pintos				
4. Bovinos de corte (gado)				
5. Bovinos ((vacas) de leite				
6. Caprinos (cabritos)				
7. Ovinos (ovelhas)				
8. Piscicultura (peixes)				
9. Suínos (porcos)				
10. Leitões				
11. Outras criações				

12. Mel				
13. Outros produtos granjeiros				

21. Em relação ao sistema de Plantio que o Sr. utiliza na área em que produz, e quanto % é:

1. Convencional: _____ % 2. Cultivo Mínimo: _____ % 3. Plantio Direto: _____ %

22. A mão-de-obra utilizada na última safra foi:

1. Familiar 2. Contratada 3. Sistema de Troca 4. Parceria 5- outra -
Qual _____

23. Quantas pessoas foram contratadas na última safra : _____ pessoas.

24. Por quanto tempo: 1- 1 dias 2- 1 semana 3- 1 mês 4- 2 meses outro-
Qual _____

SISTEMA INTEGRADO DE PRODUÇÃO

25. O Sr. produz alguma cultura no sistema integrado Integrado com a indústria)?

1. Sim 2. Não(ir p/q.29) 3. Não conhece(ir p/q.29)

26. Qual a sua opinião em relação ao sistema integrado de produção?

1. Muito Bom 2. Bom 3. Indiferente 4. Ruim 5. Muito ruim 6. Não
conhece

27. Se produz no sistema integrado. Qual(is) culturas são produzidas no sistema integrado:

1. Tabaco/Fumo 2. Frango 3. Suíno 4. Grãos 5. Leite 6.
Outro _____

28. Qual sua opinião em relação à empresa a qual está integrada:

1- Muito satisfeito 2. Satisfeito 3. Indiferente 4. Insatisfeito 5. Muito insatisfeito
6. Outro _____

SITUAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

29. Em sua opinião, a agricultura familiar atualmente:

1. Está sendo muito valorizada 2. Está sendo valorizada 3. Está sendo pouco
valorizada
4. Não está sendo valorizada 5. Não sabe/Não tem opinião

30. E no futuro o Sr. considera que à situação da agricultura familiar:

1. Continuará como está 2. Vai melhorar 3. Vai piorar 4. Não sabe

31. O que o Sr. aconselharia hoje aos seus filhos/ ou aos mais jovens, em relação à atividade agrícola?

1. Permanecer na atividade agrícola 2. Procurar outra forma de sobrevivência 3-.Não
aconselharia a nada , deixa livre escolha

ORIENTAÇÃO TÉCNICA

32. O Sr. recebe orientação técnica na sua propriedade?

1. Sim 2. Não(APLICAR A 33 E IR P/Q.36)

33. Em sua opinião, qual a importância de receber orientação técnica na sua propriedade? (Obs.: Perguntar para todos os entrevistados, mesmo que não receba orientação técnica).

1. Nada importante 2. Pouco importante 3. Indiferente 4. Importante 5. Muito
importante

34. Se recebe orientação técnica. Qual a instituição que lhe presta esta orientação?

1. AFUBRA 2. EMATER 3- INDÚSTRIA 4. EMBRAPA 5. EPAGRI Outra. Qual:

35. Qual a sua avaliação em relação a orientação técnica recebida:

1. Muito boa 2. Boa 3. Regular 4. Ruim 5. Péssima 6. não sabe/não respondeu

ASSOCIATIVISMO

36. O Sr é associado a alguma entidade. Qual:

1. Sindicato dos Trabalhadores Rurais 2. Sindicato Rural 3. AFUBRA 4. MPA
5. Sintraf 6- Cooperativas 7- Cooperativa de Crédito
8. Não é associado a nenhuma entidade(ir p/q.38)

37. Qual a sua avaliação em relação a entidade na qual o Sr. é associado?

1. Muito satisfeito 2. Satisfeito 3. Indiferente 4. Insatisfeito 5. Muito insatisfeito

SAÚDE E SEGURANÇA

38. Utiliza agrotóxicos para o controle de pragas e/ou doenças na sua propriedade?

1. Sim 2. Não(passe p/ q. 48)

39. Se utiliza. Qual é o tipo de equipamento utilizado?

1. Pulverizador costal 2. equipamento de tração mecânica/ou animal outro
Qual_____

40. Utiliza Equipamento de Segurança na utilização do agrotóxico?

1. Sim 2. Não(passe p/ q.40)

41. Se sim, quais dos equipamentos de proteção individual abaixo citados o Sr. utiliza?

MÚLTIPLA-LER TODOS

1. Toca Árabe/Capuz 2. Óculos/Viseira 3. Máscara/Respirador 4. Avental (EPI)
5. Blusa (EPI) 6. Calça (EPI) 7. Luvas Nitrílicas 8. Botas de Borracha
9. Outro. Qual? _____

42. Onde os agrotóxicos são guardados em sua propriedade?

1. Em armário específico para guarda de agrotóxicos 2. No paiol/galpão 3-Em uma caixa com cadeado
Outro. Qual? _____

43. Na sua opinião, o local onde o Sr.(a) guarda os agrotóxicos é apropriado? 1. Sim 2. Não

44. Porque:

1- local seguro 2- fechado, com cadeado 3- local protegido de roubos
4- local protegido do acesso de crianças e de animais outro .Qual_____

45. O Sr.(a) conhece o padrão desenvolvido pelo SINDITABACO para guardar os agrotóxicos?

1. Sim 2. Não(ir p/ q.45)

46. (Se conhece) O Sr.(a) segue o padrão desenvolvido pelo SINDITABACO?

1. Sim 2. Não

47. Qual o destino das embalagens de agrotóxicos utilizados em sua propriedade :

1. Vendidas 2. Largadas na propriedade 3. Reaproveitada
4. Depósito de lixo comum 5. Queimados ou enterrados 6. Devolvidos ao comerciante
7. Recolhidos pela prefeitura ou órgão público 8. Entregue à central de coleta de embalagem
9. Entregue no programa de recebimento de embalagens de agrotóxicos do SINDITABACO
10. Outro destino. Qual? _____

SITUAÇÃO ECONÔMICA DA PROPRIEDADE

58. O Sr. já ouviu falar na Consultas Públicas nº 112 que trata da proibição de aditivos (açúcar e aromatizantes) nos produtos derivados do tabaco - ANVISA 1- Sim 2. Não
(ir p/q.60)

59. O Sr. participou desta Consulta Pública, preenchendo o formulário?
1- Sim 2. Não

60. O Sr. já ouviu falar na Consultas Públicas nº 117 que trata da proposta de novas regras para as embalagens e material de propaganda dos produtos derivados do tabaco, restrito a pontos de venda somente a tabacarias?
1- Sim 2. Não (ir p/q.62)

61. O Sr. participou desta Consulta Pública, preenchendo o formulário?
1- Sim 2. Não

62. O Sr. conhece as políticas antitabagistas: 1. Sim 2. Não (ir p/q.64)

63. Qual é a sua opinião sobre as políticas antitabagistas?
1- Concordo 2. Sou indiferente 3. Não concordo 4- Não conheço o suficiente para opinar
5- levando em conta a saúde concorda, mas discorda pela produção

64. Em relação ao Programa de diversificação de culturas nas áreas cultivadas com o Tabaco/Fumo:
1. Conhece 2. Já ouviu falar 3. Não conhece (ir p/q.67)

65. Qual é a sua opinião sobre o programa de diversificação de culturas nas áreas cultivadas com o Tabaco/Fumo?
1. Concordo 2. Sou indiferente 3. Não concordo 4- Não conheço o suficiente para opinar

66. Em relação à diversificação de alternativas de renda na propriedade, o Sr:
1. julga importante, mas não diversifica 2. Já está diversificando 3. Não pretende diversificar
outro -Qual _____

67. O que o Sr. faria se não houvesse mais a possibilidade de plantar fumo? TODOS DEVEM RESPONDER
1. Buscaria outra opção de cultivo na propriedade 2. Procuraria emprego na cidade
3. Outra alternativa. Qual? _____

OUTRAS INFORMAÇÕES

68. Considerando o último ano, o Sr. teve oportunidade de participar de cursos de capacitação técnica?
1. Sim 2. Não

69. O Sr. participou de algum curso de capacitação técnica, durante o último ano?
1. Sim 2. Não

70. Se participou, qual(is) o(s) curso(s) que participou?

71. Se participou, quem ofereceu este(s) curso(s)?

72. De que forma o Sr. e sua família têm acesso aos serviços de saúde (ex. consultas médicas, tratamentos de saúde)?
1. SUS 2. Através do Sindicato 3. Tem plano de saúde (ex. UNIMED, Golden Cross)
Outro: _____

73. Quantas horas, em média, o Sr. costuma trabalhar por dia, na época da:

1. Safra: _____ horas/dia **2. Entressafra:** _____ horas/dia.

74. O que o Sr. costuma fazer em suas horas de descanso (quando não está trabalhando)?

a) Durante a semana:

1. Ver TV
 5. Assistir futebol
 Qual? _____
2. Tomar chimarrão com família/amigos
 6. Jogar futebol
 7. Jogar bocha
3. Passear
 8. Ir à igreja
4. Jogar cartas
 9. Outro.

b) Nos finais de semana:

1. Ver TV
 5. Assistir futebol

2. Tomar chimarrão com família/amigos
 6. Jogar futebol
3. Passear
 7. Jogar bocha
4. Jogar cartas
 8. Ir à igreja
9. Outro. Qual? _____

AVALIAÇÃO DA AFUBRA

75. Como o Sr. avalia a atuação/desempenho da AFUBRA, em relação aos seguintes itens?

	Muito boa	Boa	Nem boa nem ruim	Ruim	Muito ruim	Não sabe/ Não conhece
Participação na negociação do preço do fumo						
Sistema de Mutualidade (seguro)						
Projeto Verde é Vida						
Projeto Biodiesel						
Expoagro						
Programa de Coleta de óleo saturado						
Programa Agro florestal						
Lojas AFUBRA- produtos						
Lojas AFUBRA- preços						

